



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

FLÁVIA JAQUELINE MOREIRA DE CASTRO

ASSOCIAÇÃO UNIÃO POPULAR EM SÃO JOÃO DEL REI (1908-1928):
CATOLICISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

BELO HORIZONTE

2021

FLÁVIA JAQUELINE MOREIRA DE CASTRO

**ASSOCIAÇÃO UNIÃO POPULAR EM SÃO JOÃO DEL REI (1908-1928):
CATOLICISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Chamon

BELO HORIZONTE

2021

C355a Castro, Flávia Jaqueline Moreira de
Associação União Popular em São João Del Rei (1908-1928): catolicismo social e educação profissional/ Flávia Jaqueline Moreira de Castro. – 2021. 106 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientadora: Carla Simone Chamon

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Igreja e estado – São João del Rei (MG) – Teses. 2. Catolicismo – Teses
3. Igreja Católica. União Popular [Associação católica para leigos] – São João del Rei (MG) – Teses. 4. Ensino profissional – São João del Rei (MG) – Teses.
5. Igreja católica – Educação – São João del Rei (MG) – Teses. I. Chamon, Carla Simone. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
III. Título.

CDD 371



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Flávia Jaqueline Moreira de Castro

**“ASSOCIAÇÃO UNIÃO POPULAR EM SÃO JOÃO DEL REI (1908-1928):
CATOLICISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 23 de fevereiro de 2021, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Carla Simone Chamon - Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. James William Goodwin Junior
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, meu Pai, que em seu amor incondicional sempre me deu forças e sabedoria para não desistir desse sonho. Nos momentos mais difíceis da vida, Ele sempre me lembrava de que estava cuidando de tudo nos mínimos detalhes, pois Ele tudo pode, Ele é Deus!

Escrever essa dissertação em plena pandemia de Covid-19 não foi tarefa fácil. Deus me cercou de muitas pessoas especiais que se tornaram amigos queridos e, também, que foram aporte emocional e intelectual nesse percurso acadêmico.

Agradeço ao meu esposo Yuri e ao meu filho Davi, meus amores, pelo apoio e carinho recebidos. Aos meus pais, Geraldo e Geraldina, que se esforçaram para que eu pudesse estudar. Aos meus queridos irmãos Ricardo, Paulo e Tamires; à Amélia, minha cunhada; aos meus sobrinhos, João e Bernardo, e aos demais familiares pelo incentivo e força.

À minha orientadora, a professora dra. Carla Simone Chamon, agradeço por toda paciência, empenho, generosidade e pelas orientações virtuais minuciosas e correções necessárias. Agradeço ao professor dr. James William Goodwin Júnior e ao professor dr. José Geraldo Pedrosa por terem aceitado participar da banca.

Agradeço ao professor dr. Irlen Antônio Gonçalves e ao professor dr. José Geraldo Pedrosa pelas aulas maravilhosas e pelos bons momentos de convivência acadêmica antes da pandemia.

Aos professores e colegas do mestrado, cujo apoio e amizade foram essenciais em todos os momentos. Sempre estarão em minha memória, turma maravilhosa!

Agradeço à Daniele Moreira pelo companheirismo e carinho.

Agradeço à Beth pela prontidão de todas as horas e pelo carinho.

Agradeço aos meus pais na fé, Libério e Rosângela, por me apoiarem em todas as horas, pelo carinho e motivação que me ajudaram em todos os momentos.

Agradeço à Simone Duarte, surpresa maravilhosa que Deus direcionou para minha vida, pelas leituras minuciosas, prontidão, incentivo e carinho.

Agradeço à Michele Almeida pelas correções minuciosas da escrita e pelo carinho, acolhida e incentivo.

Agradeço, também, aos funcionários da secretaria do Programa de Mestrado, Liliane, Marcos e Narlisson, que sempre foram atenciosos e prontos a me orientarem nas dúvidas e a auxiliar na solução dos problemas.

Agradeço às seguintes instituições e pessoas que contribuíram no trabalho de levantamento bibliográfico e de fontes utilizadas nesta pesquisa:

Às funcionárias da Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida, em São João Del Rei, sras. Marisa e Rose, pela atenção, e que, durante a pesquisa, me ajudaram na busca pelas obras e jornais.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o sr. Fernando Conceição.

À Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, sra. Adriana Carmelo.

Ao Museu da Igreja do Pilar, o Sr. Geovane e Sra.Kátia.

Ao Departamento de História da Universidade de São João Del-Rei (UFSJ), srs. Eduardo e Saul.

Ao memorialista e historiador Antônio Gaio Sobrinho, pela acolhida e atenção.

À Cúria Diocesana de São João Del Rei, o Sr. Cláudio.

Ao Albergue Santo Antônio, Irmã Cristina.

À Ordem dos Frades Menores em São João Del Rei, sra. Terezinha.

Ao Arquivo Público Mineiro.

À Ordem dos Frades Menores no bairro Carlos Prates-BH.

Ao departamento de obras raras da Biblioteca da UFMG, a sras. Diná, Sabrina e Sara, pela acolhida e atenção.

*“Faça o teu melhor, na condição que você tem,
enquanto você não tem condições melhores, para
fazer melhor ainda!”*

(Mário Cortella)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo central analisar ações e propostas para educação profissional da União Popular, Associação de Católicos Leigos em São João Del Rei, a partir dos seus discursos sobre educação e trabalho, no período compreendido entre os anos de 1908 a 1928. Ao final do século XIX, com o advento da modernidade e frente ao desenvolvimento industrial e urbano, a Igreja Católica elaborou um conjunto de doutrinas que tratavam das questões sociais provenientes dos abusos das novas formas de trabalho da expansão industrial, que culminou com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, do papa Leão XIII. Com base nessa publicação, a Igreja Católica empreendeu esforços para combater o avanço das concepções advindas da modernidade, tais como o liberalismo e o socialismo. Nessa perspectiva, a Igreja Católica, contrária a essas concepções, apresentou ao mundo o discurso do catolicismo social como alternativa às soluções defendidas pelo liberalismo e pelo socialismo para as questões sociais do mundo moderno. O catolicismo social foi um projeto de restauração dos princípios católicos no mundo moderno que foi difundido por toda a Europa e também pelo Brasil. Em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rei, temos a difusão e implantação desse projeto por meio da criação de uma associação de católicos leigos denominada União Popular. Essa Associação, fundada por Estatuto e Programa, desenvolveu ações e estratégias voltadas à educação profissional para a formação dos marginalizados na sociedade por meio do Liceu de Artes e Ofícios. Ofereceu uma educação profissional com princípio cristão voltada para o trabalho para atender às demandas do desenvolvimento industrial e urbano em São João Del Rei. O que se pretendeu foi compreender e analisar como e por que uma Associação de Católicos Leigos, a União Popular de São João Del Rei, se mobilizou a favor da educação profissional no período de 1908-1928, e como a iniciativa para a educação profissional integrou as propostas do catolicismo social para solucionar os problemas advindos do desenvolvimento urbano-industrial da modernidade.

Palavras-chave: Catolicismo Social. União Popular de São João Del Rei. Educação Profissional.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to analyze actions and proposals for professional education of the União Popular, Association of Lay Catholics in São João Del Rei, based on their speeches on education and work, in the period between the years 1908 to 1928. At the end of the 19th century, with the advent of modernity and in the context of industrial and urban development, the Catholic Church developed a set of doctrines which dealt with social issues arising from the abuse of new forms of work in industrial expansion, which culminated in the publication of the encyclical *Rerum Novarum*, in 1891, by Pope Leo XIII. Based on this publication, the Catholic Church has made efforts to combat the advancement of conceptions arising from modernity, such as liberalism and socialism. In this perspective, the Catholic Church, contrary to these conceptions, presented the discourse of social Catholicism to the world as an alternative to the solutions advocated by liberalism and socialism for the social issues of the modern world. Social Catholicism was a project to restore Catholic principles in the modern world that was spread throughout Europe and also in Brazil. In Minas Gerais, in the city of São João Del Rei, we have the dissemination and implementation of this project through the creation of an association of lay Catholics called União Popular. This Association, founded by Statute and Program, developed actions and strategies aimed at professional education to train the marginalized in society. It offered a professional education with a Christian principle focused on work to meet the demands of industrial and urban development in São João Del Rei. What was intended was to understand and analyze how and why an Association of Lay Catholics, the Popular Union of São João Del Rei, mobilized in favor of professional education in the period 1908-1928 and how the initiative for on professional education integrated the proposals of social Catholicism to solve the problems arising from the urban-industrial development of modernity.

Keywords: Social Catholicism. Popular Union of São João Del Rei. Professional Education.

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPUH	Associação Nacional de História
APM	Arquivo Público Mineiro
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EFOM	Estrada de Ferro do Oeste Mineiro
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FAE	Faculdade de Educação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OFM	Ordem dos Frades Menores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SJDR	São João Del Rei
SP	São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UP	União Popular
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I- MODERNIDADE E EMERGÊNCIA DO CATOLICISMO SOCIAL	20
1.1 A modernidade e suas determinantes transformações na sociedade.....	20
1.2 A emergência do catolicismo social na segunda metade do século XIX.....	24
1.3 Catolicismo Social no Brasil	31
1.4 Associação União Popular: do mundo para o Brasil	40
1.4.1 A primeira União Popular brasileira na capital.....	43
CAPÍTULO II - O PROJETO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO POPULAR NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI	45
2.1 Os percursos da modernização na tradicional São João Del Rei	45
2.2 São João Del Rei entre a tradição e moderno.....	52
2.2.1 São João Del Rei e suas questões sociais.....	56
2.3 Os percursos da criação da Associação União Popular em São João Del Rei.....	59
2.4 Fundação da União Popular.....	62
CAPÍTULO III- PROPOSTA DA UNIÃO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SÃO JOÃO DEL REI	70
3.1 A União Popular em meio aos discursos da República e da Igreja Católica para a Educação Profissional	70
3.2 A União Popular de São João Del Rei e a Educação Profissional	76
3.3 O Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Esta dissertação encontra-se inserida no campo de pesquisa sobre a História da Educação Profissional, vinculada à linha I do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) – Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas. Nela pretende-se analisar e compreender a mobilização da Associação União Popular de São João Del Rei, formada por católicos leigos em favor da educação profissional, no período de 1908 a 1928.

A União Popular de São João Del Rei foi uma associação criada pela ação social da Igreja Católica após a elaboração da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Essa encíclica, publicada no ano de 1891, tratava de vários assuntos, dentre eles as questões sociais baseadas em uma filosofia cristã e nas ações no âmbito da educação profissional.

A Encíclica anunciava o posicionamento da Igreja frente ao liberalismo e ao socialismo, marcando a posição católica de recusa da modernidade e de afirmação do catolicismo social, que tinha entre suas frentes de ação a mobilização e recrutamento de católico leigos e a criação de instituições como associações, cooperativas, imprensa, bibliotecas, escolas e liceu de artes e ofícios que viabilizasse a educação para o trabalho. Para Lustosa (1991), o catolicismo social tinha como finalidade a luta pelos direitos sociais e a construção das doutrinas de Cristo envolvendo as relações entre o capital e o trabalho para proteção do trabalhador.

O catolicismo social tinha como missão a restauração dos princípios católicos no mundo moderno e a defesa da propriedade privada. Buscava recuperar o seu espaço de influência social, política e cultural na sociedade, sendo necessário articular diretrizes para o enfrentamento da dessacralização.

A Igreja Católica acompanhava na Europa, ao longo do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento da industrialização, e constatou que as estruturas socioeconômicas se alteravam na sociedade. Todo esse crescimento industrial e urbano apontava para a propagação de pensamentos de tendência moderna. Isso significava para a Igreja Católica que a sociedade se afastava da tradição e dos bons costumes. A Igreja percebia a dimensão das mudanças; as concepções liberais e socialistas advindas da modernidade retratavam o enfraquecimento da religião católica, que como consequência poderia perder seu poder temporal e espiritual.

Enquanto isso, no Brasil, as transformações tecnológicas e urbanas que ocorriam na Europa inspiravam as elites políticas e intelectuais do país. Com relativo atraso, as elites se empenharam em delinear projetos no sentido de acompanhar o progresso modernizador europeu. Esses esforços modernizadores desencadearam transformações nas esferas sociais e econômicas na sociedade. Nesse processo, o regime republicano se estabeleceu, surgindo, ainda, a compreensão de que o modo capitalista de produção necessitava de mão de obra qualificada.

As ideias acrescidas da modernidade influenciaram as elites políticas, intelectuais e econômicas na construção de um projeto de nação. Era preciso construir um projeto de nação moderna, baseada nos princípios liberais. Assim, no escopo desse projeto de nação, a educação e a instrução das camadas populares eram consideradas essenciais para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. O caminho da escolarização para a população pobre tornava-se ainda mais importante frente ao dinâmico processo de modernização que se encontrava em curso nos países com desenvolvimento industrial.

Desse modo, foram feitos esforços no campo educacional a fim de promover uma educação que transformasse as camadas populares em trabalhadores nacionais. Nesse cenário, a educação profissional obteve visibilidade nas pautas políticas e discursivas da República.

A educação profissional poderia significar a possibilidade de cumprimento dos dois papéis fundamentais no projeto da constituição de um ideário de nação moderna. Ao mesmo tempo em que poderia civilizar o marginalizado, por meio do ensino das primeiras letras e dos princípios básicos das técnicas do trabalho, poderia também preparar esse sujeito na lógica da ética do trabalho assalariado livre. Além disso, segundo Chamon e Goodwin (2012, p. 328), por meio da educação o cidadão aprenderia a trabalhar para produzir seu sustento, afastar-se-ia do ócio, “escola do vício e do crime”, e da mendicância, obstáculo para a formação de sujeitos produtores de riqueza.

A educação profissional não era uma preocupação somente das elites políticas mineiras. Era também um projeto da Igreja Católica pautado na encíclica papal, *Rerum Novarum*, onde a questão social e educacional ganhava destaque. A Igreja no Brasil procurava ser fiel ao ideário da *Rerum Novarum*, reproduzindo as linhas de pensamento do catolicismo social europeu (LUSTOSA, 1990). Além disso, a Igreja Católica Apostólica Romana institucionalmente mantinha-se afastada de forma intransigente do progresso, da industrialização e do próprio liberalismo, o que significou a perda de poder de representação para seus inimigos (HOBSBAWM, 2007).

É importante entender que o pensamento do catolicismo social se descreve como uma expressão das encíclicas papais frente ao avanço intensificado do liberalismo e socialismo com a Revolução Industrial do século XVIII, que passaram a representar um problema social relevante. Tais dilemas sociais se agravaram devido ao avanço da industrialização, visto que as condições de vida e trabalho passaram a ser mais perversas e deviam ser combatidas por uma ação coletiva. Por isso, a Igreja Católica insistia na justificativa que tais injustiças sociais eram decorrentes do abandono da fé, sendo necessária uma intervenção oficial, tal como a encíclica *Rerum Novarum*, para defesa dessas questões.

Logo, por meio das encíclicas papais, foram materializados argumentos que visavam oferecer respostas às questões sociais e a criação de um modelo normativo para a sociedade cristã idealizada. Em consequência disso, o Papa Leão XIII tentou estabelecer parâmetros para a organização da sociedade, na qual a igreja se afirmava novamente como a consciência moral do mundo, dando início ao catolicismo social.

No catolicismo social o campo educacional pertencia aos discursos da Igreja Católica e fazia parte do projeto de propagação das bases doutrinárias. A Igreja Católica no final do século XIX e início do século XX, com o direcionamento da Santa Sé, articulou-se e criou mecanismos de propagação dos preceitos das encíclicas papais sociais, dentre as quais podemos citar a associação de católicos leigos, União Popular, que surgiu na Europa e se difundiu pelo mundo inteiro.

No Brasil, segundo Lustosa (1990, p. 101) a primeira União Popular Brasileira foi criada no ano 1908, na cidade do Rio de Janeiro. Ela foi modelo de entidade na capital federal e serviu de incentivo e apelo para todo o país. Em Minas Gerais, mais precisamente na cidade de São João Del Rei, a União Popular foi criada nesse mesmo ano de 1908, e extinguiu-se em 1928, o que justifica nosso recorte temporal.

Em São João Del Rei a União Popular foi bastante atuante, e mantinha asilo, albergue, jornal, teatro, liceu de artes e ofícios e escola primária. Em seu Estatuto se estabelece que uma de suas iniciativas seria levar a educação ao povo no campo profissional, social e espiritual, criando oficinas técnicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações de propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferências, além de educação aos oradores, literatos, jornalistas e propagandistas sociais.

A Associação União Popular, para atender aos requisitos do Programa, dava instruções ao povo, sobretudo no terreno profissional, social e econômico, por meio de oficinas técnicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferências. Nesse sentido, a União Popular atuava na

formação educacional em São João Del Rei com o objetivo de solucionar os problemas relacionados às questões sociais.

É preciso mencionar que o interesse em pesquisar esse objeto, a União Popular, surgiu na busca por fontes sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei. Investigamos em todos os lugares disponíveis os acervos e arquivos históricos em São João Del Rei¹, e encontramos na Biblioteca Pública Municipal Caetano d'Almeida, datada de 1827, a informação de que ele havia sido mantido pela Associação União Popular. Nessa biblioteca encontramos o jornal *Ação Social*, de propriedade da União Popular e no qual descobrimos um único excerto sobre o Liceu de Artes e Ofícios.

Diante dessa comprovação do seu funcionamento passamos a nos questionar sobre quais teriam sido as motivações para a iniciativa da Associação União Popular no campo da educação profissional naquela cidade. Na busca por mais informações documentais sobre a Associação União Popular, foram realizadas várias visitas de campo à Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ao Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João Del Rei, ao Museu Regional de São João Del Rei, à Cúria Diocesana de São João Del Rei e à UFSJ.

Assim, após a descoberta da existência da União Popular, foi feita uma busca na literatura acadêmica a fim de descobrir publicações de trabalhos relacionados à própria União Popular. Logo, o foco desta pesquisa direcionou-se para a União Popular na tentativa de investigar a relação entre a associação católica e sua atuação na educação profissional.

Para realização desta dissertação fez-se uma busca por trabalhos acadêmicos que tiveram como objeto de estudo a União Popular de São João Del Rei, por meio de consultas no Banco de Teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes), na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na Universidade de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), na Universidade de Campinas (UNICAMP), na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A revisão da

¹ Consultamos em São João Del Rei: Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida, Museu da Igreja Batista Pilar, Departamento de História da UFSJ e sua biblioteca, Albergue Santo Antônio, Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu Regional de São João Del Rei, Residência dos Frades, Cúria Diocesana e o memorialista e professor Antônio Gaio Sobrinho. Em São Paulo consultamos Monsenhor Jamil Abib de Piracicaba na busca do seu acervo particular sobre a União Popular. Visitamos o Centro de Pesquisa de Barbacena. Também a Ordem dos Frades Menores em Belo Horizonte e o Arquivo Diocesano em Belo Horizonte, o Arquivo Público Mineiro, Coleção Linhares da UFMG e arquivo digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

literatura para efetuar a busca nas bases de dados se deu por meio de combinados de diversas maneiras. Foram utilizados os seguintes descritores: catolicismo social, educação profissional, educação para o trabalho, ação social católica e União Popular. Após uma breve leitura das publicações acadêmicas selecionadas, notou-se que dos nove estudos recuperados nenhum descreveu de maneira específica o trabalho da União Popular. Assim, como critério, focamos nos trabalhos que apresentam, mesmo que de forma panorâmica, a associação União Popular como projeto do catolicismo social, como em Alexandre José Gonçalves Costa (2000), Carlos Wellington Martins Melo (2006), Deivison Gonçalves Amaral (2015) e Erneldo Schallenberger (2003). Porém, o tema educação profissional não foi incluído em suas análises, apenas citado a título de informação.

Dos estudos selecionados, a dissertação de Alexandre José Gonçalves Costa (2000) aborda o catolicismo social e a União Popular na cidade de São João Del Rei, no início do século XX. Sua pesquisa revela-nos que a União Popular, associação de católicos leigos, realizou ações de caridade, expressou preocupação com os desvalidos, órfãos, viúvas, o problema da mendicância, a exploração dos trabalhadores nas fábricas e expôs seus temores quanto ao avanço das ideias liberais e socialistas. Apresentando seus projetos sociais, como o asilo, Albergue de Santo Antônio, jornal *Acção Social*, teatro e o liceu de artes e ofícios. Costa (2000) expõe a associação da União Popular por meio do Jornal *Acção Social*, que retrata nos periódicos as ações do catolicismo social, explora e discute as diretrizes da Igreja Católica, alicerçadas nas encíclicas papais e na aplicação de suas ações sociais na cidade de São João Del Rei.

Dispomos de outra dissertação, publicada por Carlos Wellington Martins Melo (2006), na qual foi feito um levantamento sobre a trajetória do processo de implantação do catolicismo social e da União Popular do Brasil no início do século XX. O autor discorre a respeito das articulações do catolicismo social no processo de mobilização do laicato e das organizações de congressos e conferências para divulgação das propostas da Santa Sé. Além disso, reconhece a importância da associação União Popular, que foi aprovada pelo Episcopado Brasileiro e fornece diretrizes para as associações de membros leigos junto ao catolicismo social dentro dos moldes das encíclicas sociais papais.

Na tese de Deivison Gonçalves Amaral (2015), intitulada “O catolicismo e trabalho, a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)”, pode-se notar que, apesar do trabalho realizado pela União Popular, tal instituição não foi o objeto foco de pesquisa, contudo, forneceu a este estudo informações importantes. A tese retrata a União Popular como projeto do catolicismo social em Minas Gerais e destaca o processo histórico da criação dessa

associação União Popular em Minas como um modelo proposto pela encíclica *Rerum Novarum*, o que contribuiu para um maior entendimento sobre o assunto.

É importante destacar que os trabalhos mencionados anteriormente não possuem como foco o envolvimento com a educação profissional da União Popular. Por outro lado, eles oferecem conteúdos que contribuem para este estudo, pois nos deram a possibilidade de cruzar e confrontar as informações levantadas pelos autores, o que favorece a contextualização do objeto.

O artigo de Erneldo Schallenberger (2003) sobre catolicismo social e associativismo no Rio Grande do Sul mostra que tal movimento foi o caminho encontrado pela Igreja Católica para lidar com a modernidade e assegurar sua legitimidade social. O autor destaca a criação da União Popular no Sul do país nos moldes de sua congênere *Volkverein Alemã*, voltada para a organização dos trabalhadores agricultores do Rio Grande do Sul. Atuou para promover o desenvolvimento do segmento agrícola, por meio da educação rural, organização e modernização das relações de trabalho, bem como da produção, buscando no associativismo a convergência das relações sociais.

O recorte temporal desta pesquisa contemplou o início e o término da União Popular em São João Del Rei, considerando as bases lançadas nas primeiras décadas do século XX, rica em acontecimentos no mundo, no Brasil e em Minas Gerais. Acreditamos que a realização da pesquisa sob essa perspectiva permite atribuir importância à iniciativa para educação profissional que esteve, em certa medida, articulada com as especificidades de São João Del Rei. Também não podemos tratar as ações e as propostas para educação profissional da União Popular sem considerar, mesmo que de forma bem sucinta, os discursos que circulavam sobre educação profissional no Brasil.

Para compreender o envolvimento com a educação profissional da União Popular nesta dissertação, as principais fontes trabalhadas foram os discursos do Estatuto e Programa da Associação União Popular de São João Del Rei e o jornal católico produzido por essa associação, denominado *Acção Social*. Além disso, a análise da Encíclica *Rerum Novarum* foi fundamental para a compreensão dos princípios e diretrizes filosóficas da referida Associação. Cada uma das fontes ora citadas constitui peça valiosa para o desenvolvimento de pesquisa no campo da História da Educação Profissional. Elas contribuem para esclarecer a realidade que nos propomos a analisar e compreender.

Em relação à educação profissional, as fontes trabalhadas nos indicam as concepções e as dimensões simbólicas da associação União Popular, possibilitando analisar as formas de sua organização social e os valores religiosos, sociais e culturais que então circulavam. A

análise das fontes nos permite compreender que a atuação da União Popular no campo da educação profissional esteve permeada de intenções por parte da Igreja Católica.

Para compreender a iniciativa da União Popular para a educação profissional, presente no Estatuto, Programa e Jornal *Acção Social*, utilizamos as contribuições de Roger Chartier (2011) sobre o conceito de representação. Segundo Chartier (2011), é nesse processo de significação intencional, carregado de interesses, que se configura uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social.

Para o autor, o conceito de representação assume o lugar central na definição do objeto da História Cultural, configurando a partir dos esforços de identificação do “modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2011, p. 16).

As representações para Chartier são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; almejam à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Ainda as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas (CHARTIER, 2011, p. 17).

Desse modo, o conceito de representação se faz como um elemento fundamental dos discursos e práticas. Cabe ressaltar que tais discursos nunca serão neutros ou isentos, pois as práticas sociais serão dotadas de intencionalidade e correspondem a interesses específicos. Também, somos levados a compreender que as práticas sociais e os discursos da União Popular estavam carregados de interesses e correspondiam a uma determinada estratégia de um grupo social. Assim, a utilização do conceito de representação neste estudo nos permitirá captar no momento histórico quais eram as intenções das representações presentes nas práticas produzidas pela associação de católicos leigos da União Popular no campo da educação para o trabalho no início do século XX.

Posto isso, buscamos compreender como e por que uma associação de católicos leigos se mobilizou a favor da educação profissional no período entre 1908 a 1928. Quais sujeitos estavam envolvidos na associação da União Popular? Quais práticas para educação profissional estão vinculadas nos documentos, principalmente no jornal *Acção Social*? Quais os argumentos a favor da educação profissional? Qual a iniciativa para educação profissional da União Popular relacionada ao catolicismo social? Quais propostas e ações foram desenvolvidas pela União Popular?

Para responder às perguntas anteriores, esta dissertação foi organizada em introdução, três capítulos, considerações finais e referências. No primeiro capítulo fizemos uma

contextualização sobre a modernidade como elemento transformador nas relações socioculturais e econômicas que ocorreram na sociedade no final do século XIX e no início do XX. Nesse momento de transformações tecnológicas, bem como a consolidação do progresso industrial, temos a Igreja Católica com a publicação da *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, que denunciou os abusos provenientes das novas formas de trabalho oriundas da expansão industrial. Com base na encíclica papal a Igreja empreendeu esforços para combater o avanço das ideias modernas. Visou-se compreender a emergência do catolicismo social, seus princípios básicos e suas estratégias, bem como sua difusão no Brasil e em Minas Gerais por meio do projeto da União Popular, associação de católicos leigos. Também buscou-se identificar a primeira Associação União Popular no mundo e no Brasil.

No segundo capítulo buscamos entender o contexto da cidade de São João Del Rei, para poder compreender as especificidades dessa cidade para a criação da União Popular. Também, quais eram os sujeitos envolvidos nesse processo e quais as suas principais características. Ademais, buscamos apreender os discursos veiculados no Estatuto da União Popular a favor da educação e as expectativas e representações que se criaram em torno dela.

Por fim, no terceiro capítulo, vamos analisar a iniciativa e algumas práticas a favor da educação profissional e para isso, na tentativa de esclarecer e lançar luz sobre essa questão, buscamos trabalhar com os discursos da União Popular sobre educação e trabalho. Além disso, procuramos compreender esse movimento em relação à educação profissional, explicitando a confluência do catolicismo social e da União Popular, para entender a iniciativa do Liceu de Artes e Ofício de São João Del Rei.

CAPÍTULO I: MODERNIDADE E A EMERGÊNCIA DO CATOLICISMO SOCIAL

O presente capítulo abordará a modernidade como elemento transformador nas relações socioculturais e econômicas que ocorreram no final do século XIX e início do XX e o advento do catolicismo social como resposta a essas transformações. No período citado, tendo como pano de fundo o desenvolvimento tecnológico e a consolidação do progresso industrial, a Igreja Católica publicou a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, denunciando os abusos provenientes das novas formas de trabalho oriundas da expansão industrial. Com base nessa publicação, a Igreja empreendeu esforços para combater o avanço das concepções advindas da modernidade, tais como o liberalismo e o socialismo.

O liberalismo defende a propriedade privada, a liberdade de pensamento e de expressão e a valorização do indivíduo livre dos dogmas religiosos, assim como no campo da economia pregou a liberdade de mercado, a não-intervenção do Estado na produção, o que o tornou ineficiente frente às questões sociais. O socialismo, por sua vez, e como contraponto ao liberalismo, tem como princípio fundamental a luta de classes e o fim da propriedade privada, defendendo o Estado como agente centralizador dos meios de produção e de distribuição das riquezas produzidas.

Diante disso, a Igreja Católica apresentou ao mundo o discurso do catolicismo social, contrapondo as concepções contrárias às suas e propondo uma alternativa para as questões sociais que surgiam. Tal discurso intencionou recuperar o poder temporal e espiritual da Igreja no mundo moderno por meio de ações e projetos direcionados à sociedade.

Assim sendo, a proposta deste capítulo foi compreender a emergência do catolicismo social, seus princípios básicos e suas estratégias, bem como sua difusão no Brasil e em Minas Gerais por meio do projeto da União Popular, associação de católicos leigos. Para isso, analisamos as encíclicas papais da segunda metade do século XIX, principalmente a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII.

1.1 A modernidade e suas determinantes transformações na sociedade

No mundo Europeu, a industrialização avançava ao longo do século XIX e início do século XX, trazendo mudanças socioeconômicas e culturais. O período mencionado

anteriormente, também conhecido como a *Belle Époque*², foi marcado pelo otimismo com o advento do progresso, a fé na ciência e na tecnologia, que deram, naquele momento, a certeza de que se vivia em um tempo opulento e fascinante.

Com o advento da modernidade no século XIX houve desenvolvimento tecnológico – como a criação da fotografia e da radiodifusão –, invenção de máquinas – como a locomotiva, o navio a vapor, o telégrafo e o tear mecânico – e a criação de materiais bélicos – como o revólver e a metralhadora – e de vários outros artefatos

Além disso, a modernidade trouxe mudanças arquitetônicas, como a construção de pontes, alargamento de avenidas e ruas, montagem de jardins, praças e medidas higienistas e sanitaristas como as de Louis Pasteur e da microbiologia. O progresso³ impulsionou uma nova atitude social em várias áreas das ciências naturais, que promoveu uma visão mais realista do mundo em contraponto ao romantismo e ao sentimentalismo. Além disso, as novas tecnologias e transformações da modernidade despertaram ambiguidades. Como declara Marshall Berman (1986), a modernidade lançou homens e mulheres na incerteza de dois mundos: “um que está nascendo, mas ainda não se mostrou por inteiro; e outro que está morrendo, mas insiste em permanecer, mesmo sob a forma de reminiscências” (BERMAN, 1986, p. 86).

A história dos conceitos de Reinhart Koselleck⁴ nos mostra que:

Modernidade caracteriza-se pelo progressivo afastamento entre experiência e expectativa: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”. (KOSELLECK, 2006, p. 314).

Para Koselleck, a modernidade se caracterizou quando o homem passou a sonhar com o futuro como horizonte de expectativas⁵. O termo modernidade se articulou entre passado e

² *Belle Époque* (1870-1914) é um período da história francesa marcado pela paz e harmonia territorial, com os avanços artísticos e tecnológicos em fase latente. A *Belle Époque* ("bela época", em português) deve ser compreendida como um estado de espírito do povo francês. Para Hobsbawm (2003), essas balizas podem parecer aleatórias, mas nos ajudam a delimitar um momento muito específico para a História da Europa Ocidental na medida em que representam um momento relativamente livre de maiores conflitos armados entre as nações capitalistas.

³ Segundo Sandra Pesavento, “[...] o progresso era algo passível de ser verificado: máquinas novas, inovadores processos, inventos surpreendentes modificam o mundo” (PESAVENTO, 1997, p. 15).

⁴ Reinhart Koselleck (1923 -2006) é um dos mais eruditos historiadores contemporâneos. Nasceu em Górlitz, Alemanha. Talvez tenha sido o principal construtor da ideia de uma “história dos conceitos” apresentada e traduzida ao público brasileiro sob o título “Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos”. Sua obra trata sobre a história dos conceitos e a variação dos seus significados ao longo do tempo como uma condição básica para o conhecimento histórico. O autor denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica. Koselleck chama a atenção para a importância da análise linguística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas (KIRSCHNER, 2007, p. 49).

futuro, entre experiência e expectativa, e isso provocou cada vez mais uma separação progressiva.⁶ No distanciamento entre experiência e expectativa emergiu o liberalismo, com a valorização do progresso e das liberdades individuais frente à tradição e aos costumes, o que acentuou a imprevisibilidade e a ruptura entre passado e futuro. Dessa forma, no centro das mudanças, temos como destaque o homem, que desenvolveu o pensamento moderno por meio dos novos procedimentos adotados pelo conhecimento científico e a negação em Deus.

A concepção de moderno partiu das influências de John Locke⁷ (1632-1704), Adam Smith⁸ (1723-1790) e John Stuart Mill⁹ (1806-1873), filósofos e economistas, com foco na valorização da individualidade, e que priorizaram o conhecimento, a liberdade política e econômica. Nota-se, também, que a busca da liberdade e da individualidade esteve presente na obra de Smith “*A Riqueza das Nações*”.

Consequentemente, uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples de liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis de justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categorias de pessoas. (SMITH, 1983, p. 147).

Para Oscar José Beozzo o liberalismo passou a ser considerado um dos maiores sinais da secularização da sociedade moderna e um dos principais responsáveis pelo distanciamento do homem em relação aos valores religiosos, o que direcionou a sociedade para os trilhos do materialismo e do individualismo (BEOZZO, 1984, p. 276). Em oposição às ideias defendidas pelo liberalismo emergiu o socialismo, cujos princípios preconizaram a igualdade social, a

⁵ Para além da experiência e das expectativas podemos considerar: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro”, sendo ainda adequadas para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, dirigem as ações concretas no movimento social e político. Essa noção de tempo histórico de Koselleck é a base para a compreensão teórica da história e para sua concepção do conceito de modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 308).

⁶ Segundo Koselleck, as expectativas do moderno, o desejo de ruptura com o passado, apontam para uma nova atitude face ao futuro: para considerar o próprio tempo como radicalmente novo em oposição à história passada, e por isso antiga, precisava-se de uma atitude diferente não apenas em relação ao passado, mas, muito mais ainda, em relação ao futuro (KOSELLECK, 2006, p. 278). E, também, para Hannah Arendt, [...] a modernidade representa uma ruptura com a tradição onde a política deixa de identificar-se com a interação para pautar-se pela satisfação de uma necessidade de segurança (ARENDRT, 2009a, p. 196).

⁷ John Locke foi um dos mais importantes precursores do Iluminismo europeu e fundador do empirismo inglês. Seu pensamento é considerado um clássico da tradição filosófica. Ele foi um pensador que revolucionou o pensamento de Aristóteles e de Descartes sobre a teoria das ideias inatas, conhecimentos que, segundo esses teóricos, o homem já nascia com eles. Após analisar todo o processo de formulação do pensamento humano, John Locke propõe a teoria empírica, a qual acredita que todos os conhecimentos do homem são aprendidos ao longo de sua existência, portanto, não há ideias inatas. (TERUYA *et al.*, 2010, p. 3-4).

⁸ Adam Smith foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia. É considerado o precursor da economia moderna e foi um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico do século XVIII. Defendia em sua obra mais conhecida que a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos. Sua obra ainda continua sendo usada como referência para gerações de economistas.

⁹ John Stuart Mill (1806-1873) é apontado por muitos como o filósofo do liberalismo clássico e do utilitarismo na obra “Princípios de Economia Política” (SCOVILLE; OLIVEIRA, 2014, p. 83).

luta de classes, a abolição da religião e a crítica à propriedade privada. Além disso, foram pensamentos antagônicos sob a perspectiva da natureza humana, “o socialismo com a valorização do coletivo, e o liberalismo com a valorização do aspecto da individualidade” (MARCON, 2015, p. 179).

Na concepção de Marx e Engels, o socialismo surgiu das contradições entre a classe burguesa e o proletariado. Eles defenderam a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores para que ocorresse uma distribuição equitativa do que foi realizado. Tudo isso teve origem no *Manifesto do Partido Comunista*¹⁰, um documento escrito por Karl Marx e Friedrich Engels¹¹ com a função de guiar e orientar os trabalhadores para a luta de classes. Dentre várias medidas do Manifesto destacamos algumas: a organização de um novo Estado, capaz de suprimir a propriedade privada dos meios de produção; a abolição dos direitos sobre herança; a estatização total das empresas de transporte e comunicação; a integração completa entre campo e cidade; a educação infantil universal em escolas públicas; a proibição do trabalho infantil e integração entre mundo fabril e mundo escolar; a estatização dos meios de produção, da agricultura e das fábricas de forma planejada.

Desse modo, as ponderações de Marx e Engels sobre as desigualdades de classes sociais afrontavam os interesses da elite dominante. Seus estudos e observações serviram também de fundamentação para a compreensão do processo de divisão do trabalho. Foi com tal pensamento que o *Manifesto Comunista* afirmou que: “a História de toda a sociedade até hoje é a História de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1987, p. 106).

Nesse sentido, percebe-se a degradação do trabalho e dos operários em decorrência da ascensão do capitalismo industrial, além do êxodo rural, o qual provocou o “inchaço” das cidades, causando fome e miséria. Logo, surgiu uma grande insatisfação da sociedade, e organizações sociais foram criadas em várias esferas, inclusive com a colaboração da Igreja.

O fim do século XIX e o início do século XX constituíram um cenário de transformações em todos os campos da vida econômica, política, social e cultural, concomitantemente com as transformações nas esferas intelectuais, como o pensamento

¹⁰ O Manifesto Comunista (1848) foi a Carta Magna e referência para todos os regimes comunistas criados no século XX. O termo “socialismo” se entrelaça desde suas origens com “comunismo”: ora se identificam como sinônimos, ora se distinguem e até se contrapõem. Em termos gerais, “socialismo” refere-se aos inúmeros programas político-sociais, bem como às suas teorias, elaborados em defesa das classes trabalhadoras que se formaram no âmbito do processo industrial. No entrelaçamento dos dois termos, “comunismo” guardou sempre uma conotação de maior radicalidade. Marx considera o socialismo como fase transitória para o modo de produção integralmente comunista (NOSELLA, 2003).

¹¹ Segundo Nosella, os nomes de Karl Marx e Friedrich Engels representam até hoje a expressão máxima da elaboração teórica dos ideais socialistas (NOSELLA, 2003).

liberal, o individualismo frente ao socialismo e a luta de classes. Tais concepções liberais e socialistas foram condenadas pela Igreja Católica. Rita Marques descreve que “a Igreja condenou tanto o liberalismo quanto o socialismo, porque ambos tiveram uma base materialista, e centraram o seu pensamento social na pessoa humana” (MARQUES, 1995, p. 24).

Diante do surgimento da modernidade no século XIX, marcado pelas transformações tecnológicas e pensamentos antagônicos, a Igreja despontou com uma política conservadora calcada na tradição, que foi difundida por toda a orbe católica, com um discurso emergente, muito articulado, denominado catolicismo social.

1.2 A emergência do catolicismo social na segunda metade do século XIX

O catolicismo social foi um movimento da Igreja Católica, criado em reação ao crescimento do liberalismo e do socialismo. Esse movimento expressou o posicionamento de repúdio de parte da Cúria Romana à modernidade, calcada no individualismo e na luta de classes. Isso resultou em ações sociais bem articuladas voltadas à sociedade. Na tese de Rosa (2011), a Santa Sé articulou-se mundialmente diante dessa modernidade:

A ameaça que representava para a crença católica o avanço das ideias liberais condicionou a intensificação de uma política internacional da Santa Sé que visava quanto à própria instituição o estabelecimento de relações de coalizão com as Igrejas locais. (ROSA, 2011, p. 37).

Essa política internacional viabilizou o discurso emergente do catolicismo social. A Igreja conclamou sua posição perante as novas questões modernizantes, contrapondo-se ao individualismo liberal e ao socialismo coletivista. Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era do Capital*, aponta a postura da Igreja:

O catolicismo, agora totalmente intransigente, recusando qualquer acomodação com as forças do progresso, industrialização e liberalismo, tornou-se uma força muito mais poderosa depois do concílio do Vaticano de 1870 do que antes, mas ao custo de abandonar muito de seu terreno aos adversários. (HOBBSAWM, 2007, p. 382).

A Igreja, por sua vez, empregou o uso do catolicismo pragmático¹² na propagação do seu discurso perante a sociedade. Fez isso por meio das encíclicas papais, como a *Litterae Encyclicae* do latim, “cartas circulares” dirigidas aos bispos de todo o mundo e por meio deles a todos os fiéis.

¹² Segundo Gomes (2012, p. 37), modelo autoritário e romanizador seguido pela elite eclesiástica no Brasil aos moldes ditados pela Santa Sé.

Para Rosa (2011), as encíclicas papais pautaram a doutrina social da Igreja, e os documentos pontifícios foram elaborados pelos intelectuais católicos com o objetivo de comunicar, instruir e direcionar assuntos importantes diante da modernidade.

Como resultado desse processo, durante um século a Igreja engendrou elaborações teóricas, codificadas num conjunto de documentos papais que formaram a Doutrina Social Católica (DSC), um conjunto doutrinário que se tornou a matriz do pensamento católico social na primeira metade do século XX. Entre as novas questões apresentadas pela modernidade à Igreja Católica na primeira metade do século XIX, os textos papais evidenciavam uma grande preocupação com o avanço do liberalismo e do socialismo. (ROSA, 2011, p. 43).

Sobre as implicações da modernidade, Adriana Citino considerou que “os intelectuais católicos que elaboram a doutrina social da Igreja frisam que o liberalismo endeusa o homem, e o socialismo deifica o Estado” (CITINO, 2012, p. 38). No entendimento desses intelectuais católicos foi necessária uma atuação estratégica da Igreja para combater as concepções modernas.

Para Ivan Manoel a Igreja Católica deixou de recorrer à força das armas para se impor e garantir seu domínio, e, por outro lado, multiplicou e sofisticou outros mecanismos em seu discurso de convencimento e aliciamento (MANOEL, 1999, p. 208). A modernidade promoveu, por parte da Santa Sé, uma reorganização institucional da Igreja Católica, baseando-se nos preceitos religiosos, na infalibilidade papal e na virgindade de Maria. Tal organização eclesiástica retomou a filosofia tomista¹³, doutrina que ocupou lugar de honra no Concílio de Trento¹⁴ e, a partir do Papa Leão XIII¹⁵, foi incorporada à doutrina social da Igreja Católica.

Na vertente dos documentos publicados, a elite da Igreja empregou o uso das encíclicas papais, que foram determinantes para a formação da doutrina social da Igreja. Para Ivan Manoel (1999, p. 209), os Papas e seus auxiliares diretos foram fecundos na redação de encíclicas, cartas pastorais, bulas, entre outras, cujas principais preocupações foram o

¹³ Segundo Ivan Aparecido Manoel (1999), como contraponto à filosofia moderna e a seus procedimentos especulativos e metodológicos, a hierarquia da Igreja reintroduziu o tomismo-aristotélico, por meio da encíclica *Aeterni Patris*, de 1878, do Papa Leão XIII, em contraposição às modernas teorias do conhecimento, fundadas sobre o empirismo e o diálogo com a natureza, reafirmou a doutrina da Revelação bem como o Tomismo é a doutrina filosófico-cristã elaborada no século XIII pelo dominicano Tomás de Aquino, estudioso dos polêmicos textos do filósofo grego Aristóteles, recém-chegados ao Ocidente. Tomás de Aquino dedicou-se ao esclarecimento das relações entre a verdade revelada e a filosofia, isto é, entre a fé e a razão (MANOEL, 1999, p. 210).

¹⁴ Ivan Aparecido Manoel, no Concílio de Trento em 1870, definiu pontos fundamentais: a centralização político-doutrinária em Roma, o corolário natural e a infalibilidade do Papa (MANOEL, 1999, p. 209).

¹⁵ Papas Sociais do final século XIX e início do século XX: Giovanni Maria Mastai Ferretti - Pio IX (1846-1878), Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci Prosper Buzz - Leão XIII (1878-1903), Ambrogio Damiano Achille Ratti - Pio XI (1903-1914), Giacomo Paolo Giovanni Battista Della Chiesa - Bento XV (1914-1922)..

“combate ao mundo moderno e aos seus males” e a proposição de novos rumos para o homem. Tais encíclicas foram o meio utilizado pela Igreja para comunicação com a sociedade.

A respeito das cartas papais, temos a primeira encíclica social promulgada em 15 de maio de 1891 pelo Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum*, que trouxe um discurso articulado, propôs formas de ação direcionadas às questões sociais e apresentou premissas que tencionaram a promoção de soluções às injustiças. As questões sociais tratam das injustiças que surgiram com o desenvolvimento industrial e a exploração da classe operária exortadas na encíclica. A Igreja católica, por meio do catolicismo social, aproximou as classes operárias com o discurso alternativo da caridade. Caridade essa que tem por objetivo ensinar, educar e dar um ofício ao marginalizado.

Seu conteúdo expôs oficialmente as condições precárias de trabalho de homens, mulheres e crianças com horas exaustivas e salários miseráveis. Segundo Marques (1995, p. 35), a encíclica *Rerum Novarum* apresentou resolução para conservar sua “situação institucional e o predomínio religioso, a Igreja procurou resolver a questão social propondo que o Estado interviesse e a Igreja teve uma posição garantida como colaboradora”. A exposição dessa ideia foi feita da seguinte forma:

Ora, que parte de ação e de remédio temos nós o direito de esperar do Estado? Diremos, primeiro, que por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo em particular, mas todo o governo que corresponde aos preceitos da razão natural, ensinamentos que nós expusemos, especialmente na nossa carta encíclica sobre a constituição cristã das sociedades. (LEÃO XIII, 1891, p.28).

A Igreja definia a precedência do homem sobre o Estado:

Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia, na protecção dos direitos particulares, deve preocupar-se, de maneira especial, dos fracos e dos indigentes. A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a protecção do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularismo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre. (LEÃO XIII, 1891, p.32).

A Igreja baseava-se nos argumentos morais como o caminho para questões sociais:

Ora o que torna uma nação próspera, são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade a prática e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e, do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero: todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos. Assim como, pois, por todos estes meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssima a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura ingerência; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum. (LEÃO XIII, 1891, p.28).

Com um texto bem estruturado, os documentos eclesiais católicos denunciaram as questões sociais oriundas dos efeitos adversos da modernidade e saíram estrategicamente em defesa dos argumentos morais para a sociedade. Dessa maneira, a Igreja propagou a necessidade da manutenção da tradição da fé católica. Além disso, o Papa Leão XIII criticou a situação de miséria do operariado, em um “diálogo áspero contra o liberalismo e o socialismo” (MANOEL, 1992, p. 24).

O discurso contra a modernidade já fez parte do repertório da Igreja em suas encíclicas papais anteriores. Para Marques, a encíclica *Rerum Novarum* foi mais uma sistematização oficial de várias ideias que estavam em circulação na Europa do que propriamente uma novidade no campo social (MARQUES, 1995, p. 32). Anteriormente à *Rerum Novarum* houve, em 1832, o anúncio da encíclica *Mirari Vos*, do Papa Gregório XVI, na qual a Igreja fez oficialmente sua primeira crítica ao liberalismo. Logo, em 1878 e 1891, o Papa Leão XIII divulgou, respectivamente, as encíclicas *Quod Apostolici Muneris* e *Rerum Novarum*. Ambas trataram do combate ao socialismo e ao liberalismo.

Apesar de existirem várias outras encíclicas, neste estudo iremos nos atentar à *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891, especificamente. Essa encíclica tratou das questões sociais e estabeleceu bases para a doutrina social da Igreja. Marques (1995) afirma que a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, foi, de fato, uma sistematização de todo movimento que estava acontecendo na Europa, mas que, além de sistematizar a carta papal, incorporou as premissas do associativismo cristão implantadas na Alemanha¹⁶.

A *Rerum Novarum*, diferentemente de suas encíclicas papais precursoras, anunciou um discurso restaurador para os males da sociedade. Além disso, apresentou ao mundo uma resolução com diretrizes doutrinárias, fundamentada no pensamento cristão frente aos males do mundo moderno. A resolução abrangeu várias questões sociais, como podemos constatar pelos tópicos da carta papal:

Introdução; Causas do Conflito; A Solução Socialista; A propriedade particular; Uso comum dos bens criados e propriedade particular deles; a família e o Estado; O comunismo, princípio de empobrecimento; a Igreja e a questão social; Não luta, mas concórdia das classes; Obrigações dos operários e dos patrões; Posse e uso das riquezas; Dignidade do trabalho; Comunhão de bens de natureza e de graça; Exemplo e magistério da Igreja; A Igreja e a caridade durante os séculos; O concurso do Estado; Origem da prosperidade nacional; O Governo é para os governados e não vice-versa; Obrigações e limites da intervenção do Estado; O Estado deve proteger a propriedade particular; Impedir as greves; Proteger os bens

¹⁶ Segundo Schallenberger (2001), o associativismo cristão alemão se originou das desiguais condições de produção de vida, das diferenciadas formas de viver em sociedade e dos novos modelos de organização social que se apresentaram em torno da industrialização, da proletarianização da sociedade e da difusão de novas ideologias, que motivaram a emergência crescente do movimento social cristão (SCHALLENBERGER, 2001 p. 41-42).

da alma; Protecção do trabalho dos operários, das mulheres e das crianças; O quantitativo do salário dos operários; A economia como meio de conciliação das classes; Benefício das corporações; As associações particulares e o Estado As associações católicas disciplina e finalidade destas associações; Convite para os operários católicos se associarem; Solução definitiva: a caridade. (LEÃO XIII,1891).

A encíclica *Rerum Novarum*, segundo Marques (1995), ressaltou o posicionamento oficial da Igreja frente a duas tendências da modernidade:

A evolução do pensamento da Igreja para a questão social foi impulsionada por uma série de fatores que forçaram uma mudança. O pontificado de Leão XIII (1878-1903) teve importância capital para a Igreja, pois, pela primeira vez, um Papa assumiu uma questão moderna. A *Rerum Novarum* caracteriza-se pelo debate das ideias liberais e socialistas. (MARQUES, 1995, p. 32).

Além disso, Roger Aubert (1975) salienta a demora do posicionamento da Igreja sobre as questões sociais:

Cerca de meio século se passou entre a publicação do Manifesto Comunista (1848) e a encíclica *Rerum Novarum* 1891. As datas são constantemente colocadas em oposição para demonstrar o atraso da Igreja em relação à questão social, que só foi corporificada pela hierarquia na Encíclica de 1891. (AUBERT, 1975, p. 140).

Rerum Novarum pode ser traduzida como “Das Coisas Novas”. Foi conhecida como a carta sobre a condição dos operários. Trata-se de um documento papal aberto a todos os bispos sobre as condições das classes trabalhadoras. Em sua tese, Citino (2012) relata que o Papa Leão XIII soube percorrer os novos caminhos da modernidade e condenou os mesmos males apresentados antes, mas buscou aproximar a Igreja dos operários por meio do exercício da caridade.

A *Rerum Novarum* intencionou criar estratégias para a sociedade a fim de salvá-la do mundo moderno. Segundo Hobsbawm (2004, p. 98), “a Igreja Católica ergue barricadas defensivas de dogmas contra as forças superiores da modernidade, por uns poucos rebeldes intelectuais e profetas do apocalipse, sobretudo de boas famílias”. Para Hobsbawm (2004), a encíclica *Rerum Novarum* significou uma renovação radical porque tornou-se um marco para a sociedade.

A publicação dessa encíclica execrou os avanços científicos, as filosofias e os princípios liberais e socialistas, bem como apontou para as questões sociais que eram decorrentes do desvirtuamento da sociedade e ofereceu diretrizes para o enfrentamento do liberalismo e do socialismo. Como destaca Manoel (1999):

O traço fundamental dessa encíclica esboça um retrato pavoroso do mundo moderno. Segundo ela, dominado por uma filosofia, ou melhor dizendo, por filosofias materialistas, envolvido pelos princípios dissolventes da política liberal, esmagado pela ganância capitalista, dilacerado pelas lutas do jogo de poder democrático, desvirtuado pela ausência de sólidos princípios morais, o mundo moderno não podia oferecer a estabilidade e a firmeza necessárias para a salvação das almas. (MANOEL, 1999, p. 210).

O Papa Leão XIII, com essa encíclica, deu início à querela sobre a questão social, especificamente a situação dos operários nas fábricas. A discussão já se fez presente em várias esferas da sociedade, e a Igreja não poderia se furtar mais dessas questões. Podemos observar no primeiro parágrafo da encíclica o relato da percepção da Igreja às novas mudanças advindas e provocadas pela modernidade que a sociedade experimentou:

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (LEÃO XIII, 1891, p.7).

Dessa forma, a publicação da encíclica *Rerum Novarum* fez com que a Igreja apresentasse à sociedade um projeto: o catolicismo social. Foi importante reforçar que a Igreja apresentou o catolicismo social como uma resposta aos pensamentos liberais e socialistas, e a retórica da caridade passou a ser percebida pela elite da Igreja como a solução para alcançar seus objetivos. Citino (2012) destaca:

[...] a caridade apenas contemplativa e assistencialista, passou-se a uma caridade ativa de luta por direitos humanos. Esse novo conceito de caridade, isto é, o que propugna por vida humana digna, não foi consenso na totalidade da Igreja, porém, foi incorporado ao discurso oficial. Ressaltando, a doutrina social concebeu a caridade cristã como uma atitude de auxílio aos pobres, incluídos os operários em situação de miséria. (CITINO, 2012, p. 62).

Por efeito disso, o projeto da Igreja foi sustentado em práticas voltadas para a caridade e teve a pretensão de ensinar a doutrina social por meio da direção da Cúria Romana. A retórica da caridade foi incorporada na resolução da *Rerum Novarum* e se fundamentou nos ensinamentos do apóstolo Paulo, baseados principalmente no texto bíblico de I Coríntios, capítulo 13, versículo 4, “A caridade é paciente, é benigna, não cuida do seu interesse; tudo sofre; a tudo se resigna”. Nessa perspectiva, a Igreja estimulou o exercício da caridade pela sociedade para o atendimento aos marginalizados:

Façam os governantes uso da autoridade protetora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, visto que só a religião, como dizemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados. [...] Portanto, a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século. (LEÃO XIII, 1891, p.49).

No discurso restaurador católico, propagado pela encíclica *Rerum Novarum*, destacamos outro trecho que ressaltou a caridade como solução da questão social:

E a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso. (LEÃO XIII, 1891, p. 16).

Além disso, segundo Marques (1995, p. 30), a resolução da carta papal saiu em defesa de uma vida digna para os marginalizados, porém “Não se limitava apenas ao assistencialismo, investiu-se também na promoção religiosa e cultural”. Dessa maneira, as ações sociais abarcaram o âmbito educacional para restauração dos valores espirituais e morais destinados aos marginalizados pela sociedade. Assim, a Igreja se reorganizou e estabeleceu novos parâmetros de ações para o exercício do catolicismo social.

Logo, a Igreja Católica, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, apresentou um conjunto de ideias com preceitos morais e normas para condução da sociedade. A Igreja começou a mobilizar e criar estratégias e buscou introduzir sua política social nas esferas da sociedade. Com efeito, estabeleceu na sociedade uma obra educativa para formação de consciência no indivíduo, buscando resguardar os princípios católicos.

Tudo isso demonstrou as intenções da Igreja em suas iniciativas, visando minimizar os dilemas sociais dos novos tempos, como uma forma de atuar no campo social, inspirados e motivados pelo seu discurso de restauração para o fortalecimento da doutrina social da Igreja. É preciso compreender que a Igreja Católica estava em conflito com a ideia da modernidade e seus possíveis efeitos sobre a sociedade, e não propriamente com os avanços e progressos tecnológicos.

Assim sendo, a Igreja empreendeu seu projeto de expansão do catolicismo social pelo mundo. Em outros termos, buscou salvar a humanidade dos males da modernidade, cujos horizontes foram o liberalismo ou o socialismo. A *Rerum Novarum* declarou que a Igreja teve a pretensão de solucionar os conflitos sociais e a publicação da carta papal expôs o posicionamento e o reconhecimento das questões sociais face à modernidade.

Marques (1995, p.32) considera que “[...] A *Rerum Novarum* abordou as questões da luta operária na modernidade, expondo o novo tratamento que a Igreja dava às interpretações liberais e socialistas”. Além disso, o historiador Le Goff também mencionou os desafios que a modernidade impôs à Igreja: “No fim do século XIX e princípio do XX nasce o conflito antigo/moderno no interior do catolicismo, concentra-se e radicaliza-se em torno de dois

problemas: por um lado, o dogma e sobretudo a exegese bíblica e, por outro, a evolução social e política” (LE GOFF, 2003, p. 160).

Marques (1995, p. 31) destacou a inquietação dos pensadores católicos sobre o discurso de conformismo de alguns setores da Igreja frente à questão social naquele momento. Segundo a autora, a Igreja não pôde se dar ao luxo de ignorar a questão social, pois não caberia o discurso de que o pobre deveria se conformar com sua situação de pobreza e miséria. É preciso compreender que a Igreja não sai em defesa de uma concepção social igualitária, muito menos a solução socialista dada a essa questão, mas sim uma vida mais digna para os menos favorecidos.

Por fim, para essas questões, a Igreja desenvolveu diretrizes e estratégias visando o projeto de expansão do catolicismo social. Assim, mobilizou e atuou de forma internacional, como afirma Rosa (2011) sobre o assunto: “[...] a estratégia política da Igreja como o processo por meio do qual as lideranças católicas coordenaram e mobilizaram uma variedade de recursos no âmbito nacional e internacional visando atingir seus desígnios” (ROSA, 2011, p. 52).

Para o êxito na elaboração e execução dos preceitos do catolicismo social, Manoel (1999, p. 211) ressaltou “a necessidade de criação de novas estratégias que, embora não descuidando ou desestimulando a piedade individual, organizaram os fiéis para uma militância mais produtiva”. Portanto, essa estratégia que foi constituída pela Igreja pretendeu retomar sua posição espiritual e temporal perante o mundo.

A partir da doutrina social da Igreja foram criados mecanismos e estratégias, com o uso das encíclicas papais a fim de se comunicar com a sociedade. Como artifício, a Igreja ancorou-se no discurso baseado em argumentos morais, calcou-se na manutenção da tradição, da família e dos bons costumes, e, assim, se percebeu a importância do envolvimento dos católicos leigos, também com o intuito de arregimentá-los para expansão das ações sociais de caridade, com embasamento bíblico, com o intuito de legitimar seu discurso restaurador do catolicismo social.

1.3 Catolicismo Social no Brasil

No Brasil, a religiosidade católica, popular e tradicional na virada do século XX, desfrutou de um grande prestígio. Segundo Lustosa (1991, p. 22), “a maioria esmagadora da população pertencia à religião católica”. Da mesma forma, Riolando Azzi (1986, p. 18)

reconheceu o fato de ser o catolicismo a religião tradicional no Brasil, bem como ser a religião da maioria dos brasileiros.

Além disso, nesse momento, o Brasil encontrava-se bem discrepante sobre o aspecto econômico em relação aos países europeus. Em seus estudos sobre o processo de industrialização, evolução do capitalismo e o surto do proletariado urbano, Lustosa (1991) ilustrou a diferença do progresso econômico. Foi nesse contexto que o progresso brasileiro deu seus primeiros passos em comparação ao desenvolvimento econômico da Europa e da América do Norte.

Segundo Lustosa (1991), o Brasil esteve aquém no desenvolvimento econômico em relação a outros países. Hardman e Leonardi (1994) apontam que, até meados dos anos 1850, as transformações sociais e econômicas vividas pela sociedade brasileira ainda eram bem lentas, e que o gatilho para o desenvolvimento se deu a partir do setor têxtil, que foi considerado como a “verdadeira indústria moderna surgida no Brasil” (HARDMAN; LEONARDI, 1994, p. 35-39).

Foi nesse contexto que os discursos modernos e as correntes ideológicas vindos da Europa alastraram e instigaram a ruptura da monarquia de Pedro II. Ademais, o discurso tendeu à instauração de um regime republicano, racional, calcado nos princípios liberais e modernistas. As elites políticas e os intelectuais liberais se empenharam na construção do novo modelo de sociedade e na extinção do antigo, sob a influência de muitos pensadores, como Augusto Comte e John Stuart Mill. Podemos afirmar, na esteira de Costa, que os liberais brasileiros “importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades” (COSTA, 1999, p. 132).

O país dava seus primeiros passos rumo à modernidade no Império. Naquele momento, a modernidade brasileira impulsionou o desenvolvimento tecnológico de vários artefatos, concomitante a vários acontecimentos, tais como o declínio do Império, a emancipação dos escravos e o advento do regime republicano. Também a chegada de muitos imigrantes vindos de diversas partes do mundo, bem como as migrações internas, ocasionaram uma super concentração populacional na cidade de São Paulo (KOWARICK, 1994, p. 106-109). Nesse movimento, assistiu-se nas principais cidades o surgimento das fábricas, bancos, hospitais, ferrovias e novas construções projetadas para atender à elite, operários, mercados, centros de lazer, tudo expressou a velocidade dos tempos modernos. A velocidade da transformação social pôde ser notada, nos dizeres de Pesavento:

O tempo da cidade moderna era o da descontinuidade e do desencontro, o da velocidade do tráfego que modifica a rotina; o do indivíduo perdido no “espetáculo

da modernidade”, que ressurgia consumido pelo “fetiche da mercadoria”. (PESAVENTO, 1997, p.14, apud Mattos, 2016, p.8).

É importante ressaltar também que as novas formas de pensamento modernista impactaram o Brasil em diversas áreas, como se observa nos estudos de Lustosa:

Social e culturalmente, a nação fermenta em uma espécie de caldo de cultura ideológico no final do Império, as novas correntes do positivismo e cientificismo davam o tom, sem esquecer o ideário liberal que tentava influir na mudança dos esquemas de pensamento e dos padrões sociais conservadores. (LUSTOSA, 1991, p. 96-97).

No Brasil, além das novas concepções de pensamento se alastrando na sociedade, em paralelo tínhamos uma crise que acometeu a economia, como afirma Oscar Lustosa:

O país passava por fase de dificuldades abrangentes: todos os setores da sociedade vinham sendo atingidos pela crise: na economia, a lavoura cafeeira enfrentava com a abolição da escravatura em 1888 e os percalços da busca e contratação de mão de obra assalariada. (LUSTOSA, 1991, p. 96).

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o Brasil se encontrou numa “crise crônica que atingia os diversos níveis de sua composição social e que se tornou mais aguda com a nova conjuntura política” (LUSTOSA, 1991, p. 9).

A instabilidade política agravou-se com o decreto que determinava a separação total entre a Igreja e o Estado. Anterior à nova constituição, o ministro da fazenda Rui Barbosa redigiu o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, e declarou o Brasil, por força da Proclamação da República, como um país laico, deixando a Igreja Católica Romana de ser a religião oficial. Segundo Cunha (2013), a reação do clero brasileiro foi a seguinte:

Os bispos mostraram-se aliviados de se libertarem do regime do padroado, que os abafava, mas lamentaram perder os privilégios de religião do Estado, com suas consequências financeiras e legais. Desprovida da dominação, que jamais deixou de tentar recuperar, a alta hierarquia da Igreja Católica partiu para a retomada ou o reforço da hegemonia detida na intelectualidade [...] intensificou a romanização do clero, iniciada no período imperial, e passou à formação de leigos, isto é, católicos não submetidos às regras nem aos votos religiosos, dotados de alta qualificação intelectual para a difusão da fé e a defesa dos interesses da igreja. (CUNHA, 2013, p. 47).

O discurso liberal inserido na nova constituição de 1891 teve como referência a separação entre Estado e Igreja. Tal quadro configurou para a Igreja algumas situações inéditas: a secularização dos cemitérios, a perda do direito de emissão de certidões de nascimentos e casamentos, e foi vetada a liberdade de exercer o ensino religioso no currículo escolar¹⁷. Ademais, o clero católico deixou de receber a subvenção e, também, todas as

¹⁷ Na Câmara dos Deputados, em 30 de agosto de 1879, no período Imperial, há registros de um projeto para secularização dos cemitérios, proposto pelo deputado maçom Saldanha Marinho e defendido por Joaquim Nabuco em prol da liberdade religiosa e da causa protestante. O projeto propunha a jurisdição civil dos cemitérios municipais. Entretanto, mesmo aprovado com muitas dificuldades e intenso debate na Câmara e no Senado, em 1887, foi engavetado por pressão eclesiástica, e somente com a República os cemitérios deixariam

religiões tiveram a liberdade de culto. As consequências trazidas pela laicidade do Estado e a incorporação do decreto à nova constituição significaram uma afronta à instituição da Igreja Católica. Em razão disso, a elite da Igreja se mobilizou, como afirma Lustosa:

Em torno de semelhante problemática é que serão concentrados os interesses, as preocupações, a estratégia de ação do episcopado brasileiro que denunciava a situação criada com um “ateísmo social”. [...] os bispos seguiram, na maioria, a praxe rotineira de levar ao conhecimento dos párocos e dos fiéis a encíclica *Rerum Novarum*. (LUSTOSA, 1991, p. 97).

Nessa perspectiva, iniciou-se um processo de contínuo diálogo no tocante à separação entre Igreja e Estado, conforme cita Lustosa:

[...] nos primeiros decênios após a Proclamação da República (1889-1910), a Igreja conversou, negociou, brigou por seus direitos, até atingir, quase resignada, um nível de aceitação dos fatos e de composição com o governo que apontasse perspectivas favoráveis para os trabalhos da missão pastoral. (LUSTOSA, 1991, p. 19-20).

Sérgio Miceli (1985, p. 135) afirma que, no Brasil, as duas primeiras décadas do regime republicano constituíram um momento particularmente crítico para a Igreja católica brasileira. Nesse período a Igreja assumiu seu descontentamento em relação ao Decreto 119-A, que constituiu o Estado laico e o término do padroado régio; contudo, garantiu à Igreja a manutenção do seu patrimônio eclesiástico por meio do artigo 5. Riolando Azzi discorreu sobre esse dissabor: “a Igreja passa a declarar expressamente sua insatisfação com o decreto de separação e com o laicismo do Estado implantado pela constituição de 1891” (AZZI, 1986, p. 15).

Além disso, é importante destacar que não era apenas o fim do Padroado que preocupava a Igreja no Brasil, mas também a secularização e o fato do Brasil ser um país católico, mas esse catolicismo ser pouco ortodoxo, eivado de crenças que a Igreja queria extirpar. Era chamado de catolicismo popular de caráter predominantemente leigo, considerado pela população brasileira como sua propriedade particular. A sociedade em várias situações assumia a dianteira das manifestações religiosas¹⁸. Leigos conhecidos como beatos, monges e festeiros administravam os eventos religiosos dentro da sociedade que impregnava toda a vida cultural, tornando-se parte dela (MARQUES, 1995, p. 40).

Segundo Bruneau (1974), a Igreja, com o fim do padroado régio, aproximou-se da Santa Sé como solução para a sua sobrevivência. Dessa forma, as estruturas e premissas do

de ter a jurisdição da Igreja e de ser bentos, com o Decreto nº 510, de 26 de junho de 1890, que finalmente secularizava os cemitérios brasileiros (RODRIGUES, 2007, p. 7).

¹⁸ Staphorst (1985, p. 174 *apud* MARQUES, 1995) relata um episódio ocorrido em 1920, no vale do Jequitinhonha, quando um frei holandês (Samuel Tettero) se recusou a fazer a festa do padroeiro porque os festeiros não queriam prometer prestar contas de receitas e despesas. Com a recusa do frei, populares invadiram a capela, retiraram de lá a imagem de São João e fizeram a procissão sem o vigário. Tal relato ilustra a força do leigo no catolicismo popular, no qual a figura do sacerdote era supérflua.

catolicismo enquanto Igreja universal passaram a substituir as do Império na direção da Igreja no Brasil.

Para Marques (1995), essa aproximação deu início ao processo de romanização que caracterizou a opção mais viável para a Igreja habituada às elites senhoriais. Tal manobra institucional pode ser entendida como uma busca de identidade, a qual evidenciou uma proximidade com a Santa Sé em detrimento do catolicismo popular. É preciso compreender que no Brasil a Igreja Católica afligia com o catolicismo popular na sociedade, com suas inúmeras deturpações doutrinárias geradas pela escassa presença de dioceses e assistência eclesial (MARQUES, 1995, p. 40).

O episcopado brasileiro reagiu e adotou uma nova postura política, elaborando seu discurso com base no projeto catolicismo social para combater o fim do padroado, da secularização, do catolicismo popular brasileiro. É importante dizer que, no final do século XIX e início do século XX, o movimento de circulação do projeto catolicismo social se mistura com o processo de romanização, mas não são a mesma coisa.

O posicionamento da Igreja no Brasil frente a tais questões ficou mais evidente com a promulgação do Decreto 119-A, que provocou insatisfação da instituição com a perda dos privilégios no regime republicano. Na condução da luta contra as ideias e mudanças liberais, bem como para manutenção dos laços com a sociedade, a Igreja Católica se engajou em propostas com temática da valorização da tradição e dos costumes. Para Rosa (2011), a Igreja Católica se articulou para desqualificar as novas propostas da sociedade que se apresentavam e para montar trincheiras firmes de defesa, encastelando-se numa postura ultraconservadora, antiliberal e contrarrevolucionária: o catolicismo social (ROSA, 2011, p. 43).

Logo, a elite da Igreja percebeu que ações articuladas e voltadas para a educação seriam uma trincheira de defesa e controle dos comportamentos sociais. Tais ações revelaram o caminho para a internalização dos preceitos cristãos católicos e, com isso, para a formação de cidadãos moralizados tementes à autoridade da Igreja.

O caminho tomado pela Cúria Romana deu origem ao projeto do catolicismo social no Brasil. Esse projeto fundamentou-se na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII:

Se é evidente que a doutrina social da Igreja Católica, efetivada com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, é o maior exemplo desse tipo de adaptação, a assimilação dessa nova orientação no Brasil é também exemplo de reapropriação de tal doutrina para o contexto local. Enquanto os bispos brasileiros elaboravam um projeto de reestruturação da Igreja no país, percebeu-se que era preciso criar o chamado “exército de fiéis” que possibilitaria recuperar a força política da instituição. (AMARAL, 2015, p. 170).

Diante dos fatos, o episcopado adaptou seu projeto para a nação brasileira, que possuía identidade católica. Essa sociedade deriva no catolicismo popular, amalgamados por sincretismos e paganismos. Além disso, uma agravante: alguns do clero brasileiro comportavam-se como pagãos, adeptos ao concubinato e outros comportamentos moralmente inaceitáveis para a Santa Sé (MARQUES, 1995, p. 41).

O projeto do catolicismo social promoveu, então, ações e movimentos significativos que obtiveram amplitude em várias esferas da sociedade. Segundo Mauro Passos (1991), o catolicismo foi “o fio condutor do pensamento social-coletivo, estabelecia uma ponte entre a economia capitalista e a caridade cristã” (PASSOS, 1991, p. 20). Para a execução do projeto catolicismo social a Igreja Católica se articulou, buscou religiosos de alguns países da Europa que eram qualificados e comprometidos com seus objetivos para atuarem nas ações sociais. Por meio desses religiosos foi possível um crescimento significativo em todo o território brasileiro, passando pelas dioceses e, conseqüentemente, desembarcando nas paróquias.

Nas palavras de Riolando Azzi (1981, p. 12): “O maior esforço nesse período é a criação de novas dioceses no território brasileiro, a organização das províncias eclesiásticas e uma maior colaboração dos religiosos estrangeiros na área educativa, na própria atividade paroquial, e na assistência aos pobres e aos enfermos”. É preciso mencionar que a necessidade da Igreja Católica de ampliar suas áreas de atuação foi fundamentada no número reduzido de dioceses e nos poucos líderes paroquiais. A insuficiência de líderes e dioceses pode ter sido agravada por falta de recursos, aliada também à grande extensão territorial do país e às dificuldades de locomoção. Dessa maneira, diagnosticados os problemas, a elite da Igreja precisou se organizar e estabelecer novos parâmetros de atuação para difundir seu projeto do catolicismo social.

O projeto de ampliação das dioceses viabilizou a comunicação da Igreja Católica com a sociedade. Para Rosa (2011, p. 119), “as novas dioceses deveriam garantir maior presença dos bispos junto ao clero e aos fiéis, promovendo a intensificação da disciplina romana como o remédio para os problemas levantados no Brasil”. Desse modo, se deu início a sua expansão. De acordo com Sérgio Miceli (1985), a Igreja Católica procurou descentralizar-se, e entre 1890 e 1930 foram criadas 56 novas dioceses em todo o país, período com o maior crescimento diocesano em sua história.

O crescimento foi tão significativo que, segundo Marchi (1993, p. 66), “em 1891, tinha apenas doze dioceses ao passo que 1900 já somavam dezessete, em 1910 eram trinta e em 1920 cinquenta e oito, fazia-se então merecedora do respeito de toda a sociedade”. Para

André Caes (2002, p. 110), “a criação das dioceses no Sudeste seguia a expansão econômica ligada ao café e o acesso pelas linhas férreas”.

O crescimento das dioceses obteve êxito devido ao chamado do clero, sobretudo de lideranças capazes de assegurar a comunicação entre Igreja Católica e sociedade. Desse modo, a elite da Igreja buscou as ordens religiosas, tais como os beneditinos, franciscanos, carmelitas, dominicanos, salesianos e outros, com o intuito de aumentar seu corpo efetivo de sacerdotes líderes capacitados e alinhados com os princípios da Santa Sé para assumirem as dioceses espalhadas pelo país.

Assim, as ordens religiosas foram convocadas pela elite do clero e motivadas pelo projeto de expansão da Igreja. Além disso, os religiosos foram atraídos pela conjuntura modernizadora, pelo progresso no qual o país se encontrava. As ordens religiosas foram deslocadas para várias partes do Brasil onde havia a necessidade de líderes. Tais convocações e deslocamentos ocorreram de forma mais intensa nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, e contribuíram para a criação e crescimento das dioceses, gerando condições para seu projeto. Segundo André Caes (2002), a “presença da Igreja Católica em lugares estratégicos pelo país, sua articulação política e as práticas religiosas passaram a ser dirigidas e controladas, tendo em vista o objetivo da Santa Sé” (CAES, 2002, p. 111).

Com efeito, as ordens religiosas, em suas respectivas dioceses, depararam-se com um campo fértil para o trabalho de propagação do projeto do catolicismo social. Logo, a Igreja toma consciência das questões sociais decorrentes do surto industrial e da exploração e pauperização da classe trabalhadora. Com o crescimento populacional e a urbanização das cidades surgiu, também, uma massa numerosa de marginalizados, e acentuaram-se as mazelas da sociedade, tais como a pobreza, a mendicância e a criminalidade. Lustosa (1991) ilustra isso:

A Igreja toma aos poucos consciência das novas situações criadas pelo aumento dos aglomerados urbanos no Brasil onde a afluência de mão de obra barata forma extensos “quistos sociais”, e a maioria da população leva padrão de vida insuportável e sub-humano. (LUSTOSA, 1991, p. 98).

As ações sociais se concretizavam por meio das ordens religiosas, que possibilitaram a inserção de padres capacitados, engajados e dinâmicos. Os religiosos apresentaram uma forte postura de ordenamento social sob o prisma da caridade. Para Rosa (2011, p. 71), a “Santa Sé chamou as ordens religiosas europeias para o Brasil com o intuito de fundar associações de instrução e de educação”. Dessa maneira, os religiosos atuaram em várias obras sociais, dando assistência aos marginalizados e aos seus familiares. Para as crianças abandonadas implantaram lares de acolhimento, asilos, orfanatos; deram assistência aos carcereiros;

organizaram movimentos sociais nas escolas, hospitais, associações, liceus profissionais, além de operarem na imprensa. Durante seu exercício social, cristianizou os desvalidos, ensinou a catequese, apregoou os valores morais e cristãos e prestou serviços litúrgicos, dando assistência a paróquias e santuários.

Nesse esforço das ordens religiosas no exercício da caridade constatou-se, em paralelo, o movimento de católicos leigos. Eram apoiadores do projeto catolicismo social. Caes (2002) esclareceu o surgimento dos leigos quando afirmou que “as novas associações e congregações ligadas às atividades paroquiais esteve associado à difusão de novas devoções [...] envolvendo os católicos em questões mais próximas das lutas institucionais” (CAES, 2002, p. 131).

Foi com esse objetivo que os católicos leigos foram convocados para o projeto do catolicismo social da Igreja. Tal convocação ocorreu no âmago das transformações modernizantes que redefiniram as relações socioculturais e econômicas na sociedade. As transformações do mundo moderno ocorreram gradativamente na segunda metade do século XIX com as perspectivas de industrialização e urbanização.

As mudanças que aconteceram na Europa começaram a adentrar o Brasil, caminhando para instauração de uma tendência moderna, decorrente do ideário liberal. Como se pode ver, a implantação do regime republicano decretou o fim do padroado régio e instituiu a laicidade do Estado, envolvendo questões como o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a inelegibilidade e exclusão dos clérigos do direito de voto nas eleições e, principalmente, a laicização do ensino e da sociedade. Dada essas condições, a ascensão dos ideais liberais foi um dos principais pontos de discórdia entre o Estado e a Igreja.

A Igreja Católica acompanhou essa tendência do mundo moderno e percebeu a necessidade de buscar apoio de católicos leigos para propostas de restauração do poder temporal e espiritual. O projeto do catolicismo social objetivou a dinamização e mobilização do católico leigo como forma de adquirir forças a fim de organizar suas ações e estratégias. A adoção no projeto do católico leigo apontou para um novo caminho de proximidade com a sociedade.

Dessa forma, a Igreja Católica se engajou em ações estruturadas no espaço urbano com o reforço dos católicos leigos em prol das questões sociais. Os católicos leigos auxiliaram nas ações de disciplinamento moral para os remanescentes libertos que ficaram perambulando pelas ruas, além de atuaram em projetos para o enfrentamento das precárias condições de vida dos trabalhadores.

No Brasil, em várias partes do país, as ações sociais católicas tiveram um avanço significativo com os novos apoiadores. De fato os simpatizantes zelaram pela perpetuação dos bons costumes na família brasileira. Rosa (2011), discorre sobre a importância desses apoiadores: “o processo inicial da organização do católico leigo que promoveu a primeira participação política organizada dos católicos em prol de mudanças constitucionais” (ROSA, 2011, p. 121).

Para Costa (2000), na escolha desses apoiadores a Igreja identificou os valores de obediência e santidade; somente aqueles de conduta ilibada foram adequados aos propósitos do projeto catolicismo social. Esses católicos se envolveram nas atividades sociais e cumpriram importante papel para criação das associações leigas com subordinação à Igreja. Dessa forma, os apoiadores contribuíram para a defesa da tradição da Igreja Católica como promotores do catolicismo social.

Na medida em que o catolicismo social se fortaleceu, os católicos leigos compreenderam sua função de propagandista no novo contexto. A Igreja contou com a colaboração de seus apoiadores para o trabalho social e manutenção de associações. Foi urgente a organização e formação das associações para prestar auxílio social aos marginalizados. As associações empenharam-se na tarefa de difundir as virtudes cristãs, direcionar o caminho da preservação da tradição e apresentação de solução para as mazelas sociais.

Essa visão, baseada na propagação das virtudes cristãs, legitimou a emergência da criação de associações nas cidades. A observância dos aspectos cristãos no tocante à formação individual serviu como força propulsora para manutenção da moralidade e da ordem na sociedade. A associação defendeu a tradição e os costumes pela difusão de um modelo para as famílias cristãs, assim, investiu-se na formação do indivíduo para o enfrentamento das forças laicizantes.

Munidas de tais pensamentos, as associações de católicos leigos tornaram-se imprescindíveis para a propagação do catolicismo social. Para a Igreja, os católicos leigos foram agentes multiplicadores ao enfrentamento das questões sociais, e, segundo Lustosa (1991):

Mais organizados, os esquemas da assistência social católica, escudados na experiência do serviço social, dão um passo à frente com a técnica da promoção humana, que lança os germes de trabalho mais sério, contrário à tutela primária do patronato então dominante sobre os trabalhadores, considerados menores. Nesse estilo, a hierarquia permanece firme e fiel às diretrizes gerais da doutrina social católica e procura conciliar a linha rotineira da atividade caritativa com as urgentes imposições de uma ordem social em busca de novo modelo, respeitador da justiça. Prova disso temos nas próprias palavras e no encaminhamento da questão social que

os bispos procuram fixar para a comunidade eclesial, certos da necessidade de mudanças sociais profundas. Ainda se movimentam, todavia, nos quadros da ação social tradicional. (LUSTOSA, 1991, p. 145-146).

Logo, o trabalho social mais organizado nas associações fortaleceu a resistência ao novo mundo moderno, com a preservação de valores e formas de conduta. Tal estratégia visou o represamento das mudanças que por sua velocidade e intensidade chegaram e foram incorporadas gradativamente pelo conservadorismo. Dessa forma, as associações formadas por católicos leigos procuraram mostrar à sociedade os malefícios da adesão às ideias modernas.

Diante de tudo isso, ao longo da trajetória percorrida por essa pesquisa, percebeu-se na historiografia¹⁹ uma fragmentação das fontes em vários ambientes religiosos e alguns de acesso restrito. Porém, com muito afinho e determinação em relação à associação União Popular, objeto desse estudo, avançamos num esforço de construir e preencher as lacunas da história da educação profissional.

1.4 Associação União Popular: do mundo para o Brasil

A União Popular foi uma associação de católicos leigos. Sua função primordial foi assegurar a doutrinação do catolicismo social e sensibilizar a elite política dirigente de toda a sociedade. Amaral (2015, p. 55) tratou sobre o objetivo de sua criação: “a União Popular foi criada para ser a grande propagandista do catolicismo social”. É relevante destacar que suas diretrizes foram norteadas pela Cúria Romana, principalmente pela encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, devido ao seu teor sobre as questões sociais.

A associação União Popular emergiu em várias partes do mundo, como: Alemanha, Áustria, Irlanda, França, Espanha, Portugal, Itália e na América Latina. Segundo Schallenberger (2003, p. 122), a primeira União Popular do mundo (*Volksvereinfür das katholische Deutschland*) foi criada na Alemanha em 1980, sete meses antes da publicação da *Rerum Novarum*, sob a liderança de Franz Hitze. Seus associados foram intelectuais, políticos e empresários, e a União estava subordinada à Igreja Católica Alemã.

¹⁹ É importante dizer que tudo isso se tornou possível devido ao surgimento da *Escola dos Annales*, que promoveu novas formas de abordagens quanto às pesquisas e seus objetos. Foi por meio dela que os materiais históricos foram ampliados, assim como os temas abordados se tornaram mais diversificados. A *Escola dos Annales*, segundo Jacques Le Goff (2003), também provocou rupturas epistemológicas tanto no conhecimento histórico quanto nas pesquisas, que passaram a tratar de novos objetos, enfoques e métodos (LE GOFF, 2003, p. 531).

Para Schallenger (2003, p.122) “os discursos constituintes da União Popular alemã indicaram a defesa e a difusão do catolicismo social como objetivos básicos a serem perseguidos”. O Estatuto da União Popular alemã exortava em relação à promoção e divulgação das ideias do catolicismo social mediante uma obra gigantesca de educação popular para lutar contra o liberalismo e o socialismo (SCHALLENBERGER, 2003, p. 92). Segundo Werle (2006, p. 73), o objetivo central da União Popular alemã era "promover a ordem cristã na sociedade” nos fundamentos sociais da religião católica na vida pública e social e, ao mesmo tempo, desviá-los das falsas lições modernizantes.

No Brasil, a Igreja Católica demonstrava essa observância. Oscar Lustosa (1991) fala sobre a associação União Popular e seu alinhamento com a encíclica papal: “(...) verifica-se a constante preocupação de fidelidade ao ideário da *Rerum Novarum* e à reprodução das linhas de pensamento do catolicismo social europeu” (LUSTOSA, 1991, p. 101).

A presença da associação União Popular no Brasil configurou a implementação do projeto catolicismo social. A mobilização e organização da Igreja Católica, que promoveu a criação de associações do tipo União Popular pelo país, foi impulsionada por sua insatisfação com os desdobramentos da modernidade. Para expansão dessas associações empenharam-se em arregimentar apoiadores, os católicos leigos, e buscaram organizá-los para propagação da ação social da Igreja. Com efeito, cada associação da União Popular adotou soluções práticas conforme as especificidades da sua localidade.

Partindo desse pressuposto, de que os projetos e ações sociais se basearam nas particularidades locais, as associações mobilizam-se em vários setores da sociedade, como escolas primárias, liceus profissionais, hospitais, orfanatos, asilos, albergues, jornais, publicação de livros, congressos, caixas de socorro, cooperativas e muito mais. Todas essas ações sociais, independentes da sua localidade e de suas particularidades, tinham um único intento: a subordinação às diretrizes do catolicismo social, que, por sua vez, foram comandadas pela elite da Igreja Católica.

As associações foram lideradas, a princípio, por membros de ordens religiosas. Mais tarde, surgiram as associações constituídas de católicos leigos. Desse modo, os católicos leigos associados vitalizaram as bases sociais, promoveram a aproximação da Igreja com a sociedade. Amaral (2015, p. 47) declara que “[...] a expansão da Igreja Católica e a agitação de sua cúpula em prol da mobilização dos católicos leigos é, decerto, um elemento catalisador importante para o associativismo”. Assim, a articulação dos leigos em associações resultou no efetivo fortalecimento da doutrina social por toda a sociedade.

No Brasil, as associações foram formadas e difundidas em todo o território, e tiveram como modelo as congêneres europeias no que tange à autoridade clerical, virgindade de Maria e infalibilidade papal. Adotaram a questão da coalizão entre a Igreja e os demais membros do episcopado conjuntamente com católicos leigos, sujeitando-se às diretrizes da Santa Sé. Para isso, buscou fundamentar-se nas encíclicas papais para legitimar e viabilizar a propagação das ações sociais. Em virtude da aproximação entre Igreja Católica e leigos houve a ampliação dos campos de atuação para diversas áreas da sociedade. Nesse sentido, a condução do catolicismo social foi organizada com maior rigor doutrinário.

É importante destacar que os grupos de católicos leigos foram bem diligentes na difusão da doutrina social, de tal forma que organizaram eventos, encontros, congressos e promoveram a circulação de suas ações na imprensa com a produção de publicações, jornais e edições de obras. Tais ações foram facilitadas em virtude das benesses do progresso e de grupos desfrutarem de posições privilegiadas na sociedade, tais como políticos, professores, médicos, engenheiros e advogados.

A mobilização dos católicos leigos teve maior amplitude nos estados do Sudeste, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, posto que esses estados desfrutavam de maior desenvolvimento econômico e urbano. Esses estados foram marcados pelo progresso modernizador junto às transformações tecnológicas que chegaram a esses centros urbanos.

Com efeito, esses fatores exigiram o esforço da Igreja em ações de mobilização de forma mais incisiva nesses estados. Todo o desenvolvimento socioeconômico despertou a preocupação da Igreja com os estados, configurando uma participação mais forte da mobilização. Para isso, a Igreja investiu no projeto do catolicismo social, objetivando o enfrentamento direto do crescimento das questões sociais naqueles locais. Foi preciso também compreender que o avanço do progresso representou uma ameaça ao seu espaço espiritual na sociedade.

Sobre a questão, Amaral (2015) apresentou dois fatos que despertaram uma mobilização significativa nesses estados, a primeira grande concentração de católicos, sobretudo em suas capitais. O segundo fato tratava de “estados populosos podendo levar a inferir que se tratasse de uma ocupação proporcional ao número de habitantes” (AMARAL, 2015, p. 68). Isso evidenciou a estratégia da Igreja em focar nessas circunscrições para proteção do seu rebanho na intenção de formar barreiras de contenção contra as ideias modernas.

Assim, a presença das novas forças nos estados tornou a mobilização mais estruturada e representativa para a Igreja, o que possibilitou a implantação do projeto do catolicismo

social. Com a força auxiliar no projeto foram criadas associações pelo país, tão necessárias às questões sociais e religiosas. As associações procuraram criar estruturas de apoio como bibliotecas populares, salas para reuniões, conferências sobre higiene, saúde, educação profissional e orientação para o trabalho. Esse modelo de associações se difundiu por todo Brasil, e a primeira foi na capital do Rio de Janeiro.

1.4.1 A primeira União Popular brasileira na capital

No Rio de Janeiro foi constituída a primeira associação União Popular do Brasil, com o apoio do cardeal Arcoverde²⁰ e do arcebispo D. Silvério Gomes Pimenta²¹. Segundo Lustosa (1990 p. 101), a primeira União Popular Brasileira foi criada em maio de 1908, na capital do Rio de Janeiro, servindo de incentivo e modelo para todo o país.

Segundo Amaral (2015), a União Popular do Rio de Janeiro foi baseada no modelo da congênera *Volksverein* alemã, voltada para as questões sociais. A proposta veiculada procurou equacionar os problemas decorrentes do processo de industrialização e da proletarização dos trabalhadores. Para Schallenberger (2001, p.19), a “associação postulava uma transformação social não acometida de uma ruptura institucional, mas, sedimentada na ordem da solidariedade cristã”.

O propósito da União Popular do Brasil foi explícito no texto do seu Estatuto, e buscou direcionar a sociedade para os preceitos cristãos. Mauro Passos (1991, p.9) narrou que a União Popular se engaja na propagação das ideias da *Rerum Novarum* e, por isto mesmo, “ela é tão sábia, consentânea e perfeita que prima entre os pares dos outros países”.

O Estatuto da Associação União Popular foi constituído com o propósito de propagação católica, instrução religiosa, programa voltado para as questões sociais e as condições de vida e trabalho, direcionadas para debates e discussões da questão operária. O Estatuto teve por finalidade promover a ordem cristã na sociedade, assim como suas coirmãs associações espalhadas pelo país.

²⁰ Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, mais conhecido como Cardeal Arcoverde, nascido em Cimbres em 17 de janeiro de 1850 e falecido no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1930, foi um sacerdote católico brasileiro, primeiro a ser elevado ao título e dignidade de cardeal na América Latina. Carta Pastoral-Arquidiocese de São Paulo. Typografia da Industrial de SP, 1896.

²¹ Silvério Gomes Pimenta, nascido em Congonhas do Campo em 12 de janeiro de 1840 e falecido em Mariana em 30 de agosto de 1922, foi um professor, orador sacro, poeta, biógrafo, prelado e arcebispo de Mariana. Foi o primeiro prelado eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para a cadeira 19. Presidiu, em 1903, o Primeiro Sínodo da Diocese de Mariana. Documentos da Igreja. Tradução de Lourenço Costa e Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Documentos da Igreja).

No Estatuto previa-se que as decisões tomadas sobre as articulações e mobilizações das associações estivessem ligadas à direção da União Popular do Rio de Janeiro. No artigo V, § 1º, afirmava-se que “Os centros dos Estados devem funcionar nas capitais, tem por fim impulsionar e dirigir a execução do Programa da União Popular do Brasil em cada Estado e estão imediatamente subordinados à Direção Central na capital” (PASSOS, 1991, p. 73).

Sobre a criação da União Popular do Brasil, Geovane Silva (2011) relata que a criação se deu durante a realização do Segundo Congresso Católico Brasileiro, na capital do Rio de Janeiro, em 1908. A implantação da União Popular tinha a tarefa de organizar os movimentos em prol das questões sociais no Brasil, além de empregar o uso da imprensa na publicação de periódicos, como por exemplo o jornal *Ação Social*, de propriedade da União Popular²². Segundo Silva (2011, p. 64), a União Popular alcançou os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná.

A União Popular Brasileira teve como principal articulador o Frei Inocêncio Reidick²³, de origem alemã, e engajado em difundir a associação para todo país. Para Silva (2011, p. 64), “as iniciativas católicas sociais no Brasil foram levadas a cabo por missionários de origem alemã e holandesa reunidos na União Popular, sobretudo em Minas Gerais”.

A pesquisa de Amaral (2015) nos forneceu alguns dados sobre a estrutura da União Popular belorizontina, fundada em 11 de abril de 1909, onde contou com biblioteca de livros sociais, tipografia, sala de ensino noturno, leitura e recreação²⁴. O interior de Minas Gerais já contava com vinte e oito centros organizados da Associação (SILVA, 2011, p. 65), dentre as quais a primeira Associação União Popular em Minas, fundada em dezembro de 1908, na cidade de São João Del Rei, que trataremos no próximo capítulo.

²² A Igreja Católica utilizou da boa imprensa, como o periódico *Ação Social*, que alcançou os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, mas principalmente Minas Gerais, onde conseguiu estruturar-se de modo “bastante invejável”, segundo a Revista Social (SILVA, 2011, p. 65).

²³ Frei Inocêncio Reidick, frade franciscano alemão, destacou-se na propagação do catolicismo social e na articulação do projeto da União Popular no Brasil.

²⁴ A União Popular em Belo Horizonte foi fundada um ano depois de São João Del Rei. John Wirth (1982) expõe que em 1909 padres de origem europeia fundaram a União Popular de Belo Horizonte, que surge como vigorosa resposta institucional à República, e a Igreja começa a mobilizar leigos, sendo Minas um centro capital de atividades. Também, a Associação União Popular envolveu-se nas questões educacionais e pressionou os valores morais católicos na imprensa e no cinema. Organizou congressos que encorajaram a classe média e, em especial, os grupos profissionais a apoiarem ativamente as questões e causas católicas (WIRTH, 1982, p. 271).

CAPÍTULO II: O PROJETO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO POPULAR NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI

Conforme discutido no capítulo anterior, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, o avanço da industrialização e o desencadeamento da modernidade geraram mudanças em países do continente europeu e americano, entre eles o Brasil. O advento dessa modernidade no século XIX afetou, também, a instituição Igreja Católica, que reagiu com o projeto do catolicismo social. No Brasil, o catolicismo social expandiu-se especialmente com a separação entre Estado e Igreja, formalizada pela Constituição de 1891. Em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rei, a União Popular foi uma associação que propagou e divulgou as ideias do catolicismo social. Em seu Estatuto estão elencadas várias obras sociais que deveriam ser desenvolvidas pela igreja, dentre elas ações para o desenvolvimento da educação profissional.

Neste capítulo buscaremos compreender como e por que foi criada a associação de católicos leigos e a União Popular de São João Del Rei; quais os sujeitos envolvidos no processo e quais suas principais características. Ademais, buscaremos perceber as iniciativas e propostas transmitidas no Estatuto da União Popular a favor da educação profissional, bem como as expectativas e representações que se criaram em torno dela.

2.1 Os percursos da modernização na tradicional São João Del Rei

O projeto do catolicismo social teve início na cidade de São João Del Rei com a criação da União Popular em 1908, associação formada por leigos, cujas atividades perduraram nessa cidade até 1928. Para Antoniazzi (1987), o termo leigos abarca todos os cristãos, exceto os membros da ordem sacra e do estado religioso²⁵. Também em dicionário de 1832, o termo leigo era compreendido como aquele que não é eclesiástico²⁶. Esses fiéis foram incorporados a Cristo pelo batismo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feito partícipes de uma função sacerdotal, profética e regida por Cristo.

Para compreendermos a criação da associação de católicos leigos se faz necessário entender o contexto no qual ela foi criada. Logo, neste tópico, será feita uma descrição dos

²⁵ No artigo *O que é o leigo? Teses para debate* Antoniazzi analisa mais a fundo a definição estabelecida pelo Concílio Vaticano II. In: Coleção Estudos da CNBB (1987). Os leigos na Igreja e no Mundo: vinte anos depois do Vaticano II. São Paulo: Paulinas.

²⁶ *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto, na Typografia de Silva, datado de 1832. Sobre o termo Leigo, era compreendido como “o que não he eclesiastico. Ignorante. Que não professa letras.”.

percursos, da formação e a caracterização dessa sociedade tradicional, bem como de seu crescimento urbano.

Nos primórdios da sua fundação, a cidade de São João Del Rei foi diretamente associada à chegada dos bandeirantes em busca do ouro. A atividade garimpeira se encontrava entre as formações da Serra do Lenheiro e da vizinha Serra de São José (Tiradentes e Prado)²⁷. A prática da mineração perdurou por muitos anos em torno dela e, por consequência, intensificou o comércio regional existente desde o século XVIII, que tinha como objetivo o abastecimento da população que se instaurou nesse local. O comércio em São João Del Rei progrediu ainda mais com a vinda da corte portuguesa, em 1808, para o Rio de Janeiro. Diante disso, ocorreram mudanças nas atividades mercantis da cidade, visto que havia a necessidade de abastecer a cidade do Rio de Janeiro (LENHARO, 1979, p. 33).

Nesse sentido, São João Del Rei se constituiu como importante rota de abastecimento de todo Centro-Sul²⁸. Parte do prestígio se deu em função de sua localização geográfica, devido a sua proximidade com o Sul; situada na região denominada Campos das Vertentes, favorecia a ligação entre as fronteiras com o Rio de Janeiro e São Paulo, permitindo o acesso a outras diferentes regiões. Segundo Graça Filho (2002) “São João Del Rei e Barbacena, localidades próximas à fronteira com o Rio de Janeiro e servindo de pouso na rota das minas do Carmo, Ouro Preto e Sabará, centralizava as exportações de diferentes regiões da província, intermediando, em parte a produção de Goiás e Mato Grosso” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 39).

Assim, a rota para a cidade de São João Del Rei garantiu o movimento de reorganização interna da economia local, que apresentou um aumento do crescimento, tendo como mercado consumidor a capital Rio de Janeiro²⁹. Tal crescimento caracterizou-se como uma reinvenção em substituição ao refluxo da mineração (LENHARO, 1979, p. 27).

Tendo em vista esse desenvolvimento mercantil, Welber Santos (2009) destaca que a circulação de pessoas na busca das minas de ouro e diamante resultou em formações urbanas improvisadas que se transformaram em diversos povoados e vilas onde se construíam igrejas para atividades religiosas e se desenvolviam, também, a agricultura e o comércio dos

²⁷ São João Del Rei foi fundada pelo bandeirante Tomé Portes Del’Rey, junto com seus familiares e escravos, procedente de Taubaté, que começou o povoamento dessa região no início do século 18 (SOBRINHO, 1997, p. 11).

²⁸ Sobre essa questão, Alcir Lenharo (1979, p. 75) destaca: “Sede da comarca do Rio das Mortes e com situação geográfica privilegiada, São João Del Rei era servida por diferentes canais de escoamento, a estrada do Comércio, a estrada da Polícia e Caminho Novo, que por uma variante chegava até Barbacena”.

²⁹ Para Lenharo (1979, p. 33): “as transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como o polo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul”.

tropeiros. No decorrer do tempo, as atividades de agricultura e pecuária se estenderam por várias regiões de Minas Gerais, formando uma rede de abastecimento interno para suprir não apenas as necessidades urgentes da mineração, como também de toda a população que exercia atividades das mais variadas (SANTOS, 2009, p. 35).

Lenharo (1979) reitera o fortalecimento desse comércio nas cidades mineiras, como São João Del Rei, o qual implicou em novas relações mercantis³⁰, bem como se constituiu em “elo necessário entre o rural e urbano para atender às necessidades das cidades afetadas pela decadência da mineração” (LENHARO, 1979, p. 105). Sobre essa questão, Graça Filho (2002, p. 55) esclarece que, em São João Del Rei, as atividades comerciais dividiam-se em dois setores: comércio entre as regiões circunvizinhas para suprir a necessidade do local e o de entreposto de gêneros de abastecimento para Pitangui-Tamanduá, Minas Novas, Paracatu e Araxá, com destino à exportação interprovincial do Rio de Janeiro.

Logo, a dinamização das atividades mercantis em São João Del Rei resultou na formação de um forte entreposto comercial em Minas Gerais. Horta (1997, p. 75) relata a passagem do grande número de carros de bois cruzando a cidade diariamente, com suas grandes cargas comerciais, e ainda destaca os sons e guinchos ostensivos causados pelo movimento desses carros por suas ruas.

Lenharo (1979) atesta que o centro das exportações mineiras tinha sede na praça comercial de São João Del Rei, que juntamente com Barbacena constituíam os dois polos do comércio atacadista, servindo de verdadeiros entrepostos regionais. Como estavam bem localizadas, na entrada das Minas Gerais, conseguiram centralizar o fluxo das mercadorias de várias regiões. É interessante notar que em São João Del Rei centralizava-se a maior parte das exportações de subsistência, ao passo que na cidade de Barbacena concentravam-se as exportações de algodão (LENHARO, 1979, p. 75-76).

Ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a cafeicultura em São Paulo e Rio de Janeiro expandiu para as regiões Centro-Sul de Minas. Essa expansão cafeeira levou à implantação de novas rotas³¹, estradas mais eficientes e seguras para o escoamento da

³⁰ Para se ter ideia desse dinamismo comercial em São João Del Rei, Graça Filho (2002) teve acesso a dois livros do século XIX dos anos de 1830 a 1832 sobre licenças concedidas para estabelecimentos comerciais, oficinas, edificações de residências, companhias, atividades públicas, religiosas e de entretenimento. Os registros levantados são: nos anos de 1830, 1831 e 1832, respectivamente 190, 224 e 195 licenças comerciais. Por categoria, 37 registros de vendas, 127 de lojas e 3 registros de armazéns. Em 1854, em São João Del Rei, 5 boticas, 25 lojas, 136 tavernas. Em 1864, o Almanaque Civil e Industrial de Minas Gerais listou 24 negociantes de fazendas secas (gêneros alimentícios e aguardente), 18 molhados (gêneros líquidos – azeite, vinho, tintas, pólvora e milho) e 67 gêneros do país num total de 109 nomes (GRAÇA FILHO, 2002, p. 60-62).

³¹ Segundo Lenharo (1979, p. 53) as autoridades entenderam que a criação de novas estradas para ligação Centro-Sul seria a resposta para as mudanças socioeconômicas.

produção. Sobre essa questão Alcir Lenharo (1979, p. 109) declara que “o comércio de abastecimento fornecerá os elementos tecnológicos – estradas, o sistema de tropas [...] o que incentivou o povoamento de áreas até então desertas [...]”.

Com relação ao processo de integração e urbanização em São João Del Rei, ocorreu a abertura de novas estradas com a culminância da construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas³², racionalizando a distribuição dos gêneros alimentícios, remédios, tecidos e mercadorias em geral³³.

Welber Santos (2009) afirma que a conexão do Oeste de Minas Gerais com o Rio de Janeiro tinha como um dos principais centros distribuidores a praça de São João Del-Rei. Assim, a cidade torna-se o eixo que dará sentido para a construção de uma estrada de ferro que teria por objetivo a redução das distâncias e barateamento dos fretes em direção à Corte no Rio de Janeiro (SANTOS, 2009, p. 42-43).

Sobre as ferrovias, John Wirth (1982, p. 105) narra: “de fato, a experiência republicana em Minas foi baseada na integração através de ferrovias”. Essa nova tecnologia marcou a sociedade mineira, possibilitou o crescimento da economia cafeeira, bem como permitiu avanços na infraestrutura com aberturas de fábricas, oficinas, prédios, pontes e edificações urbanas. Inclusive, a estrada de ferro contribuiu efetivamente para o escoamento e crescimento da produção agrícola e pecuária. Para Wirth (1982), as ferrovias mineiras promoveriam o fluxo de pessoas:

Desdobrando-se aos pontos cardeais, as linhas novas e projetadas supostamente valorizavam a terra, atraíam os imigrantes, estimulariam as economias locais e aceleraram a circulação de bens, em suma, uma repetição da bem sucedida história norte-americana, agora esperançosamente facilitadas pelas novas instituições federais. (WIRTH, 1982, p. 105).

Nesse sentido, a implantação da ferrovia em São João Del Rei fez parte do processo de modernização de Minas Gerais. Lima (2003) narra que a Estrada de Ferro Oeste de Minas caracterizava ser instrumento para modernização das regiões desenvolvidas socioeconômicas, buscando atender uma sociedade que mesclava nos aspectos coloniais, agrários e escravistas³⁴.

³² EFOM - Estrada de Ferro Oeste de Minas - (São João del-Rei, 2 de fevereiro de 1881 - Belo Horizonte, 23 de janeiro de 1931) foi uma empresa ferroviária mineira. A linha em bitola de 762 mm ligava Antônio Carlos à Barra do Paraopeba, Minas Gerais. A Ferrovia Centro Atlântica opera o trecho Aureliano Mourão-Divinópolis, ampliada para bitola métrica em 1960. De 1903 a 1931, a Estrada de Ferro Oeste de Minas foi uma das estradas de ferro encampadas pelo governo federal, vindo a ser arrendada ao governo de Minas Gerais em janeiro desse último ano junto com a Rede Sul Mineira (RSM) para formar a Rede Mineira de Viação (RMV).

³³ Segundo Lenharo (1979, p. 20), de Minas Gerais descia para a Corte, para o seu abastecimento, quantidades enormes de cavalos, bestas, gado vacum, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos e cereais.

³⁴ Lima (2003, p. 82) cita o discurso do presidente João Capistrano Bandeira de Mello em 1877. Segundo ele, o principal ponto da elaboração de projetos de ferrovias seria a distribuição das estradas. “De que servirão estradas

Peter Blasenheim (1996) entende que o crescimento das ferrovias em Minas Gerais se deu face à crença compartilhada de um grupo de fazendeiros de café que acreditavam nesse artefato como estímulo econômico para integração das regiões cafeeiras. Tal pensamento reverberou no efeito positivo demonstrado pelas ferrovias sobre a economia cafeeira paulista.

Para Marshall Berman (1986), as ferrovias caracterizavam-se como símbolos do progresso da modernidade. O impacto desse transporte rápido e barato foi considerável para a pequena cidade do interior de Minas Gerais. Além disso, milhares de pessoas nas áreas rurais que nunca tinham ouvido o apito agudo da locomotiva a vapor em seus vales solitários e planícies isoladas ficaram de repente a uma distância de horas dos centros comerciais (WIRTH, 1982, p. 108).

Para Azevedo (2003, p. 30), “A própria ideia de movimento é característica à ideia de civilização. Sua maneira de auto perceber-se, de entender-se como agente privilegiado de um desenvolvimento histórico que conduziria a um mundo sempre melhor, governado pela razão e seu movimento de expansão”.

Na modernidade o tempo ganha dinamismo nas relações sociais. O transporte ferroviário significou o progresso material e cultural para a sociedade sanjoanense. Os periódicos locais indicavam os horários que possibilitavam a programação de suas viagens³⁵. Ademais, a inovação tecnológica passa a reduzir as distâncias entre as regiões, promovendo o intercâmbio e circulação de pessoas e barateando a produção e os fretes.

As transformações provocadas pela modernidade contribuíram para o “boom” populacional de São João Del Rei, e como consequência a cidade foi impelida ao ordenamento do espaço urbano³⁶, principalmente em torno da ferrovia. No novo eixo foram construídas fábricas, construções comerciais, as residências dos trabalhadores, hotéis, enfim, houve uma expansão da cidade.

Sobrinho (1997) relata o notável crescimento urbano em São João Del Rei, destacando a construção de novas edificações com fachadas parisienses para atender a demandas como a fundação de companhias industriais e até casas comerciais de valores. Ainda surgiram outros

magníficas, se ligassem lugares sem interesse para o comércio?”. Não bastaria que elas simplesmente existissem. Seria necessário que elas fossem construídas onde “o interesse as reclama”. As melhores e mais multiplicadas deveriam ser feitas nos lugares onde a indústria fosse mais desenvolvida e as relações econômicas mais ativas.

³⁵ Alexandre Costa (2000) narra que “os textos dos jornais sobre festas religiosas tradicionais lembram os sons sincronizados de um relógio: tic-tac dos segundos pontuados pelas batidas dos quartos de hora” (COSTA, 2000, p. 34).

³⁶ Para Carvalho e Carvalho (2012), a formação de algumas cidades e a consolidação de outras desembocaram em outro elemento fundamental da modernização, em especial no período republicano: o surgimento da indústria, para produzir novos materiais e desenvolver novas técnicas de construção; com ela vem, também, a reorganização de espaços urbanos, a disciplina e o controle, a divisão do trabalho, da renda e do consumo (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 100).

empreendimentos na cidade, lojas de diversos ramos, escolas primárias, liceu de artes e ofícios e associações. O crescimento imobiliário estava muito aquecido, tanto que não se encontravam casas para aluguéis e, quando as casas eram localizadas, os preços eram altíssimos. Além disso, o custo de vida na cidade era muito alto, os gêneros alimentícios bem caros. Também se constatou que havia muita mendicância por toda a cidade, todavia não faltava trabalho e sim o trabalhador regular (A Pátria Mineira, 18 de fevereiro de 1892, *apud* GAIO SOBRINHO, 1997, p. 46-47).

Costa (2000) relata a diversidade do comércio em São João Del Rei:

Para ele, esse lugar era uma terra de negociantes, de outros também, mas principalmente para todo tipo de comércio e gêneros do país: de papéis, armarinhos, relógios, gados e aves de raça, latas, brinquedos, artigos dentários pelos preços do Rio de Janeiro, tintas, chapéus de sol e de cabeça, queijos, óculos, fogões, impressos, doces, fumos, calçados *walk-over*, manteiga, pince-nez, molhados finos, café, livros em branco ou não, poemas, banhos, fazendas, ferragens, tijolos, drogas e preparados, arados, bengalas e desnatadeiras. (COSTA, 2000, p. 15).

O conjunto de expansão econômica pela qual passou São João Del Rei no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX implicou não apenas no aumento da circulação de mercadorias, mas também de pessoas e ideias, gerando mudanças nas relações sociais, visto que a movimentação dentro da cidade possibilitou o intercâmbio e apropriação de novas ideias e culturas com a chegada da linha de ferro em 1881, que trouxe a necessidade da construção de prédios, escritórios, garagens, armazéns, lojas, cenário para circulação de muita gente.

É importante observar que pessoas de diversas partes do Brasil foram para São João Del Rei, gerando um fluxo constante na cidade. Elas buscavam oportunidade de uma vida melhor. Várias eram de grupos que transitavam e pertenciam à cidade, tais como comerciantes, caixeiros, biscates, engraxates, vadios, mendigos, políticos e soldados (COSTA, 2000, p. 14).

Vieram também profissionais como engenheiros, ferroviários e operários, que se juntaram ao polo operário da cidade, composto pelos tecelões e tecelãs da Companhia Industrial Sanjoanense e da Fábrica de Tecidos Brasil. Também vieram trabalhadores italianos, que moravam no bairro das fábricas em casas simples. Nos sobrados moravam profissionais liberais, como médicos, professores, farmacêuticos, dentre outros (COSTA, 2000, p. 15).

Outrossim, a companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas desempenhou o papel de promotora desse dinamismo, garantindo trabalho a muitos profissionais³⁷, como engenheiros, administradores e técnicos. A expansão ferroviária de São João Del Rei, em grande medida, foi responsável pelo crescimento de trabalhos diretos e indiretos.

Em síntese, o novo transporte em São João Del Rei aparece como símbolo ideal de civilização e progresso. Também promoveu o desenvolvimento e expansão da cafeicultura e regularizou o abastecimento das zonas consumidoras. Para Antônio Gaio Sobrinho (1997, p. 46), “o século XX se abrirá para São João Del Rei da mesma forma como se fechou XIX, com igual pujança e espírito empreendedor”.

Concomitante ao processo de modernização em São João Del Rei mantinha-se uma sociedade caracterizada pelo tradicionalismo religioso. A Igreja Católica tinha papel de destaque na sociedade sanjoanense, assim como em toda Minas Gerais, onde a vida social girava em torno da tradição religiosa. Para John Wirth (1982, p. 208), “Minas é o estado mais católico do Brasil”.

Marques (1995, p. 91) discorre sobre “a imagem de Minas como a guardiã da tradição e da vitalidade brasileira”. Em São João Del Rei podemos perceber essas bases socioculturais que deram uma configuração específica à tradição com seus festejos cívico-religiosos.

Para Duarte (1997 p. 72) a religiosidade sanjoanense era percebida nos entrecruzamentos contínuos dos sons dos sinos das igrejas, significado do forte espírito religioso e por um forte aspecto sacerdotal: “tudo falava de religião, igrejas frequentadas quase todas as horas do dia, devotas procurando a solidão dos altares, as festas religiosas preocupante do o povo e divertindo-o durante o ano inteiro”³⁸. A presença de um forte catolicismo festivo e de apelo aos sentidos, próprio dessa sociedade barroca, a interação com a tradição religiosa era manifestada por meio dos cultos, devoções e procissões, simbolismos que impregnavam toda a vida da sociedade, tornando-se parte da cultura na cidade. A tradição religiosa em São João Del Rei era uma das principais fontes controladoras da ordem cultural,

³⁷ Wirth (1982) afirma que a presença de múltiplos profissionais em uma sociedade indica que a cidade está vivenciando os estágios iniciais da modernização (1982, p. 208).

³⁸ Duarte (1997, p. 72) relata que os sinos em São João Del Rei tocavam o dia todo, marcando o tempo e os acontecimentos – desde os mais corriqueiros até os mais decisivos – da vida de seus moradores. Os sinos, cuja atividade foi construída como signo do tradicionalismo religioso da cidade, fundaram uma vivência do tempo, do espaço e mesmo da sociabilidade das pessoas. Convocavam os fiéis para a missa, diferenciando, pelo toque, se essa ia ser rezada pelos vigários locais ou por alguma outra autoridade eclesiástica. Havia o toque das almas, às 20 horas (inverno) ou às 21 horas (verão). Dizia-se não ser de bom tom realizar visitas a gente de bem após esse sinal. Quando havia o repique festivo às 12 horas, anunciava-se a novena ou terço da noite. Acompanhado do dobre, a novena receberia benção.

levando homens e mulheres a seguir regras e normas. A postura de resignação contribuía para a preservação da tradição e dos bons costumes.

A sociedade de São João Del Rei era, pois, caracterizada e alicerçada na cultura e fé católica. Para Costa (2000), a sociedade expressava sua característica religiosa na construção das igrejas, nos eventos com músicos religiosos, na organização das quermesses, na regência dobre dos sinos, nas obras de caridade e no enterrar seus mortos e reverenciá-los no dia de finados; a tradição religiosa fora ao longo do tempo sendo forjada na vida cultural da cidade.

Os princípios religiosos regiam a forma de organização social; o ambiente era carregado de sincretismos adquiridos de diversas influências étnico-culturais. Além disso, a imagem da força institucional espiritual pode ser traduzida na quantidade de igrejas localizadas numa única cidade, 35 edificações construídas, a maioria do século XIX. A tradição religiosa sanjoanense era também cunhada nas muitas festas dedicadas aos santos padroeiros, mantendo o povo nas atividades católicas e abalizados nas práticas e costumes.

Nesse ambiente marcado pela tradição religiosa, podemos perceber a sociedade sanjoanense sendo confrontada com as questões modernizantes. Tais questões que se originaram em torno da industrialização, urbanização, saneamento na sociedade e propagação de ideias liberais, as quais fizeram emergir tensões resultantes desses antagonismos.

Em São João Del Rei a modernização e a mercantilização promoveram de forma significativa melhorias de vida, contudo, não foram capazes de conter o aumento da marginalidade social. É preciso compreender que a inserção no mundo produtivo veio acompanhada por desigualdade e pobreza, situação que se materializou nas discrepâncias sociais, provocando o descontentamento popular. Dessa forma, percebemos que as desigualdades não são tratadas como problemas estruturais do capitalismo industrial, mas como questões morais.

Nesse sentido, os sujeitos que não se enquadrassem no novo modelo produtivo urbano-industrial eram tratados como os “marginais”. Eles contribuíram para o agravamento de questões sociais como a mendicância, a ociosidade, a pobreza, a vadiagem e o crescimento dos órfãos e dos desvalidos.

Feitas essas considerações passaremos, no tópico a seguir, a tratar sobre os aspectos da formação social e econômica de São João Del Rei.

2.2 São João Del Rei entre a tradição e moderno

Em São João Del Rei chama atenção o fato de que há um conflito de identidade: preservar o passado e suas tradições ou atirar-se de vez nos braços da modernidade, da civilização (COSTA, 2000). Para Duarte (1997, p. 74), a identidade de São João Del Rei não se calçou apenas nos mitos de fervor religioso tradicionalista. A tradição e o moderno se amalgamaram harmoniosamente, em discursos que ressaltam o progresso material e cultural da cidade, reforçando a valorização de signos de civilização. Pode parecer dúbio, mas as elites dominantes nas primeiras décadas do século XX acreditavam que a crença religiosa sanjoanense poderia de alguma forma viabilizar o projeto civilizatório.

A religiosidade de São João Del Rei cria-se num mundo particularizado, em certa medida resistente às influências modernas, mas sempre coeso e fiel à fé católica. Nos jornais foi cognominada “A Católica, pela majestade de seus tempos, índole de seu povo, magnificência de suas festas e respeito às tradições” (COSTA, 2000, p. 30)

Segundo Costa (2000), Minas Gerais era o estado mais católico do Brasil. Nesse cenário surge a elite católica sanjoanense, reivindicando destaque, querendo ser reconhecida por ter uma sociedade sólida na fé e nos costumes, bem como suas grandiosas festividades na cidade de São João Del Rei, única, talvez, em todo o território mineiro.

O aspecto religioso apresenta-se como o grande trunfo que a Igreja Católica institucional possui para poder barganhar com o Estado e com as elites dominantes seu poder temporal e espiritual enfraquecido na modernidade. A Igreja se apresenta como capaz de assegurar a ordem para a sociedade, que confere estabilidade e identidade à pátria. Em outras palavras, a religião ameaçada significa a pátria, a sociedade, a família em perigo. John Wirth (1982) destaca que a tradição, a “religião pode significar a valorização das origens e raízes que conota estabilidade, o desejo de ordem num ambiente em transformação” (WIRTH, 1982, p. 117).

É nessa sociedade de tradição religiosa que as atividades de produção industrial, comércio e serviços foram tornando uma realidade à medida que a cidade consolidava sua urbanização. Concomitantemente às transformações socioeconômicas foram delineando o mapa social sanjoanense frente aos impasses da tradição e modernidade.

Em São João Del Rei havia uma elite conservadora fortemente ligada às tradições, que defendia a manutenção e preservação das instituições sociais, como a família, a crença religiosa, a moral e os costumes. Essa elite conservadora, em contato com o ideário liberal, em dado momento, consegue conjugar ao mesmo tempo os elementos da tradição e modernidade, como fé e razão.

É interessante compreender, nessa conjugação entre tradição e moderno, que surge uma elite conservadora liberal, aberta às transformações econômicas, mas que não rompe com seus valores, costumes, normas e tradições. Nesse quadro podemos perceber um movimento que denominamos de “acomodação” entre a tradição e o moderno como caracterização dessa elite. Em relação ao processo de acomodação, Wirth (1982) destaca que Minas Gerais é “aberta à mudança, mas nunca rompendo com a sociedade tradicional, a elite mineira era conservadora, localista e isenta de crises de identificação ou função” (WIRTH, 1982, p. 147).

As elites dominantes de São João Del Rei eram compostas por proprietários de terra, políticos, comerciantes, criadores de gado, donos de indústrias, religiosos e intelectuais. Wirth (1982) narra que a riqueza dessas elites veio por meio das posses de terra e do comércio. Essa diferenciação econômica começou muito cedo no Sul de Minas, onde várias famílias se diversificaram para a indústria têxtil, ferroviária e de processamento de alimentos. É interessante observar que tais famílias assumiram carreiras múltiplas, o que era comum na elite mineira – um homem poderia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual.

Tal característica da elite mineira era traço comum na sociedade no início da modernização. Em razão disso, podemos identificar no topo do desenvolvimento econômico os mesmos grupos familiares. Assim, entendemos que “a elite mineira não era aristocrata de terras, nem uma oligarquia patrimonial, como os barões do açúcar no Nordeste”. Era, sim, uma elite econômica conhecida não pelos recursos, que de fato não existiam em Minas Gerais, mas pelo trabalho árduo voltado ao comércio (WIRTH, 1982, p. 122).

Nos ares da tradição presente na sociedade sanjoanense se instaura a entrada e circulação de pessoas³⁹ de diversas regiões e países, estremecendo os vínculos tradicionais conservadores dessa sociedade. Com isso, a elite dominante sanjoanense passa a interagir paulatinamente e a apropriar-se dos valores liberais advindos da Europa, tais como a valorização da razão, da liberdade, do pensamento livre, defesa da propriedade privada e valorização do individualismo.

³⁹ Wirth (1982) ilustra essa circulação de pessoas. Os comerciantes, fonte dominante de crédito rural, ficavam nas cidades. Essas atividades atraíam pessoas instruídas que gostavam de jornais, teatro e literatura. Assim, a sensação de pertencer a um lugar de cultura fazia parte do caráter urbano. Pouco cosmopolita, a cidade mineira ainda recebeu uma gama de influência de fora (WIRTH, 1982, p. 129). Também, com suas escolas, clínicas e serviços burocráticos, as cidades tornam-se postos valorizados daquele mundo mais amplo que a elite chamava de civilização. Os fazendeiros mais importantes, que desde os tempos coloniais mantinham casas nas cidades para participarem de festivais religiosos e eventos cívicos, descobriram novos motivos para manter residência urbana (WIRTH, 1982, p. 129).

No que tange à circulação de ideais, provocado pelo desenvolvimento urbano, foram difundidas várias informações e publicações com conteúdos culturais e políticos por toda a sociedade, construindo a ideia de civilização.

André Azevedo (2003, p. 34) expõe que a “ideia de civilização seria entendida, portanto, como uma decorrência do desenvolvimento material, que conduziria à dignidade e, conseqüentemente, ao que seria preconizado como os bons modos”. Nesse sentido, a ideia de civilização promoveria mudanças⁴⁰ na ordem cultural das elites dominantes sanjoanenses, como decorrência desse progresso material⁴¹. Isso significava, em termos práticos, mudanças na sociedade por meio de normas de condutas, comportamentos e regras. Assim se desenvolveram “os novos códigos de postura urbana, justificados pelo ideal de confecção de uma cidade civilizada” (AZEVEDO, 2003, p.32).

Sobre essa questão da ideia de civilização e progresso, identificamos no cotidiano sociocultural em São João Del Rei, em 18 de novembro de 1909, noticiado pelo jornal⁴² *O Repórter* e citado por Alexandre Costa (2000), sobre a vinda de uma turma de teatro do Rio de Janeiro para a cidade:

Esse orgulho, da cidade **cul**ta e **civilizada**, apreciadora da arte, moveu a sociedade sanjoanense, que pressurosa correu a aplaudir a notável atriz Nina Sanzi - Vinda de temporadas de sucesso no Rio de Janeiro, e é em Belo Horizonte, onde inaugurou o Teatro Municipal - que em quatro noites seguidas, junto a sua companhia, foi ovacionada no teatro pelo desempenho de *Magda, La Gioconda, Dama das Camélias, O Mestre das Forjas*, dando à cidade exuberante prova de sua **intelectualidade**, de seu apurado gosto artístico... clara demonstração que a cidade sabe render preito ao mérito ..., que os grandes artistas encontrarão aqui, sempre, acolhimento condigno, que enfim, somos um **povo civilizado**. (O REPÓRTER, 18 de novembro de 1909 *apud* COSTA, 2000, p. 60, grifo nosso).

Podemos perceber ao ler a notícia que a sociedade de São João Del Rei recebe os adjetivos “culta”, “civilizada”, é elogiada por sua “intelectualidade” e, por último, é citada como “povo civilizado”⁴³. Para Azevedo (2003, p. 37), “a ideia de civilização que se

⁴⁰ John Wirth (1982), sobre a mudança na sociedade mineira, diz: “Uma sociedade nova, com valores tradicionais acredita-se em processo de evolução, prosseguindo com as tendências modernas, ao mesmo tempo em que as gerações se interligavam suavemente. O sentido de continuidade, de mudança não ameaçadora servia aos mineiros, conhecidos por seu conservadorismo, hábitos provincianos e forte senso de lugar” (WIRTH, 1982, p. 203). Também, Lúcio Kowarick (1994) explica que “a mudança num elemento deve, por hipótese, acarretar transformações em outros, provocando uma sequência de ajustamentos recíprocos que mantém o todo social integrado” (KOWARICK, 1994, p. 45).

⁴¹ Helena Capelato (1988) explica que “o progresso material foi interpretado como condição primeira para superar-se o atraso e elevar o país” (CAPELATO, 1989, p. 29).

⁴² Goodwin Junior (2012) expõe que a imprensa, naquele momento, assume o papel de direcionar a sociedade para a nova ordem social, incutindo por meio dos jornais os princípios do progresso e da racionalidade.

⁴³ Para André Azevedo (2003) a civilização seria entendida, portanto, como uma decorrência do desenvolvimento material, que conduziria à dignidade e, conseqüentemente, ao que seria preconizado como os “bons modos” (AZEVEDO, 2003, p. 34).

desenvolveu no século XIX intercambia-se com a ideia de cultura, de cultivação do espírito, de desenvolvimento estético, moral e intelectual”.

Concomitante às ideias sociais e culturais que circulavam em São João Del Rei, houve o crescimento de uma sociedade industrial. Tais transformações no mundo do trabalho trouxeram as questões sociais, que por inexistência de princípios reguladores do trabalho provocaram a exploração de homens, mulheres e crianças com prolongada jornada exaustiva nas indústrias, conduzindo a precárias condições de saúde e insatisfação social. Assim, as elites dominantes sanjoanenses se depararam com as questões sociais que se constituíram numa ameaça à ordem social, sendo necessária uma rápida intervenção.

A Igreja Católica, aliada à elite dominante conservadora, através do catolicismo social proveniente das deliberações em Roma, se comprometeu na tentativa de resolver os problemas sociais na cidade. Com isso, em São João Del Rei, a Igreja promoveu ações e projetos para enfrentamento da grave crise social.

2.2.1 São João Del Rei e suas questões sociais

A tradicional São João Del Rei experimentou o crescimento urbano provocado pelo desenvolvimento econômico. Para Duarte (1997, p. 74) a sociedade sanjoanense consolidou-se nesses anos, tornou-se importante centro comercial, um destacado distribuidor de gêneros. Algumas famílias enriqueceram e marcaram a constituição dessa cidade, com uma vida altamente elitista, bastante urbanizada, marcada por um significativo refinamento cultural e pelo consumo de produtos e artefatos modernos que inauguraram novos hábitos sofisticados.

Nesse contexto, as questões sociais surgem como paradoxo dessa sociedade, dando origem ao aumento da pobreza e mendicância. Chama-nos a atenção que a expansão do espaço urbano vai ao encontro das expectativas do progresso. Todavia, o ordenamento urbano não assimila o crescimento da pauperização no seio dessa sociedade.

O jornal *O Repórter* de 24 de setembro de 1908, citado por Costa (2000), destaca a iniciativa por parte do poder público municipal sobre o grande problema social que é a mendicância na cidade. A câmara municipal baixou uma portaria sobre a urgência de fazer um cadastro para os mendigos sanjoanenses. Nessa portaria o mendigo é associado ao vagabundo, sendo necessária uma entrevista minuciosa para averiguar e atestar sua real condição e entender a sua incapacidade de ganhar a vida pelo trabalho. Após essa verificação o sujeito recebia uma placa com a designação de mendigo e número de inscrição para acesso ao asilo Santo Antônio.

É interessante mencionar que essa medida tomada pelas autoridades do poder público sanjoanense era observada em outras localidades de Minas Gerais. Juiz de fora também tentou resolver o problema da mendicância, conforme relatado no jornal *O Pharol* de 21 de janeiro de 1900 citado por Goodwin Junior (2015, p. 346):

“Para que a caridade pública não seja explorada, porque ninguém se nega a dar uma esmola pedida em nome de Deus, embora reconheça em quem a pede um especular, torna-se necessário que a câmara municipal desta cidade faça que se sujeitem a um exame de inspeção os que pretenderem tirar esmolas e mande numerá-los com pequenas chapas de metal, obrigando-os trazerem-na à vista”.

Essa portaria publicada na cidade foi duramente criticada no jornal *O Repórter* de 28 de setembro de 1911 citado por Costa (2000) urge a necessidade de combate à mendicância e à vagabundagem alastrante em São João Del Rei – alvo dos discursos inflamados dos editoriais da maioria dos jornais, que clamavam a ação do poder público – sobre a vergonha e o estigma infamante das placas numeradas para os mendigos visando tirá-los das praças e ruas.

Nesse contexto, as elites dominantes discutiam a importância de projetos sociais que abarcassem propostas de trabalho para o destino dos marginalizados. A situação em São João Del Rei vinha se arrastando desde o século XIX, com muita mendicância e desocupados. O jornal *A Pátria Mineira* (1894), citado por Ana Resende (2003), relata sobre a necessidade de se criar uma lei obrigatória para o trabalho em São João Del Rei, na tentativa de reprimir a mendicância. No texto dessa lei, há o incentivo para os bons proprietários das fábricas darem trabalho para esses indivíduos. Essa lei significava o desejo e sonho dos cidadãos sanjoanenses.

É importante mencionar que os remanescentes da escravidão foram marginalizados⁴⁴, visto que a Lei Áurea não garantia a inserção dos ex-escravos na sociedade. Com efeito, a sociedade civil e o Estado promoveram discussões que envolviam pautas sobre a circulação dos libertos na cidade, que, na verdade, contribuía exponencialmente para o aumento da pobreza, da mendicância e da violência na sociedade. Também se discutia a inserção dos marginalizados como trabalhadores nacionais, a qual se daria por meio da educação (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 323).

É importante observar que em algumas localidades no país ex-escravos foram até admitidos por estabelecimentos industriais. Hardman e Leonardi (1982) expõem que poucos

⁴⁴ Para saber mais sobre os marginalizados, consulte Lúcio Kowarick (1994) em seu livro *Trabalho e Vadiagem - A origem do trabalho livre no Brasil*.

dos libertos trabalhavam juntos com os operários livres na mesma fábrica e utilizavam o mesmo alojamento. Contudo, a grande maioria dos libertos e seus descendentes engrossavam uma massa de marginalizados na sociedade, os quais não tinham acesso à educação⁴⁵ ou a qualquer ofício técnico. Lúcio Kowarick (1994) relata a esse respeito:

Para ele, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho” sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. (KOWARICK, 1994, p. 41).

Nessa perspectiva, São João Del Rei era:

Uma sociedade dividida em brancos e negros, livres e escravos, ricos e pobres. Pobres, biscateiros, alforriados, indigentes, a cidade era pura desordem, uma escória social que, a duras penas, ia sobrevivendo por meio de esmolas retiradas semanalmente, aos sábados conforme atestam diversas testemunhas da época. (SOBRINHO, 2006, p. 124).

O que vemos nessa citação é a frágil situação no quadro social sanjoanense. A questão da pauperização estaria associada ao avanço e crescimento da industrialização e da urbanização, bem como a transição do trabalho escravo para o livre. Logo, as transformações do mundo moderno e o dinamismo do progresso econômico vão delineando os grupos e as relações sociais na cidade.

O dinamismo do progresso dilatou a pauperização em São João Del Rei e é retratado como desafio social. Para Costa (2000), o caminho para solucionar esse desafio social seria o trabalho e a educação. Todavia, num primeiro momento, aponta que a caridade poderia oferecer um conforto emergencial aos marginalizados, mas poderia caracterizar a perpetuação da pobreza a ponto de fomentá-la e torná-la eterna. A prática da caridade tinha outro obstáculo, a aceitação. Os marginalizados “odiavam-na por instinto ao receberem aí suas esmolas, evitavam procurá-las enquanto podiam, vendo nela uma instituição degradante associada à perpetua escravidão” (COSTA, 2000, p. 208).

É preciso dizer que essa resistência “pudica” a esmolas oportunizou a prática de pequenos crimes e perturbações à ordem pública. Além disso, sobre esmolas, Goodwin (2015) relata que a imprensa, naquele momento, queria difundir o seguinte pensamento: “as pessoas deviam ocupar com atividades que moldassem um espírito culto, e a ausência de atividades propiciava o tempo ocioso e desocupado criando abertura para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos inadequados à civilidade urbana” (GOODWIN, 2015, p. 340).

Essa situação pode ser detectada na São João Del Rei que convivia com a vagabundagem e a criminalidade em toda parte. Eram constantes os pedidos às autoridades

⁴⁵ Acerca da educação profissional para os desvalidos, trataremos sobre o assunto no capítulo 3.

para interná-los no Albergue, com o propósito de tirá-los das ruas. No entanto, para a crescente irritação das autoridades, muitos foram recolhidos para o Albergue Santo Antônio e fugiam, pois tinham horror ao trabalho regular. Partindo desse fato, o comércio era exortado a não dar esmolas, a permanecer somente com as doações para a instituição (COSTA, 2000, p. 208).

Dessa forma, a mendicância em São João Del Rei oferecia um “difícil obstáculo ao trabalho, porque, embora a esmola fosse associada à vadiagem, também era parte da tradição a caridade cristã” (GOODWIN, 2015, p. 346). Com base nisso, compreendemos por que a elite conservadora fazia constantes doações aos projetos sociais para suprir as necessidades dos desfavorecidos, contudo, tais doações não eram o suficiente para atender as despesas fixas.

Assim sendo, o caminho foi a colaboração entre a elite dominante sanjoanense e a Igreja Católica, que se caracterizou como ponto de convergência à reorganização desse ambiente social. Logo, a Igreja Católica empreendeu projetos em São João Del Rei, tal como a União Popular, que desenvolvia ações sociais, dentre elas ações voltadas para a educação, direcionadas para a formação do trabalho e para que atendessem ao segmento dos marginalizados. Na concepção da Igreja esse indivíduo deveria ser civilizado e socializado dentro de uma educação alicerçada nos preceitos cristãos.

Entende-se que soluções baseadas na educação seriam o suficiente para integrar os desfavorecidos, órfãos e pobres, além de promoverem condições para esses grupos adentrarem ao processo modernizante. Assim, nesse contexto, o projeto da Igreja – o catolicismo social – propiciava soluções – projetos e ações – por meio da União Popular para as questões sociais.

2.3 Os percursos na criação da Associação União Popular em São João Del Rei

São João Del Rei foi uma das cidades mineiras escolhidas para a criação da Associação União Popular⁴⁶. Para Costa (2000), tal fato aponta para a sua tradição conservadora religiosa, elemento perfeito para a implantação do projeto do catolicismo social.

⁴⁶ Mauro Passos (1991) relata a existência da Associação União Popular em outras cidades mineiras: Belo Horizonte, Villa de Nova Lima, Minas Novas, São João Del Rei, Santa Rita do Rio Abaixo, Magenta, Santo Antônio do Rio das Mortes, Porto Real, Santa Rita de Cássia, Uberaba, Ubá e Ponte Nova, e em vias de organização em Cataguases, Leopoldina e Pouso Alegre (PASSOS, 1991, p. 82).

A Igreja Católica buscou reforçar sua posição política na cidade face às ideias liberais e socialistas.

Em São João Del Rei a propagação desses ideais socialistas se apresenta como uma ameaça mais difusa do que propriamente concreta. Diferentemente do liberalismo, a Igreja Católica considerava que seu avanço era percebido como uma distorção política advinda da modernidade e se configurava como um dos principais responsáveis pelo afastamento do homem em relação aos valores religiosos, conduzindo a sociedade ao abismo do materialismo e individualismo (BEOZZO, 1984, p. 277).

Para a Igreja Católica, tais distorções mostravam ser as responsáveis pelo aumento da pauperização na cidade. Os problemas vivenciados na sociedade moderna eram atribuídos à incapacidade de absorção dos sujeitos ao processo produtivo industrial, gerando grande descontentamento popular. As perversidades das regras capitalistas advindas do liberalismo faziam emergir suas contradições e danos para os princípios de um equilíbrio social. Pode-se entender que essas questões eram vistas com extrema urgência e caracterizavam-se como perigo à ordem social, e que não haveria mais espaço para retóricas, e sim para ações imediatas.

Partindo dessas considerações, tornava-se necessária uma ação articulada da Igreja Católica em São João Del Rei para o enfrentamento de todos aqueles que se manifestavam contrários aos dogmas e doutrinas, sendo apontados como opositores da Santa Sé. Como forma de consolidar sua articulação e alcançar esse objetivo, a igreja considerava relevante o envolvimento de católicos leigos na Associação União Popular. Conforme apontado no capítulo 1, a Igreja Católica, por meio da Associação União Popular, ambicionava reconquistar espaço, bem como reforçar sua posição política.

Diante do exposto, entende-se que São João Del Rei estava na rota do projeto do catolicismo social. Para executar essa tarefa, a convite da Igreja Católica brasileira e “sob as bênçãos da Santa Sé, aportam no país, os frades franciscanos holandeses e alemães, com a tarefa de reestruturar a Igreja no Brasil e encetar a recristianização na sociedade” (COSTA, 2000, p. 46).

O convite à ordem de frades⁴⁷ franciscanos holandeses baseia-se em sua formação pastoral. Os frades franciscanos eram homens inteligentes e cultos, como narra Gilberto

⁴⁷ As ordens franciscanas atuaram com o clero da Igreja em trabalhos como a liturgia, administração dos sacramentos, educação e evangelização. As ordens franciscanas tiveram origem com Giovanni di Pietro di Bernardone, mais conhecido como São Francisco de Assis, nascido em Assis no ano de 1181 ou 1182 e falecido em 3 de outubro de 1226). Ele foi um frade católico da Itália. Depois de uma juventude irrequieta e mundana,

Freyre, eram “bons homens, grandes mestres ou doutores, tão grandes que a influência das suas ideias transbordou na sociedade adentrando em universidades e escolas” (FREYRE, 1959, p. 8).

Para Costa (2000), os frades franciscanos holandeses tinham uma missão em São João Del Rei. Eles chegavam como apóstolos incumbidos da tarefa fundamental de recristianizar o mundo, que se afastou dos caminhos da doutrina católica, que iniciou a desatinar com a reforma e com o avanço do individualismo e do racionalismo, perdendo o propósito por completo na brecha do laicismo da Revolução Francesa (COSTA, 2000, p. 49).

O processo de ação missionária exigia que à sua frente tivesse um pessoal mais capacitado que garantisse uma abordagem mais eficiente da Igreja perante a sociedade de São João Del Rei. Os frades franciscanos holandeses eram reconhecidos como bons administradores paroquiais, eficientes, disciplinados e determinados ao trabalho pastoral, ainda hábeis para a abertura de conventos, seminários, jornais, escolas e liceus.

Sendo assim, em 1904, os frades franciscanos de origem holandesa desembarcaram em São João Del Rei e esse fato foi noticiado nos jornais locais. A chegada é retratada por Costa (2000), que descreve os primeiros franciscanos holandeses fundando uma casa missionária, cujo objetivo é a catequese, as missões e o ensino para a mocidade. Nessa cidade os frades têm a preocupação em desenvolver atividades voltadas para a educação das primeiras letras e as artes e ofícios para os meninos pobres da sociedade. Além disso, buscavam-se associar atendimento espiritual para o aperfeiçoamento da doutrina dos jovens (COSTA, 2000, p. 49).

É preciso mencionar que os frades estrangeiros parecem ter dado preferência a cidades que denotavam certo progresso material, paróquias bem localizadas e de fácil comunicação. Diante disso, escolheram cidades para fixarem residências próximas a locais servidos por ferrovias. Tendo em vista a predileção, estabeleceram-se em São João Del Rei numa casa à margem direita da linha férrea, próxima à Câmara Municipal, na rua Prata, nº 34, que, em 1914, tornou-se a sede oficial da Ordem dos Frades Menores⁴⁸ (OFM) na cidade (STAPHORST, 1985, p. 64).

É nesse ambiente que os frades franciscanos holandeses se revelam hábeis ao trabalho, empenham-se em criar e lançam bases para os projetos sociais na cidade. Para Costa (2000),

voltou-se para uma vida religiosa de completa pobreza, fundando a ordem mendicante dos Frades Menores, mais conhecidos como Franciscanos, que renovaram o Catolicismo de seu tempo.

⁴⁸ Sobre a OFM, consultar <https://www.ofm.org.br/frade>.

os frades, como bons missionários e resignados ao trabalho pastoral, atenderam à convocação do arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, a todos os religiosos de Minas, e fundaram, em 1908, a associação para católicos leigos “União Popular” de São João Del Rei (COSTA, 2000, p. 99).

2.4 Fundação da União Popular

A União Popular foi fundada por Estatuto, em dezembro de 1908, na cidade de São João Del Rei. De acordo com as diretrizes da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, o processo associativo exercia “benéfica influência”:

É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: «Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. As associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer suas viúvas e órfãos, bem como os operários, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma proteção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. (LEÃO XIII, 1891, p. 39).

O projeto de criação da União Popular encontrou certa resistência por parte de alguns integrantes da Ordem Terceira de São Francisco de Assis⁴⁹ e padres em São João Del Rei. Isso porque eles acreditavam que a presença da associação União Popular poderia restringir sua autoridade na cidade. Costa (2000) relata que esses religiosos interpretavam que a vinda dessas ordens regulares para São João Del Rei retratava um claro sinal da insatisfação da hierarquia eclesiástica com o trabalho religioso local (COSTA, 2000, p. 52).

Assim sendo, a hostilidade inicial aos freis holandeses deve ser entendida como uma resposta, por parte dos religiosos da cidade, sobre a angústia pelo não reconhecimento do seu trabalho pastoral, e o desconforto com a maior concorrência pelas questões referentes à arrecadação de verbas e doações (COSTA, 2000, p. 53).

Outra questão relatada por Frei Staphorst (1985, p. 78-79) foi que os freis holandeses, ao chegarem em São João Del Rei, não tinham igrejas próprias para seu ministério pastoral. Durante algum tempo os frades holandeses tiveram que dividir igrejas comandadas pela Ordem Terceira de São Francisco. Essa situação gerou, por algum tempo, certos desconfortos e estranhamentos para ambos os religiosos. Por isso, resolveram essa questão construindo uma igreja própria para a ordem dos frades menores⁵⁰.

⁴⁹ A Ordem Terceira de São Francisco é formada por leigos interessados na vida religiosa. Tal ordem exercia a capelania na cidade, com mesas administrativas para escolha de um representante que recebia o título de padre comissário, com carta de comissariado expedida pelo convento de Santo Antônio na capital Rio de Janeiro.

⁵⁰ A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis ou Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis, fundada no dia 8 de março de 1749 em São João Del Rei, ereta canonicamente por Dom Frei

Como foi dito, os estranhamentos entre os religiosos de São João Del Rei e os frades franciscanos holandeses não perduraram por muito tempo. É possível pensar também na hipótese de que tais estranhamentos podem ter sido “encobertos” pelo rígido controle da hierarquia eclesiástica. Por outro lado, pode ter sido em virtude de um “bem maior”, isto é, o projeto do catolicismo social que enfatizava a importância de uma junção de forças. Tal união seria em prol do “rebanho”.

Nessa perspectiva da união de forças, Costa (2000, p. 53) relata que “tal quadro não deve ocultar o outro, do pastoreio espiritual diário que, se precário, inadequado às novas necessidades colocadas pela sociedade moderna, foi responsável por manter preenchido o lugar de mediação entre a comunidade e a divindade”. As relações de proximidade configuram-se num esforço para deter a expansão da doutrina liberal e no combate ao anarquismo e ao socialismo, na tentativa de amenizar os efeitos desses modelos. Tal esforço está ancorado no projeto de salvar a sociedade do processo de modernização, pois se compadeciam da “população que não melhora, apesar do progresso material, industrial e comercial da nação, e que também não se notava progresso na religião” (DIAS, 1993, p. 15).

A União Popular era organizada e representada por um diretor, um conselheiro e um assistente. É importante destacar que esse modelo jurídico adotado foi inspirado no exemplo europeu. Segundo Oscar Lustosa (1991, p. 98), “o modelo do catolicismo social europeu se constituía em estímulo e em ponto atraente e convidativo à imitação”. Além disso, a condução e elaboração de todas as ações da associação se reportariam aos diretórios regionais⁵¹, que, por sua vez, estavam subordinados à União Popular da Capital do Rio de Janeiro⁵².

Sendo assim, a Associação que era composta por católicos leigos, pertencentes à elite dominante conservadora, apegada aos valores da tradição religiosa na cidade, contava, inicialmente, com um núcleo permanente e ativo de leigos, composto por cerca de 15 pessoas:

Manoel da Cruz, Bispo de Mariana, foi a segunda Ordem Terceira a se constituir em São João Del Rei. A reunião de fundação foi realizada na Casa Capitular do Convento de Santo Antônio, do Rio de Janeiro, presidida pelo provincial Frei Agostinho de São José.

⁵¹ Os diretórios regionais da associação União Popular localizam-se nas capitais dos estados. Em Minas Gerais, a União Popular de Belo Horizonte foi fundada em 11 de abril de 1909. O presidente foi um católico leigo chamado Campos do Amaral, e tinha como assistente eclesiástico Frei Cândido Vroomans de São João Del Rei. Segundo Mário Franzen de Lima (1929), os municípios que já possuíam diretórios em 1910 eram: Belo Horizonte, Alvinópolis, Villa de Nova Lima, Saúde, Ponte Nova, Rio Branco, São João Nepomuceno, São João Del Rei, Conceição, Nazareth, Santo Antônio do Rio das Mortes, Itambacuri, Mosquito (Tiradentes), Santa Rita do Rio Abaixo, São Miguel do Cajuru, Porto Real, Jequeri, Urucu (Ponte Nova), São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Entre Rios, Santo Antônio da Gramma, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce.

⁵² Segundo Sérgio Miceli (1985), a matriz do Rio de Janeiro da União Popular abriu filiais em todo território brasileiro e passou a controlar a Federação de Associações Católicas, além de patrocinar diversos congressos católicos leigos no início do século XX (MICELI, 1985, p. 70).

A União Popular Sanjoanense contava com um núcleo permanente e ativo de leigos, composto por cerca de 15 pessoas – farmacêuticos (Antônio Cândido Martins de Alvarenga, Francisco Coelho Carvalho), gerentes de fábricas (José do Nascimento Teixeira, José Tavares), guarda-livros (Francisco de Oliveira, Afonso de Oliveira), dentista (Paulo de Almeida Lustosa), funcionários públicos (Augusto Soares Osório, Benedito Ferreira Freire), médicos (Carlos Augusto Moreira Mourão, J. Martins Ferreira), maestros (João Feliciano de Souza, Japhet Maria da Conceição), advogados (José Maria Pereira da Silva, Antônio Fernandes Pinto Coelho), negociantes (Francisco de Paula Neves, Jehudiel Torga). (COSTA, 2000, p. 204).

Os membros associados contribuía com mensalidades para manutenção dos projetos da União Popular. Costa (2000, p. 194) comenta que os projetos da União Popular eram subsidiados por meio de mensalidades dos associados e por contribuições de alguns negociantes locais. Contava, também, com “subvenção do Estado em três contos de réis” para os projetos sociais, porém esses recursos eram irregulares em decorrência da escassez de verbas dos cofres públicos (COSTA, 2000, p. 205). Além disso, os associados inadimplentes eram excluídos da União Popular, de acordo com os dispositivos gerais, como o § 6º do Estatuto diz: o sócio que se recusa a pagar suas contribuições considera-se eliminado (PASSOS, 1991, p. 77).

À frente do trabalho da União Popular está o fundador e diretor Frei Cândido Vroomans, frade franciscano que veio da Holanda para o Brasil, onde viveu por mais de 21 anos, quase todo esse tempo em São João Del Rei, onde era conhecido como figura zelosa e incansável assistente social (COSTA, 2000, p. 99). As atividades desenvolvidas pela União Popular junto à sociedade sanjoanense apontavam para uma nova visão da Igreja sobre as questões sociais. Para Costa (2000), a União Popular desfrutava de prestígio na sociedade. Um bom exemplo disso está nesse trecho:

A associação é vista como benemérita, em razão de sua utilidade. Tem-se a impressão de que as pessoas colaboram na obra empreendida pela União Popular, movidos pela percepção que ela traz benefícios para a caridade, e pelo carisma do frei, e não pelo convencimento da necessidade de restaurar a ordem cristã na comunidade, mesmo porque ela se vê como católica. (COSTA, 2000, p. 194-195).

A União Popular destinou-se a ser um instrumento da Igreja para alcançar “a união e a caridade da sociedade sanjoanense, assim, poderiam educar o povo, promovendo o aumento do nível intelectual e moral” (PASSOS, 1991, p. 83). Para Mauro Passos (1991), a finalidade da Associação União Popular está explícita em seu Estatuto⁵³. Trata-se de orientar a sociedade

⁵³ Na coleção do CEPEHIB - Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil, Volume 10, Mauro Passos (1991) traz na íntegra todo o Estatuto da União Popular nas páginas 70 a 88. Sua fonte é o *Boletim Oficial do Centro de Ação da União Popular no Estado de Minas Gerais*, em 1909, ano 1, número 1, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A coleção CEPEHIB, segundo Oscar Lustosa, busca reunir e publicar textos e documentos capazes de ajudarem a construir um quadro crítico-objetivo do que foram as preocupações e os compromissos dos católicos.

Na Coleção Linhares, da UFMG, encontramos somente parte do Estatuto e Programa da União Popular (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais).

civil, de acordo com os princípios cristãos (PASSOS, 1991, p. 17). O Estatuto apresenta as seguintes disposições:

I - Seus fins

- a) Promover a ordem cristã na sociedade, principalmente pela instrução do povo quanto aos deveres e direitos sociais.
- b) Dar a todos a educação necessária para que colaborem praticamente na elevação do nível intelectual, moral e econômico em todas as classes.
- c) Promover a refutação e todos os ataques dirigidos contra a religião católica.
- d) Combater a tendência revolucionária no terreno social

II - Seu programa

- a) Instituição de obras referentes ao interesse imediatamente pessoal dos seus associados, como sejam: caixa de beneficência e mútuo socorro, assistenciais de todo gênero, agências de trabalho.
- b) Instituição de obras de interesse geral e nacional, como sejam: sindicatos, cooperativas, caixas rurais, bancos, populares, agências de informações.
- c) Instrução do povo, sobretudo no terreno profissional, social e econômico, por meio de oficinas técnicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferências.
- d) Educação de oradores literatos, jornalistas e propagandistas sociais.
- e) Publicação de um “Boletim Oficial” e de folhas avulsas.
- f) Propagação da imprensa católica.

III- Sua organização

Para executar o seu programa, a União Popular do Brasil adota uma organização simples, constituída por Direção Central, com sede na Capital da República, um centro de ação em cada Estado, uma Delegação Diocesana em cada diocese ou arquidiocese, gerências locais e o Congresso Geral.

O Estatuto organiza seu discurso dentro da abordagem do catolicismo social. Os assuntos tratados nele encontram-se em conformidade com a doutrina católica. O discurso tem um forte apelo de ordem cristã no exato momento em que São João Del Rei empreende na busca do modelo de civilidade para a consolidação do projeto republicano. Para as elites dominantes, o sujeito, para alcançar o ideal de civilidade, deveria trilhar o caminho da instrução (GONÇALVES, 2012, p. 53), um dos pontos chave do programa da União Popular.

O Estatuto propunha dar instrução ao povo quanto aos direitos e deveres sociais. Entendia-se que, por meio da instrução, era possível modelar esse sujeito e transmitir os padrões sociais, culturais e religiosos. Assim, a Igreja compreendia que dar instrução ao povo garantiria sua recuperação no espaço político em São João Del Rei. Além disso, estabelecia proximidade com a sociedade, a fim de promover a propagação dos valores morais e da disciplina. A ideia de dar instrução assegurava às elites dominantes um reforço para organizar esse sujeito na sociedade. Dessa maneira, fortaleceram-se os laços com as elites conservadoras.

O Estatuto prescrevia ministrar uma educação para que todos colaborassem de maneira prática na elevação do nível intelectual, moral e econômico em todas as classes. O discurso para educação intentava ser o caminho para minimizar as necessidades dos marginalizados, com vistas, também, a preencher as novas demandas da cidade e da indústria provenientes do desenvolvimento econômico. Segundo Costa (2000, p. 195), a União Popular acreditava que a educação seria o caminho para o povo alcançar a civilização na cidade.

Para Carvalho e Carvalho (2012), a educação é percebida como o “signo de instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 95). O discurso da educação passavam a alicerçar um espaço ideal de construção da sociedade, com posturas civilizadas e adequadas à nova ordem moderna. Contudo, essa educação idealizada no Estatuto seria conduzida por católicos leigos liderados pela União Popular e subordinada aos preceitos da Santa Sé.

O Estatuto pretendia refutar todos os ataques dirigidos contra a religião católica. Para Ivan Manoel (1999), a Igreja entendeu que o processo de educar dentro do catolicismo parte do indivíduo, desse para a família, dela para a sociedade e da sociedade para o Estado (MANOEL, 1999, p. 209). Assim, a União Popular ancorava-se no discurso da educação, para conter a disseminação dos ataques, bem como para desenvolver barreiras com o intuito de impedir o alastramento das ideias liberais, ou seja, pretendia propagar a doutrina católica na sociedade.

Os ataques à Igreja Católica como instituição atingiram o seu ápice na primeira República, e o distanciamento Estado-Igreja foi promovido com a promulgação da Constituição de 1891⁵⁴. Na primeira República, a Igreja perdeu espaço político e espiritual no Estado.

Entretanto, Wenceslau Neto (2009, p.3) expõe que a separação entre a Igreja e o Estado ocorre no patamar federal, pois nos níveis estaduais e locais sucedeu de outra forma. As relações sociais giravam em torno da Igreja, que dificultou a desvinculação. Sobre essa situação, Lustosa (1991, p. 28) destaca que “cada Estado levará adiante, em termos apropriados, uma política religiosa peculiar. Nesse setor, Minas Gerais é caso típico: a própria Constituição Estadual começa invocando o nome de Deus”.

⁵⁴ Luiz Antônio Cunha (1993) narra que a constituição de 1891 declarou a Igreja Católica separada do Estado; ela passou, então, da esfera pública para a esfera privada. O artigo da constituição sobre educação expressou, de modo claro, a laicidade do Estado: “Será leigo [isto é, laico, LAC] o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891 *apud* CUNHA, 1993, p. 54).

O último item do Estatuto trata sobre o combate à tendência revolucionária no terreno social⁵⁵. Esse item trata de uma convocação a toda sociedade para lutar contra as ideias liberais e socialistas. Na tentativa de estabelecer um paralelo dos males advindos da modernidade, o socialismo apresenta a economia como um fim, com a interpretação de que essa situação submeteria o homem, escravizando-o a uma visão materialista. O socialismo desconsidera qualquer tipo de hierarquia; também é contra a propriedade privada.

O liberalismo na modernidade defendia as ciências e a razão contrária à autoridade da tradição da Igreja. Era preciso buscar formas de combater as novas tendências diante da separação entre a Igreja e o Estado. Para a Igreja como instituição, o projeto republicano ocasionou o seu enfraquecimento político. Diante disso, a tarefa que se apresentava era propagar um discurso ancorado na tradição para alcançar a sociedade.

Na condução das medidas, a União Popular podia contar com a participação dos leigos, que eram membros da Igreja Católica e haviam recebido o sacramento do Batismo. Para ser associado, devia estar em conformidade com o Estatuto da União Popular. Nos dispositivos gerais X do Estatuto, § 4º está citado: “Podem ser sócios da União Popular todos os católicos de boa reputação, não filiados a seitas ou sociedades proibidas pela Igreja Católica Apostólica Romana e que se comprometam a pagar as contribuições” (PASSOS, 1991, p. 76). Dessa forma, católicos leigos trabalhando com a União Popular reforçaram a ação católica e viabilizaram soluções à pobreza e à mendicância na cidade.

A União Popular foi constituída com a pretensão de homogeneizar as associações sociais. Nesse sentido, intentava centralizar e organizar as associações na sociedade, subjugando-as sob as diretrizes da Igreja. Oscar Lustosa (1991) explica que, naquele momento, com o dinamismo urbano e industrial, surgiram os movimentos dos operários reivindicando seus direitos, isto é, questões referentes a jornadas exaustivas e baixos salários. Esses movimentos sociais começavam a tomar contornos mais definidos, surgindo várias associações em diversas áreas, como ferroviários, tecelões, artesãos e barbeiros, transformando-se em grupos de resistência.

Sobre tal questão, documentos comprovam a presença desses movimentos sociais em São João Del Rei. Ana Resende (2003) afirma que em 1913 houve uma conferência com a associação operária de São João Del Rei para discutir as tensões entre patrões e trabalhadores:

Os primeiros movimentos de organizações de operários já podem ser identificados em São João Del-Rei, sendo organizados de uma maneira bem conciliatória entre trabalhadores e patrões. Em julho de 1913, a associação operária da cidade realizou no Teatro Municipal uma conferência com um famoso operário de Juiz de Fora,

⁵⁵ Para saber: Protestantismo e a Maçonaria.

chamado Sr. Waldomiro Padilho. Em seu discurso, o conferencista repele a violência nas manifestações e propugna pela solução conciliatória entre o capitalista e o trabalhador. Caso esse acordo não desse resultado, a greve pacífica poderia ser utilizada como um recurso extremo. (RESENDE, 2003, p. 121).

É interessante compreender que o desenvolvimento do capitalismo resultou na exploração da força de trabalho pela força do capital, gerando desigualdade, pobreza e provocando descontentamento social que se materializou nas questões sociais. Diante disso, o projeto do catolicismo social propõe que o único meio para o enfrentamento das questões sociais seria a organização dos operários para defenderem seus direitos, sob a tutela da União Popular. Essa assistência da União Popular permitiria a recuperação da dignidade humana perdida na exploração liberal. Tal assistência teria que “ser revestida com uma faceta pedagógica, que deveria se estender para o terreno da educação e da formação profissional e da tomada de consciência desses sujeitos” (SCHALLENBERGER, 2001, p. 70).

Sobre a questão da defesa da dignidade humana, reforçada pela União Popular, não significa, e nem sugere, uma aposta na alteração da ordem social. É preciso mencionar que esse posicionamento da União Popular remete à ordem social do ideal romanizado para cumprimento da missão divina da Igreja Católica com as questões sociais.

Nessa perspectiva, a União Popular, ancorada nos preceitos da encíclica *Rerum Novarum*, referenciava alguns assuntos como a caridade, a educação e o trabalho para socorrer os desvalidos, e era o caminho encontrado pela Igreja Católica para enfrentar as contradições inerentes ao processo de modernização capitalista.

O caminho foi pautado no Programa da União Popular, o qual desenvolveu um plano de ação que conduziria a sociedade, o que ela tinha que fazer e de que forma. O Programa era a forma prática do Estatuto. No Programa da associação, descrito no Estatuto, percebia-se a preocupação dos organizadores em estabelecer as bases do catolicismo social. O Programa apresentava propostas de caráter grupal que ofereciam assistência social, formação espiritual e profissional. Tratava de importantes temas para a sociedade, como instrução ao povo, educação profissional e imprensa. Buscava, ainda, organizar a sociedade por meio de associações, na criação de instituições de obras sociais, aberturas de caixa de beneficência e mútuo socorro, assistenciais de todo gênero e agências de trabalho. Propunha, também, organizar cooperativas, caixas rurais, bancos populares e agências de informações.

A Associação União Popular, para atender aos requisitos do Programa, dava instruções ao povo, sobretudo nos terrenos profissional, social e econômico, por meio de oficinas técnicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferências. Logo, a União Popular apresentou iniciativas

para a formação educacional em São João Del Rei com o objetivo de solucionar os problemas ligados às questões sociais. Com o apoio da elite dominante conservadora, arregimentava associados católicos leigos para essa finalidade, bem como a atuação na formação e educação de oradores literatos, jornalistas e propagandistas sociais. Investia nos artefatos tecnológicos, abrindo tipografias para propagação das publicações do posicionamento da Igreja frente ao crescimento dos problemas sociais.

Para buscar formas de efetivar o seu Programa, a União Popular organizava reuniões, palestras com os associados, os homens, as senhoras e a juventude, coordenando-os para as obras da União Popular, seguindo os comunicados e as orientações sobre o enfrentamento das ideias do mundo moderno. Nas reuniões circulavam jornais, revistas e folhetos que enfatizavam o catolicismo social, normas de conduta moral, além de sermões em prol da educação familiar e escolar. A União Popular coordenava obras de assistência social, formação espiritual e profissional com a colaboração dos católicos leigos.

O campo de atuação da União Popular ancorava-se em propostas voltadas para a educação e a religião. A elite dominante conservadora procurava manter uma relação amistosa de proximidade com a União Popular, aprovando e apoiando o projeto do catolicismo social em prol do desenvolvimento intelectual, profissional, moral e espiritual dos necessitados na sociedade. Diante disso, os católicos leigos atenderam à convocação da Igreja no que concerne ao trabalho social para os marginalizados. A integração dos católicos leigos para o trabalho assegurou o funcionamento e a manutenção da Associação da União Popular.

Enfim, a União Popular em São João Del Rei, descrita no seu Estatuto, procurou resolver a questão social que envolvia os marginalizados por meio da educação profissional. Segundo Schallenberger (2001, p. 64) “os pobres necessitam de amparo e de apoio para poderem se reorientar na vida. Carecem de educação profissional e orientação para o trabalho e para a sua organização profissional”. A esse respeito, no próximo capítulo será analisada a iniciativa e algumas propostas a favor da educação profissional promovida pela União Popular.

CAPÍTULO III: PROPOSTA DA UNIÃO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SÃO JOÃO DEL REI

No segundo capítulo foram apresentados os percursos de criação da União Popular e os sujeitos envolvidos naquela etapa de criação, tendo como pano de fundo a modernização e urbanização da tradicional São João Del Rei. Analisamos o Estatuto e o Programa da União Popular, que apresentavam propostas voltadas às questões sociais. Tais propostas estavam ancoradas no discurso da caridade e se converteram em iniciativas para a formação de uma educação profissional direcionada ao sujeito marginalizado em São João Del Rei. Naquele momento, os discursos, que tinham como tema a educação profissional, circulavam nos debates políticos do Estado como um dos caminhos para a solução dos problemas sociais.

Neste capítulo será analisada a iniciativa e algumas práticas para educação profissional e para isso, na tentativa de esclarecer e lançar luz sobre essa questão, buscamos trabalhar com os discursos da União Popular sobre educação e trabalho. Nos discursos temos como intento compreender em que medida eles dialogavam com o catolicismo social, visto que buscamos entender se tais discursos compartilham dos mesmos argumentos que circulavam na arena política e quais os pontos de confluência entre o discurso da União Popular e aquelas das elites políticas locais.

Além disso, temos como propósito compreender o projeto da União Popular em São João Del Rei e suas obras sociais, dentre elas o Liceu de Artes e Ofícios. Para a consecução desse intento, realizamos coletas do jornal católico *Acção Social*, de propriedade da União Popular, que faz menção ao Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei e sua iniciativa para educação profissional, revelando dados importantes nessa construção.

3.1 A União Popular em meio aos discursos da República e da Igreja Católica para a Educação Profissional

No início do século XX, em São João Del Rei, temos registros da associação União Popular com suas práticas e ações dando ênfase para a educação profissional como solução para os problemas sociais. Esse discurso não eram algo novo ou exclusivo da associação, já circulavam e eram debatidas no país e em Minas desde pelo menos o último quartel do século XIX. Naquele momento, a cidade de São João Del Rei, como todo o Brasil, adentrava na mundialização do capitalismo, modelo característico da Europa Ocidental e dos Estados

Unidos que transformou profundamente todo o sistema mundial (CHAMON; GOODWIN, 2012, p 321).

Com o desenvolvimento industrial acelerado e a consolidação das relações capitalistas de produção no país, havia uma demanda de mão de obra qualificada e disciplinada. Nesse momento, a defesa da mão de obra livre surge e ganha espaço nos debates políticos⁵⁶. Acirra-se a discussão para o fim do tráfico de escravos e passa-se a considerar a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre e assalariado ainda no Brasil Império. Entretanto, como aponta Kowarick (1994), o trabalhador nacional, para parte das elites dominantes, tinha pouca capacidade intelectual e produtiva. Para as elites dominantes a questão da mão de obra brasileira era um grande obstáculo ao desenvolvimento produtivo industrial idealizado para o país. Como mencionado, essa preocupação estava associada à ideia da pouca capacidade produtiva do trabalhador livre nacional. Tal argumento foi apontado por Kowarick (1994), ou seja, a instabilidade e indisciplina no trabalho eram marcantes aos trabalhadores nacionais.

É preciso compreender que, para as elites dominantes do país, na segunda metade do século XIX, a grande inquiria era como transformar um ex-escravo em trabalhador. Isso porque esse trabalhador nacional outrora remanescente de ex-escravos libertos, brancos pobres, mestiços eram sistematicamente estigmatizados como preguiçosos, vadios e avessos ao trabalho, sujeitos que atrapalhavam o desenvolvimento nacional, alicerce do país (Kowarick 1994).

Nesse bojo, começou a se discutir, como alternativa, à importação em massa de trabalhadores da Europa, visto que eram considerados trabalhadores experientes, disciplinados e que já possuíam um domínio das técnicas do mundo do trabalho (KOWARICK, 1994, p. 81-84). Em São João Del Rei podemos constatar que a valorização do imigrante permeou toda a imprensa local. O jornal *A Pátria Mineira* noticiou a chegada desses imigrantes à cidade:

Os imigrantes ainda ontem chegaram homens robustos, mulheres coradas, de cujas faces parecia querer brotar gotas de sangue. Era belo o espetáculo que se desenhava aos olhos de nós outros, acostumados ao meio quase inerte de uma estagnação com aparência de movimento. Parece que em cada imigrante víamos uma molécula do progresso a desprender-se do grande corpo do futuro. Aquela massa enorme de estrangeiros figurava-nos o regaço de uma Cornélia a criar batalhadores do porvir esplendoroso da nossa pátria. Em seus rostos alegres lia-se a esperança que lhes alimentava a alma e para essa natureza esplêndida olhavam, como que se casasse com suas lisonjeiras aspirações. Quantos sonhos de aventura não se despertavam no cérebro, em meio às noites mal dormidas nos porões do navio que os expatriou! (...). (A PÁTRIA MINEIRA, 4 de dezembro de 1888, nº 27, ano XII).

⁵⁶ Para uma análise mais detalhada da relação trabalhador nacional e imigração: KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

É preciso pontuar que nesse contexto surge o discurso racista com argumentos de que negros e mestiços eram incapazes de interiorizar sentimentos civilizados, assim, o trabalhador branco proveniente da Europa era o mais indicado para compor a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, pois se acreditava que ele era modelo ideal ao progresso e à civilização (AZEVEDO, 2004, p. 53). Apesar da valorização do imigrante europeu como forma de suprir a mão de obra no país, por outro lado surgiam debates no cenário político sobre a questão da necessidade de formação do trabalhador nacional, em virtude dos excessivos deslocamentos dos trabalhadores imigrantes em busca de melhores salários dentro e fora do Estado⁵⁷.

No Segundo Reinado ficaram mais evidentes as discussões sobre a importância de educar para o trabalho a primeira geração de ingênuos, filhos de escravas nascidos livres em virtude da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871⁵⁸. Era preciso criar um projeto de transição que garantisse que os ingênuos fossem educados para contribuir como futuros trabalhadores livres, para ordem pública e social, não se corrompendo com os vícios mundanos⁵⁹. Em Minas Gerais, o projeto para preparar os ingênuos como mão de obra pode ser observado nas discussões da Assembleia Legislativa em 1880, quando o deputado Cândido de Oliveira expunha o grande problema com o destino dos órfãos da Lei do Ventre Livre, e aponta como solução a educação profissional (CHAMON, 2014, p.575).

Chamon (2014, p. 575) destaca que o processo de abolição da escravidão, que marca o Brasil a partir de meados do século XIX, esteve ligado ao recrudescimento das discussões sobre o ensino profissional em Minas, especialmente no que se refere à formação de mão de obra dos ingênuos⁶⁰. O entendimento das elites dominantes quanto à viabilidade de escolas primárias com o ensino de ofícios mecânicos destinados aos ingênuos começava a ganhar adeptos nesse cenário político.

⁵⁷ Kowarick (1994) explica que durante a atividade cafeeira ocorreu superexploração do trabalhador porque a abundância de mão de obra estrangeira em certas zonas, e nacional em outras, possibilitou deteriorar os salários. Por essa razão era comum deslocamentos desses trabalhadores em busca de melhores salários e acesso a sua própria gleba de terra (KOWARICK, 1994, p. 91).

⁵⁸ Emília Viotti da Costa (2008, p. 54), explica que “o projeto Lei do Ventre Livre oferecia grandes vantagens aos proprietários: condenava a escravidão a desaparecer à longo prazo, sem abalo para a economia, dando aos proprietários bastante tempo para se acomodarem sem dificuldades à nova situação. E o que era ainda mais importante: respeitava o direito de propriedade”.

⁵⁹ A abolição da escravatura e a instauração da República foram fatores que influíram de sobremaneira no desenvolvimento da educação profissional no país (FONSECA, 1962, p. 56).

⁶⁰ Sobre os ingênuos, Alonso (2002, p. 81) relata que: “Iria solucionar o problema gradualmente, dando à escravidão uma sobrevida de vinte anos, ao estabelecer o protetorado do senhor sobre o ingênuo. Mas suprimiu por completo a perspectiva de reprodução do sistema escravista”.

A necessidade de oferecer qualificação aos ingênuos favoreceu o investimento em escolas de educação profissional para as classes populares. A elite dominante acreditava na efetividade positiva do ambiente escolar como instrumento de moralização e qualificação do trabalhador e como forma de inseri-lo na sociedade urbana e industrial. Além disso, a via da escolarização promoveria a formação do indivíduo para o trabalho, tornando-o mais virtuoso, educado e disciplinado.

Entretanto, o trabalho sob as ordens de alguém significava aceitação a uma condição semelhante à do cativo, sendo desvalorizado, e, por isso, parte dos trabalhadores nacionais inclinaram em permanecer na miséria itinerante de cidade em cidade ao invés de se submeterem às duras regras e disciplina (KOWARICK, 1994, p. 102). Esses sujeitos repudiavam regras e a submissividade produtiva. Era preciso convencê-los a se incorporarem ao processo produtivo para aceitação de sua nova condição de trabalhador assalariado livre.

Na perspectiva dessas elites reformistas, era preciso valorizar o trabalho mecânico, aquele que até um passado recente havia sido executado, ainda que exclusivamente, pelas mãos dos escravos. Era preciso valorizar o trabalho produtivo como fator de ordem pública e de progresso material, tornando o homem em um trabalhador ‘útil a si e à pátria’, expressão tantas vezes repetida na fala daqueles que defendiam as escolas de ensino de ofícios. Era preciso alterar a atitude do homem comum frente ao trabalho manual e mecânico, tarefa da qual deveria se encarregar a escola profissional. (CHAMON, 2014, p. 577).

Nesse sentido, era preciso que o trabalho fosse visto como meio de sobrevivência social e pessoal, sendo necessário submeter o trabalhador às regras e disciplinas do trabalho. O trabalhador, internalizando esses novos comportamentos, atenderia às condutas como “responsabilidade, pontualidade, produtividade e regularidade” (CHAMON; GOODWIN, 2012, p.323)

A valorização do trabalho foi atrelada à ideia de trabalho regular. Podemos dizer que a valorização do trabalho regular, com horário marcado, é a própria sociedade moderna industrial. Essa valorização do trabalho regular estava relacionada à ideia do “tempo da máquina” e da fábrica, é o tempo do relógio, da hora marcada, que passa a se contrapor ao tempo orientando pela execução de tarefas⁶¹.

Antes da sociedade industrial e do aumento da capacidade de produção, o padrão de trabalho era irregular e alternava os momentos de atividades mais intensas e de ociosidade, havendo um certo controle dos homens em relação à sua vida produtiva. Era o trabalho baseado nas tarefas. Trabalhava-se até cumprir uma tarefa necessária. Cumprida a tarefa, os homens descansavam. Isso muda no capitalismo industrial (e no socialismo industrial). O

⁶¹ A temática do tempo na formação da classe trabalhadora e da disciplina do trabalhador como parte dessa formação sob o capitalismo. Thompson, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.*

trabalho passa a ser regulado pelo relógio. Assim, o tempo do relógio surge em conjunto com a industrialização, marcando uma nova forma de disciplinar o trabalhador (THOMPSON, 1998, p.267-304).

A cultura do trabalho sofreu mutações em decorrência do tempo do relógio exigido pelo capitalismo industrial. A sistematização das atividades executadas pelos trabalhadores demandaria uma qualificação mais precisa, técnica que somente poderia ser alcançada do ponto de vista educacional.

No Brasil, os discursos da educação para o trabalho, a partir da segunda metade do século XIX, estavam linearizados sobre três questões: o primeiro era a questão de ordem pública; o segundo a da qualificação do trabalhador para as demandas produtivas crescentes e favorecer o desenvolvimento do país; e o terceiro estava ligado à qualificação do trabalhador para que ele pudesse se desvencilhar da pobreza por meio do trabalho para garantir seu sustento e de sua família⁶²(CUNHA, 2005, p.21-28).

A elite republicana apostou na educação para o trabalho como forma de coibir a criminalidade e a vadiagem. O fim da escravidão explicitou a necessidade de medidas assertivas para a ordem pública. A sociedade necessitava da ordem para alcançar o progresso, valores positivistas amalgamados no ideário republicano.

Havia uma constante preocupação com o desequilíbrio da ordem pública. Tornava-se necessário garantir uma estabilidade social. Em cidades com desenvolvimento urbano e industrial abundante ocorria a presença de uma população desregrada, com comportamentos inadequados, que se avolumavam nas ruas e nas áreas periféricas, com muita sujeira e ausência de higiene (CUNHA, 2005).

Sobrinho (2006) relata que na cidade de São João Del Rei coabitam com a desordem social em larga escala pobres, mendigos, brancos e negros com seu tempo ocioso e desocupado. A solução para tal dilema estava no trabalho, que era visto no discurso da elite republicana como uma medida assertiva ao combate do vício, da criminalidade, da gatunagem e da vadiagem.

Para sanar o problema da desordem pública, a solução era oferecer aos marginalizados a educação profissional que serviria para promover o progresso, garantiria a moral social e o

⁶² Para Turazzi (1989), para a grande massa de pobres só haveria uma única saída na direção da virtude pela pobreza: vender sua força de trabalho. A harmonia entre o capital e o trabalho, a virtude pela pobreza, o progresso pelo trabalho e a ordem pela disciplina eram os elementos da ideologia da construção do progresso e da imposição da ordem. Para setores que detinham o poder, a pobreza estaria associada à sujeição aos vícios, ao desregramento moral, à indolência e a outras condições próprias a esse estrato social, como a falta de higiene e as enfermidades (TURAZZI, 1989, p. 58-63).

respeito às prescrições higienistas. A proposta da educação profissional atenderia à necessidade básica do marginalizado com o aprendizado de um ofício, para garantir seu sustento e de sua família de forma digna. Além disso, essa medida propunha o ensino das primeiras letras e o ensino de técnicas para a formação de um trabalhador qualificado que atendesse às necessidades das relações capitalistas de produção.

Segundo Tarquínio de Souza Filho (1887), para atingir esse objetivo caberia uma colaboração tanto do Estado quanto da iniciativa privada em promover a difusão da educação profissional para instalar as escolas profissionalizantes (SOUZA FILHO, 1887 apud CUNHA, 2005, p.174). O Estado compreendia que as escolas profissionais atenderiam ao projeto liberal na construção da nação brasileira, que segundo a elite letrada, por meio da educação profissional, seria capaz de alcançar o aperfeiçoamento moral da sociedade e também promover o desenvolvimento industrial (CUNHA, 2005, p.24).

Nesse bojo temos o Estado laico, pois com a promulgação da Constituição de 1891 foi decretada a separação entre Estado e Igreja, que teve como consequência para essa última a perda de alguns privilégios⁶³. Entre os diversos privilégios perdidos estava a laicização do ensino nas escolas públicas. O ensino religioso foi proibido, o que significou a perda significativa de espaço no campo educacional.

A educação laica defendida pelo regime republicano recebeu duras críticas da Igreja Católica. Os ânimos se acirraram quando retiraram o ensino religioso dos currículos escolares em 1906. Isso foi feito em Minas Gerais pelo então Presidente João Pinheiro, causando grande reação por parte da Igreja Católica.

Nos primeiros anos da república, o ensino nas escolas tinha orientação francamente católica. Estudávamos o catecismo, não existia o chamado ensino leigo. Pois bem, de repente, vem a administração João Pinheiro e o que era católico passou a ser ateuístico ou leigo. (O HORIZONTE, 2 de novembro de 1907 apud DANTAS, 2002, p.1).

O Estado republicano, com sua elite letrada, defendia a escola pública e seus discursos para a educação profissional como medidas capazes de transformação social. As ideias liberais no campo educacional significavam para a Igreja perda de sua hegemonia no campo religioso e espiritual. Era preciso buscar uma forma de evitar a perda de controle da instituição.

Em função da situação, a Igreja Católica, como recurso, insistiu em seu discurso que a educação desvinculada da religião promoveria o agravamento das questões sociais, pois

⁶³ De acordo com Almeida (2007, p.271), a laicização do Estado anunciada pelo regime republicano estimulou a Igreja Católica a se organizar internamente e a estabelecer novas frentes de atuação.

acreditava que a ausência desses princípios na formação dos jovens poderia desvirtuar seu caráter (CUNHA, 2005, p. 51).

Nesse sentido, para Cunha (2005), o Estado buscou o apoio político e ideológico da Igreja para a colaboração nas questões da ordem pública. Em contrapartida, a Igreja buscava o reconhecimento oficial perante a sociedade, além da possibilidade de recuperar seu espaço em várias áreas, entre elas o campo educacional (CUNHA, 2005, p. 23).

A Igreja Católica, inspirada na encíclica *Rerum Novarum*, como já foi dito, desenvolveu ações estratégicas no âmbito educacional para reconquistar espaço e acomodar-se à realidade política vigente. No entanto, a Igreja institucional continuava envolvida internamente no movimento de reação conservadora, que tinha como objetivo a defesa da tradição católica.

É interessante notar que, no final do XIX e início do XX, vários atores participam desse movimento de defesa e valorização do trabalho e da educação profissional; entre esses atores está a Igreja Católica. Com isso, buscava intermediar as questões decorrentes da ordem pública, da educação e do universo do trabalho. Essa postura de intervenção está em sintonia com seu projeto de catolicismo social na medida em que colabora para diminuir a pobreza com ordem social, conforme o ideal romanizado.

O projeto catolicismo social visava recuperar o equilíbrio, harmonia e, mais que isso, visava por meio da educação profissional a possibilidade de o trabalhador ter uma vida mais digna com seu sustento, sem empreender numa alteração da ordem social. Assim, para implantar seu projeto, seria necessário aproximar-se da sociedade civil, com uma intervenção de forma direta nas questões sociais.

Podemos compreender que o projeto do catolicismo social convergia com certas correntes de pensamento pedagógico inspiradas nas ideias liberais no aspecto sobre a importância da educação profissional em suas dimensões preventivas e corretivas dos marginalizados (CUNHA, 2005, p. 24). A partir daí, essas ideias se concretizam em propostas e ações práticas em prol das questões sociais e operárias, face ao quadro de desagregação moral cristã e abandono da religião pela sociedade.

Nesse contexto, a associação União Popular, em São João Del Rei, vai buscar equacionar as mazelas sociais por meio não só da educação cristã, mas também da educação profissional..

3.2 A União Popular e a Educação Profissional

Para analisar a iniciativa da União Popular para a educação profissional utilizamos como fonte o periódico *Acção Social*, de propriedade da própria União. Esse impresso circulou na cidade de São João Del Rei nos anos de 1908 a 1925. Era um semanário publicado aos domingos, com formatação em folha A3 e em papel-jornal. A tipografia era composta pelo redator Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho, pelo gerente Augusto Teixeira da Fonseca e pelo diretor Frei Cândido Vroomans⁶⁴. Segundo Costa (2000, p. 9), “o jornal antes de ser definitivamente impresso, deveria ser lido e aprovado por Frei Cândido”.

As publicações que circulavam nesse impresso constroem e expressam as representações sobre os fatos, as práticas e contextos. Nesse sentido, Chartier (1998, p. 14) afirma que “no objeto impresso, o fato nada é para além da apresentação do texto e da imagem, que dão a ler ou a ver a sua representação”. Magaldi (2010) também observa que os impressos católicos se têm mostrado como importante fonte de pesquisa para a história da educação.

Neste tópico buscamos compreender as representações da educação profissional em algumas práticas da União Popular em São João Del Rei, construídas e difundidas, direta ou indiretamente, em notícias publicadas no jornal *Acção Social*. O jornal *Acção Social* datado de 18 de agosto de 1920, semanário de número 270, evidencia que a prática da União Popular para educação profissional incorpora a ideia e valor de dever social. Para exercê-lo, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão⁶⁵. Para demonstrar isso perante a sociedade, a União Popular buscava garantir a formação do homem para o trabalho alicerçado em princípios cristãos:

A União Popular é uma associação, constituída por todos brasileiros de boa vontade e que resolvam cumprir seu dever social concorrendo para promover a ordem christã na sociedade, principalmente pela instrucção do povo aos deveres e direitos sociaes. Dar a todos a educação necessária para que collaborem praticamente na elevação do nível intellectual, moral e econômico em todas as classes. Combater a tendência revolucionária no terreno social. Congregar o desenvolvimento em acção social todas as forças, reunindo em vasta federação as associações catholicos continuando[ilegível] em plena [ilegível] em governo interno[...]. A União Popular alcançará tudo isto, empregando gradualmente os seguintes meios: uma propaganda constante e intensa, esclarecida por meio de folhetos volantes e toda sorte de impressões, bem como por meio de conferências, comícios, congressos e artigos pela imprensa[...] A instituição de obras referentes e necessárias de todas as classes sociaes como associações operárias, organização de juventude, de população rural, instituição[ilegível] para defeza de classe, socorro mútuo, educação profissional, assistência de todo gênero e agência de trabalho” (ACÇÃO SOCIAL, 18 de agosto de 1920, grifo nosso).

⁶⁴ Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho, vigário da cidade de São João Del Rei, foi professor do colégio Santo Antônio. Sobre Augusto Teixeira da Fonseca não foi possível saber mais nos documentos pesquisados.

⁶⁵ O dever social está atrelado à prática da caridade na encíclica *Rerum Novarum*, no parágrafo 16.

A partir daí podemos perceber, na página do jornal, uma preocupação na promoção do seu dever social. A União Popular desenvolveu ações e iniciativas na formação para o trabalho dos marginalizados com a intenção de afastá-los da criminalidade, da vadiagem e da mendicância. Além da difusão do pensamento social cristão que serviu de instrumento para combater as ideias liberais e socialistas. Valendo-se cumprir do seu dever social, promoveu o projeto do catolicismo social em São João Del Rei.

A proposta de educação profissional no discurso da União Popular foi pautada na valorização das virtudes cristãs e para o desenvolvimento do caráter moral. Em sua compreensão, essa formação seria para moldar um sujeito com habilidades, capacidade de julgar e distinguir o certo do errado. Isso resultaria em entendimentos morais que refletiram em valores e normas sociais importantes para o ordenamento social. Eles acreditavam que tal formação seria capaz de aquietar as paixões e vícios mundanos e ainda prevenir as tendências ideológicas que ameaçavam constantemente a ordem social e moral.

Pensando nisso, a União Popular faz uma análise da crescente secularização em andamento na cidade de São João Del Rei e adota uma postura de combate à modernidade. O jornal *Ação Social* engajou contra as ideias que persistiam em atacar os princípios cristãos. Tomada pela missão restauradora, empreende nas denúncias ao publicar que “a regeneração da sociedade não depende exclusivamente da reforma moral do indivíduo, o mal reside na concepção liberal do indivíduo, autocentrado, auto suficiente, senhor absoluto de si mesmo” (ACÇÃO SOCIAL, 28 de março de 1915), demonstrando a urgência do projeto como uma missão salvadora para a cidade frente a ideais modernizantes.

Em sua concepção, com o agravamento das questões sociais na cidade, a União Popular insistia na tese do estretecimento da religiosidade, contaminados com o desenvolvimento de uma sociedade materialista e individualista, inspirados nas propostas liberais. Podemos observar esse alerta no jornal *Ação Social* de 28 de março de 1915:

A moral ancorada nos preceitos da religião, a única que assegura a arbitragem correta da liberdade, que cerceia o desregramento das inclinações. O erro do liberalismo é a desobediência a lei fundamental da sociologia cristã: a lei da solidariedade, a comunidade de interesses como fator e como dever”. (ACÇÃO SOCIAL, 28 de março de 1915).

Nesse trecho do periódico a União Popular apontava o temor em relação ao liberalismo, caracterizando-o como um ideário anticristão, como uma ameaça à sociedade sanjoanense. Diante dessa situação, a União Popular sai em defesa para a formação das consciências, empreendendo suas práticas para a educação profissional como instrumento de recuperação da sociedade, buscando reverter os “danos” causados pelo avanço da modernidade em São João Del Rei. Para a União Popular, o “o povo é essa eterna criança que

deve ser protegida do que não sabe, nem pode pensar” (ACÇÃO SOCIAL, 23 de maio de 1915).

Para resolução desse problema surge a emergência de oferecer uma educação centrada nos valores cristãos. É possível dizer que se tratava de uma área essencial para sua intervenção, seja no campo da educação para a formação dos futuros trabalhadores ou na catequese dos jovens na educação primária.

Para a União Popular, uma educação desvinculada da cultura cristã propicia o agravamento da questão social em São João Del Rei, uma vez que a ausência da religiosidade entre os marginalizados conduziria a sociedade rumo à desordem. A União Popular reconhecia a emergência de enquadrar os sujeitos marginalizados a fim de que pudessem exercer o papel de cidadão cristão atuante na sociedade sanjoanense.

Tal preocupação em educar o povo é muito mais que dar uma educação; significa abrir seus olhos quanto aos seus direitos e deveres na sociedade, também alertá-los das mentiras e dos temores de coisas inócuas e de depositarem suas confianças em coisas absurdas. Educar significava ensiná-los que somente a Igreja Católica é soberana, e que tem o poder e o condão da civilização da verdadeira cultura que forma a consciência social de uma nação (COSTA, 2000, p. 148).

A educação adquire um papel relevante para o desenvolvimento da destreza e da inteligência, mas também promove um conjunto de virtudes morais tão necessárias para a complexidade da vida social. Um texto no jornal *Acção Social* de 31 de agosto de 1919 afirmava que só é possível fazer uma educação baseada nos preceitos do cristianismo, os únicos capazes de instaurar a verdadeira cultura/civilização, imprescindíveis à coesão, à unidade do organismo social.

As práticas da educação profissional oferecidas em bases verdadeiramente cristãs se revestem de um importante sentido disciplinador e moralizador, isso porque eram percebidos como uma maneira de confortar os trabalhadores e afastá-los das ideias socialistas. Essa preocupação surge nas páginas do jornal da União Popular, na necessidade de preparar a juventude para cultivar os valores cristãos. Uma das ideias que circulava era o dever de educar para formar profissionais que fossem capazes de exercer seu direito público, tão necessário para o bom funcionamento orgânico da sociedade, mas nunca perdendo o alvo, a essencial formação religiosa e moral dos indivíduos (ACÇÃO SOCIAL, 19 de março de 1916).

A União Popular procurou enfatizar a importância da educação em São João Del Rei:

EDUCAÇÃO PARA O POVO

Educar o povo, conforme o ensino de Pio X, é tirá-lo da ignorância em que faz acerca de tudo o que ele diz respeito directa ou indirectamente e pô-lo em estado de influir efficazmente para bem estar social, e ao mesmo tempo usufruir dos fructos da regeneração da mesma sociedade. Para que a educação do povo seja uma realidade, e não somente palavras campanudas, ocas de sentido, é necessário que a União Popular a constitua um centro directivo de cultura christã, que dirija os entendimentos e os corações e ao fim próprio da sociedade civil. (ACÇÃO SOCIAL, 24 de outubro de 1915).

Nesse trecho, um exemplo vívido da necessidade de aplicação das propostas defendidas pela associação, a matéria apresentou uma sociedade necessitando de regeneração social para a salvação do homem e da sociedade, que não podia prescindir da intervenção educativa, que promoveria a restauração. Tal contexto marcou as ações da União Popular na promoção de uma educação para a formação, dando ênfase à educação profissional carregada de doutrinas religiosas e morais, buscando produzir trabalhadores antes mesmo que eles ingressassem para o mundo do trabalho. Com isso, a educação profissional promoveria a formação de trabalhadores capacitados atendendo às demandas do processo produtivo, além de torná-los cidadãos cristãos úteis a si e à Igreja.

Dessa maneira, a União Popular concentrou seus esforços em alertar sobre o papel do trabalho e a importância de entendê-lo como algo necessário e positivo. Costa (2000) relata que o jornal *Acção Social* de 26 de novembro de 1916 sai em defesa do trabalho, destacando-o⁶⁶:

Como uma missão divina deixada por Deus. Buscava na narrativa da queda do homem no jardim do Éden, elementos para sustentar seu discurso, “o trabalho era bom e ficou difícil”, agora “para comer o fruto da terra” é necessário trabalhar arduamente em cada estação do ano. A lei do trabalho é sagrada e estabelecida por Deus. (ACÇÃO SOCIAL, 26 de novembro de 1916 *apud* COSTA, 2000, p.179).

O discurso para o trabalho utilizava de vários argumentos procurando afirmar seu valor. Isso pode ser observado no seguinte trecho do jornal:

O TRABALHO

O trabalho é lei universal, sem elle não poderíamos viver, quer o rico quer o pobre necessita do trabalho. O pobre trabalha para sua subsistência, o rico para aumento de seus capitães que cada vez mais se desenvolvem. Tudo trabalha no mundo de um certo modo, até a própria terra tem o seu trabalho. Os astros que se agitam sobre as nossas cabeças, o tempo, os nossos órgãos e ai de nós quando alguém dele se perturba; enfim lei votada ao homem e a tudo que lhe pertence; trabalhar. (ACÇÃO SOCIAL, 12 de maio de 1921).

Podemos perceber, nesse trecho, a União Popular valorizando a questão do trabalho, procurando argumentos para sua aceitação na sociedade. Apresentava a atividade do trabalho como imprescindível ao pobre por tratar-se de sua subsistência e para o rico seu ganho de capital, como algo natural e necessário. Seu objetivo era reverter a concepção de que o trabalho estaria associado à ideia de algo negativo e de pouco valor. Também de manter a

⁶⁶ Utilizamos a citação de Costa (2000) porque não localizamos essa data nas fontes consultadas.

ordem social: o rico continua rico, “trabalhando” para aumentar o capital, e o pobre continua trabalhando para sobreviver.

Para isso, a União Popular utilizava-se, em seu discurso, de recursos como a analogia no processo de construção do valor do trabalho, objetivando ser melhor compreendida. Nota-se que no excerto acima foi apresentado um discurso demonstrando que mesmo os elementos da natureza e o movimento dos astros e do tempo estão em trabalho, a fim de convencer os sujeitos de que o trabalho faz parte da natureza humana.

Em outra matéria, apresentada no *Acção Social*, o discurso em defesa do trabalho faz o uso da simbologia religiosa numa clara tentativa de ser compreendida pela tradicional sociedade sanjoanense. No jornal *Acção Social* de 26 de março de 1916 é apontado que o trabalho é mais do que uma necessidade humana; é a lei ditada por Deus ao homem, lei que antecede a queda original, que já existia na economia social do paraíso terrestre: “Ao homem Deus incumbiu pelo trabalho, completar sua obra de criação, homem parceiro de Deus: enchei a terra e a sujeitai”.

A inserção das práticas da União Popular no mundo do trabalho retratava sua preocupação com a questão social dos trabalhadores. Essa questão fazia parte da articulação política da Igreja de interferência nas relações de trabalho face ao avanço das ideias liberais e o temor das ideias socialistas; assim a União Popular intenciona ser a solução para o apaziguamento dessas questões.

Podemos observar essa intenção no discurso da União Popular, pois a associação empenhava-se em afirmar o seu papel como salvadora da ordem em São João Del Rei. No Jornal, publicou uma matéria relatando a grande preocupação com os últimos acontecimentos frente às muitas mazelas sofridas pela sociedade num único ano. Sinais dos últimos tempos, enchentes e temporais que acarretaram estragos ao comércio e às casas, a gripe espanhola que assolava a população, muitos mendigos nas ruas passando fome e carestia. Além desses, outros problemas, tais como as injustiças sociais sofridas pelos trabalhadores nas fábricas diante da voracidade capitalista. Numa clara referência que diante do “caos sanjoanense a solução é a ordem” (ACÇÃO SOCIAL, 25 de março de 1919).

Enquanto isso, a questão operária foi tratada pela União Popular com a ideia de que os trabalhadores seriam desinformados e inocentes, sendo presas fáceis dos discursos ideológicos. O discurso explicita a intenção de que os trabalhadores sanjoanenses deveriam ser constantemente tutelados pela União Popular. Por meio dessa tutela as questões operárias poderiam ser tratadas com uma perspectiva de caráter mais conciliatório entre os trabalhadores e os patrões.

Essa intervenção pode ser observada em São João Del Rei. A União Popular, preocupada com as questões referentes aos trabalhadores da cidade, em 1910, sob a direção de Frei Cândido, fundador desta associação, organizou, junto aos operários da empresa Estrada de Ferro Oeste de Minas, uma Associação Católica dos Operários. Costa (2000) relata o grande feito da União Popular:

Fizeram reuniões preparatórias em junho, em julho com a presença de 16 operários - era fundada a “Associação Católica dos Operários”, posta sob o patrocínio de São José, sujeita à autoridade diocesana e associada à Associação Católica Operária central do Bispado de Mariana, com a divisa de Deus, Pátria e Família. Após breve alocução do franciscano, foram de forma unânime eleitos diretor: Frei Cândido, vice Major Francisco Oliveira, 1º secretário: Augusto Barreto e 2º secretário: Antônio Ribeiro. (COSTA, 2000, p. 233).

A União Popular saiu em defesa da classe trabalhadora em São João Del Rei. Em 1912 houve uma greve dos operários da Fábrica Têxtil Sanjoanense requerendo que fossem efetuados os pagamentos pelo próprio escritório da fábrica e não mais na casa comercial determinada, alegando que estavam acontecendo vários abusos. A greve foi ordenada de forma muito respeitosa, operada com ideias e princípios ético-cristãos⁶⁷ (COSTA, 2000, p. 21-22).

É possível dizer que nesse contexto os pontos de conflito entre trabalhadores e patrões foram amenizados por meio da intervenção da União Popular. Nesse sentido percebemos a internalização do pensamento cristão pelos trabalhadores, contribuindo para a harmonia e ordem social. Para a União Popular, a formação dos trabalhadores em bases cristãs desenvolveria respeito à autoridade, ordem e colaboração de classes ao invés de optarem pelo enfrentamento.

Para a União Popular, os trabalhadores das fábricas eram marcados pela desunião, dispersos e facilmente escravizados por seus inimigos, “os promotores do Estado laico, os cegos de opinião falsa que atualmente governam, sofrem a influência prejudicial do liberalismo, fantasma do indiferentismo que deve ser exorcizado”. Cabe à União Popular restabelecer Jesus Cristo na sociedade, formando nas bases da educação uma sociologia cristã, a única capaz de instaurar a verdadeira cultura (COSTA, 2000, p.148).

É importante ressaltar que a União Popular acompanhava o agravamento das questões sociais. Discutia-se com a sociedade diversos assuntos, conforme narra Costa (2000, p. 135), a questão social, a questão operária, o cooperativismo, a sociologia cristã, o liberalismo, o

⁶⁷ A encíclica *Rerum Novarum* enfatiza que “as duas classes patrões e operários estão destinadas pela natureza para unirem-se harmoniosamente e conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio” (Leão XIII, 1891, p. 17).

socialismo, a índole católica sanjoanense, os últimos atentados contra a igreja, o amor, a organização e ação social católica.

Sobre a questão social, ficou evidenciada no trecho a seguir:

QUESTÃO SOCIAL

União Popular carácter mormente social, realizem um movimento combinado, para juventude cristã, dos moços operários, das donzellas ou criadas, de professores, de biblioteca popular, de boa imprensa, de beneficência e caridade, de liberdade de ensino...é outras taes, as quaes constituem o bem estar da vida moral e espiritual da pátria, tão despresadas. “Quão necessarias nos tempos que correm”. Importa grandemente ao bem commum, que a acção social, animada de tanto zelo em fazer reinar na terra e justiça e caridade, institua esta associação União Popular e mantenha no espírito religioso para que possam dar os copiosos e preciosísimos fructos de regeneração social. (ACÇÃO SOCIAL, 24 de outubro de 1915).

Podemos observar que as iniciativas da União Popular para a educação profissional estão linearizadas com as questões da educação para o povo, o trabalho e a questão social. Dessa maneira, a educação profissional amalgamada pelo pensamento social cristão procurava atender à realidade de São João Del Rei, com foco na assistência aos marginalizados, na disciplina para o trabalho e nos interesses da indústria. O jornal *Acção Social* procurava enfatizar a importância da educação para a sociedade:

ENSINAR

Ensinar estes conhecimentos não de ser defendidos por toda parte, sem ultrapassar os limites determinados pela auctoridade suprema, irão de empregar-se livros, revistas, opúsculos, diários, periódicos que discutam os problemas actuaes, persuadidos de que o povo não vae com metaphysicas transcendentais, nem gosta de generalidades, que só servem para discussões. Toda a educação que não for para promover o bem social, será vã e inútil, pois nem será educação uma vez que estamos especificando as obras da União Popular hade promover, cumprir e afirmar que as obras da vida moral dos povos a ella pertencem com especialidade toda particular. Mas por isso que a regeneração social não pode ser feita senão pela cooperação da sociedade, urge organizar a juventude christã, da catechese, dos moços académicos, dos operários, das donzellas, de professores, de biblioteca popular, de boa imprensa, de beneficência e caridade, de liberdade de ensino. (ACÇÃO SOCIAL, 24 de outubro de 1915).

Para efetivar a sua proposta para a educação profissional, a União Popular criou o Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei, que será objeto no item a seguir.

3.3 O Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei

O Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei caracterizou-se a prática da União Popular associação de católicos leigos frente à necessidade de uma educação voltada para o trabalhador como forma de inseri-lo na sociedade urbana e industrial. Essa proposta não foi uma novidade da associação, visto que o projeto de Liceus de Artes e Ofícios se fazia presente em Minas Gerais e no restante do país. O Liceu era compreendido como um espaço de formação profissional para as camadas mais pobres.

Os liceus de Artes e Ofícios surgiram da necessidade de formar uma classe trabalhadora nacional. Tratava-se de educar para o trabalho. Era preciso formar os marginalizados a fim de que fossem capazes de se tornar cidadãos úteis a si e à pátria. Na visão desse discurso estava incorporada a ideia de moralização do futuro trabalhador nacional a partir da massa de trabalhadores ex-escravos (CUNHA, 2005, p.30).

É interessante observar que a educação para o trabalho acontecia na prática em casas, oficinas, asilos para órfãos e nos arsenais militares. O ensino técnico acontecia nos espaços em que os jovens acompanhavam a realização das tarefas rotineiras do ofício, e por meio da observação das técnicas repetiam os processos desenvolvidos pelos mestres (CHAMON, 2014, p.570).

Entre 1840 e 1865 foram instaladas as Casas de Educandos Artífices em dez províncias. Essas casas, vistas mais como obras de caridade do que de instrução pública, foram organizadas como internatos e tinham o objetivo de ensinar um ofício aos desvalidos (CUNHA, 1979, p. 7). Além disso, tinham como propósito zelar pelo desenvolvimento dos aspectos físicos e morais, bem como intelectuais e profissionais dos marginalizados.

No último quartel do século XIX, a educação era considerada como importante condição para alcançar o progresso da sociedade. Com isso, as escolas profissionais ofereciam a instrução primária e o ensino das artes e ofícios procurando desenvolver nesses indivíduos um caráter moralizador e civilizatório. Segundo Cunha (1979), a criação de escolas profissionais tinha como alvo os “filhos desfavorecidos da fortuna” como medida de prevenção contra a ociosidade e desordem social. Ainda tinham como propósito a formação da força de trabalho qualificada frente às demandas do processo capitalista industrial.

Para Cunha (2005), as escolas profissionalizantes se constituíam em espaços para práticas pedagógicas preventivas e corretivas. Enquanto preventiva, propicia a disciplina, moralização e qualificação técnica das crianças e jovens desfavorecidos, transformando-os em cidadãos ordeiros e industriais da sociedade (CUNHA, 2005, p. 24). Tais escolas geraram grandes expectativas dos dirigentes do Estado “de que aqueles que tivessem aproveitado o aprendizado dessas escolas formariam uma classe de cidadãos que, sabendo dignificar a pobreza, prestariam, certamente, serviços úteis à sua pátria” (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 328).

Nesse movimento, o projeto de Liceus de Artes e Ofícios circulava nos debates políticos nas últimas décadas do século XIX e início do XX, e as poucas escolas profissionais eram frutos de iniciativas particulares e filantrópicas. Cunha (1979, p. 7) destaca o surgimento de alguns Liceus de Artes e Ofícios pelo país na segunda metade do século XIX: no Rio de

Janeiro, em 1856, a Sociedade Propagadora de Belas Artes; em Salvador, em 1872, a Associação Liceus de Artes e Ofícios; em Recife, em 1880, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais; e em São Paulo, em 1882, a Sociedade Propagadora de Instrução Popular.

Em Minas Gerais foi criado o Liceu de Artes e Ofícios de Serro em 1879, por iniciativa do governo do Estado como parte do projeto para o desenvolvimento moral e material do Norte mineiro. Tinha a intenção de promover uma educação voltada para a formação dos trabalhadores, agregando-lhes valores tais como “valores da liberdade, da ciência, e do trabalho diligente, esse conjunto de valores pretendia despertar a mocidade serrana” (BRANDÃO, 2015, p. 126).

Também em Minas, em 1886, foi criado o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, por iniciativa particular de caráter filantrópico. Seus membros eram artistas mecânicos, profissionais liberais, homens de imprensa, funcionários do governo provincial e professores. Tinham como objetivo o ensino das artes e ofícios mecânicos e industriais para a formação de trabalhadores civilizados. Acreditavam que a formação para o trabalho desses indivíduos produziria condições para que eles se tornassem úteis a si e à pátria (SILVA, 2009).

Em São João Del Rei houve a criação do Liceu de Artes e Ofícios, por iniciativa da Associação União Popular direcionada à educação profissional. É importante ressaltar que encontramos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma solicitação de subvenção para aquisição de um prédio para o Liceu de Artes e Ofícios em São João Del Rei no final do século XIX, sob a Lei Estadual nº 3.608, de 30 de agosto de 1888⁶⁸. A hipótese é que foi apenas uma solicitação e o projeto do Liceu não saiu do papel.

É preciso notar que a solicitação ocorreu no momento de efervescentes discursos e debates políticos para educação profissional que promoveram o surgimento de vários liceus pelo país. Assim, presumimos que tais fatos influenciaram na solicitação de subvenção pelas autoridades sanjoanenses.

Esse projeto foi retomado pela União Popular no século XX, com os frades franciscanos na direção. Em São João Del Rei, de acordo com Costa (2000, p. 99), as

⁶⁸ Cabe esclarecer: parece ter funcionado um terceiro Liceu de Artes e Ofícios em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rey, na década de 1880. Em 30 de agosto de 1888, a Assembleia Provincial de Minas Gerais, através da Lei nº 3.608, autorizou o presidente de província a despender, pela rubrica “obras públicas”, a quantia de dois contos de réis (2:000\$000) para aquisição do prédio onde funcionava um Liceu de Artes e Ofícios em São João Del Rey. Possivelmente esse Liceu foi de iniciativa particular, uma vez que não encontramos nenhuma normativa do governo mineiro autorizando e regulando essa instituição. Também não foram encontrados dados nos relatórios de presidentes de província e de inspetores de instrução pública, nem nos jornais pesquisados ou no Fundo Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro sobre esse Liceu.

instalações do Liceu de Artes e Ofícios funcionavam anexas ao Albergue Santo Antônio. O Albergue foi inaugurado no dia 8 de setembro de 1912 e funcionava como internato para os jovens pobres que perambulavam pela cidade.

Figura 1 – Oficina de carpintaria e marcenaria



Fonte: Arquivo de Frei Sabino Staphorst, Ordem dos Frades Menores - São João Del Rei.

Encontramos essa figura no Arquivo de Frei Sabino Staphorst, *Vinte e cinco anos no Brasil: 1899-1924*, comemoração do jubileu de prata da presença dos franciscanos holandeses no Brasil. Certamente não podemos afirmar que se trata do Liceu de Artes e Ofícios anexo ao Albergue Santo Antônio, mas a análise dessa imagem leva-nos a pensar que pode ser sim o Liceu de Artes e Ofícios da União Popular. Essa impressão é reforçada pela presença desse frade do lado esquerdo, muito semelhante a Frei Cândido Vroomans. Também percebemos a presença de vários jovens meninos nessa ampla oficina de carpintaria e marcenaria, que fazem-nos pensar nas práticas da União Popular. É possível observar uma oficina grande, com equipamento para aprendizagem manual e mecânica, a presença de madeira, vigas, esteios e uma bancada no fundo para cortar, encaixar e entalhar as peças e objetos.

Segundo Gaio Sobrinho (2000, p. 135), o Albergue Santo Antônio foi fundado por Frei Florentino Brollman na Rua Prata, número 34, no Bairro das Fábricas, onde estabeleceu uma escola primária gratuita, na qual ministrava para as crianças os primeiros rudimentos das letras e das ciências juntamente com o ensino da catequese.

No jornal *Acção Social* datado de 24 de outubro de 1915, encontramos a primeira matéria comprovando a existência do Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei de

propriedade da União Popular Associação de Católicos Leigos. Nessa matéria ficou evidenciado que o Liceu de Artes e Ofícios havia passado por uma reforma estrutural nas oficinas de marcenaria e ferraria, e ao que tudo indica já funcionava anteriormente à data cronológica apresentada⁶⁹.

LYCEU ARTES E OFÍCIO SÃO JOÃO DEL REI

Passaram por uma remodelação completa as oficinas do Lyceu de Artes e Offícios, de propriedade da União Popular. Além de escola primária diurna e noturna, cuja frequência é tamanha que foi necessário desdobrar já as aulas noturnas, o mesmo tendo que acontecer dentro de pouco também com as aulas diurnas, o que se tornou possível pelo valoroso auxílio da fábrica sanjoanense, a qual, além de augmentar a sua subvenção, doou ao estabelecimento ainda 40 carteiras com os respectivos bancos, nota-se agora também grande actividade nas officinas de marcenaria e ferragens. Na ferraria, onde se fazem peças de toda qualidade está se fabricando actualmente um typo de arrado que corresponde a todas as condições necessárias para que seja instrumento forte, durável e de preço econômico. Quanto a marcenaria, ahi também está se augmentando diariamente o número de encomendas, razão pela qual a direção resolveu entrar em combinação com uma firma estabelecida no centro da cidade, a fim de ter um depósito das peças fabricadas pelos alunnos do Lyceu de Artes e officio. Vê se por isso e bem merecido a subvenção com a qual o Lyceu é contemplado pelo governo. (ACÇÃO SOCIAL, 24 de outubro de 1915).

Podemos observar que as oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei foram remodeladas e ofereciam os ofícios da marcenaria e ferraria. Nossa hipótese para tal reforma seria atribuída a dois aspectos: a possibilidade do liceu em continuar sua trajetória de ensinar os ofícios buscando atingir seu objetivo de formar os trabalhadores com bases cristãs; e a necessidade de espaço físico para utilização de uma aprendizagem de séries metódicas.

O espaço físico seria necessário para o bom desempenho operacional da aprendizagem nas oficinas, que eram subdivididas por quatro etapas simples: estudo da tarefa, demonstração das operações, execução da tarefa e, por último, uma avaliação do produto (CUNHA, 2005, p. 132). Além disso, o investimento na ampliação das oficinas do liceu significava “valorizá-lo” e “distingui-lo” dos outros espaços educativos, dotando-o da possibilidade de exercer um papel singular na sociedade (FARIA FILHO, 2003, p. 18).

Em 1915, o Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei oferecia uma escola primária diurna para instrução básica das crianças e adultos analfabetos. Também oferecia o ensino noturno, que permitia compreender que a associação União Popular institucionalizava

⁶⁹ Consultamos o Arquivo Público Mineiro, Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, o Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João Del Rei, Museu Regional de São João Del Rei, Centro de Pesquisa de Barbacena, Cúria Diocesana de São João Del Rei, Ordem dos Frades Menores em Belo Horizonte, Residência dos frades em São João Del Rei e Arquivo Diocesana em Belo Horizonte. Sobre o Liceu de Artes e ofício em São João del-Rei nesse recorte temporal, deparamo-nos com a inexistência de fontes para comprovar a data da sua fundação, funcionamento e sequer documentos, dados, currículos e professores para preencher essa lacuna na história da educação. Temos a hipótese que se não se perderam no tempo, podem estar em algum arquivo particular religioso no Brasil ou fora, sem catalogação e nem acesso ao público.

as práticas para a formação do trabalho, oferecendo-lhe a possibilidade de frequentar a escola mesmo trabalhando durante o dia.

Por outro lado, as aulas noturnas permitiriam à União Popular contribuir no controle do tempo social de um setor específico na sociedade: os trabalhadores. A hipótese que nos orienta que o controle do tempo dos trabalhadores tolheria em ser mal utilizado em vícios prejudiciais para seu desempenho nas atividades produtivas e a possibilidade de retirar das ruas sanjoanense uma parte da juventude, que perambulava pelas esquinas da cidade, desvirtuando dos princípios da ordem, da moralidade e dos bons costumes.

Nas oficinas de marcenaria e ferraria os produtos confeccionados pelos alunos no liceu foram comercializados no centro da cidade. Ao que tudo indica, esses artefatos foram produzidos com boa qualidade, nos levando a pensar na participação de bons mestres na dianteira das oficinas. Além disso, o bom desempenho desses alunos na produção dos artefatos sinalizava o nível de aprendizado e aptidão conquistado nas aulas práticas e teóricas.

O jornal publicou que a oficina de ferraria produzia vários artefatos, dentre eles, destacava um tipo de arado que poderia ser o “destaque da vitrine” do liceu, um artefato para lavrar o solo. Ainda descreve que esse arado foi produzido para que atendesse a todas as exigências do mercado consumidor, focando a área agrícola e industrial existentes na região, dando garantias da sua durabilidade e com bom preço.

Também era ministrado na oficina o ensino da marcenaria. Vimos no jornal a publicação de artefatos produzidos pelos alunos no liceu que eram demasiadamente procurados pelos cidadãos sanjoanenses. Ao que tudo indica, seriam mobiliários maiores para uso doméstico ou comercial, pois o liceu necessitou de outro local para armazenamento, assim, negociaram com determinada firma no centro de São João Del Rei.

É possível dizer que o Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei em 1915 apresentava suas oficinas em plena atividade, revelando-se como instituição promotora da educação profissional. Com esse dado podemos perceber as práticas da União Popular quando oferece uma educação para formação do trabalho aos jovens e crianças que procuravam no liceu a possibilidade de aprender um ofício. Esse quadro promissor nos leva a pensar sobre o efervescente desenvolvimento urbano e industrial sanjoanense como foi dito no capítulo 2.

Num tom entusiasta, o jornal *Acção Social* de 24 de outubro de 1915 publica sobre uma merecida subvenção do governo para o Liceu de Artes e Ofícios em São João Del Rei. Esse reconhecimento público nos leva a pensar sobre o papel desse liceu para a sociedade sanjoanense. Em outra matéria, destaca a importância do Liceu de Artes e Ofícios para a cidade:

Tão evidente, hão de corresponder tão perfeitamente às necessidades da sociedade actual, hão de ajustar-se de tal modo aos interesses moraes e materiaes notadamente do povo e das classes pobres[...] Por isso que os graves problemas da vida social em nossos dias, em todos se excita os mais vivo interesse em conhecer os diversos modos pelos quaes, estas soluções se offercem-na prática. (*ACÇÃO SOCIAL*, 2 de março de 1921).

O Liceu de Artes e Ofícios da União Popular participou de um movimento mais amplo de escolarização e educação profissional. Do ponto de vista educacional, o liceu foi a prática e a materialização do projeto do catolicismo social a partir dos elementos apresentados, que deveria educar para formação dos trabalhadores baseado no pensamento cristão.

No *Acção Social* de 15 de fevereiro de 1916, destaca-se a importância do Liceu de Artes e Ofícios para elevar o nível intelectual, moral, religioso e técnico das futuras crianças que trabalham muitas horas e em péssimas condições de vida nas fábricas. Esses trabalhadores não conhecem seus direitos e deveres na sociedade, e com o crescente desenvolvimento industrial em São João Del Rei correm o risco de serem influenciados por muitos estrangeiros que trazem suas ideias socialistas e anarquistas.

A União Popular, por meio do seu projeto e sua prática, como o Liceu de Artes e Ofícios, vai conquistando a confiança das famílias, dos trabalhadores e da sociedade local por sua conduta séria e virtudes morais. Para a sociedade sanjoanense, o Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei apresentava ser um “estabelecimento que favorece directamente aos pobres e indirectamente a sociedade conforme salientamos, pelo character moralizador, reprimindo a vagabundagem e exercendo uma caridade bem entendida e criteriosa” (*ACÇÃO SOCIAL*, 2 de março de 1921).

A relação de proximidade da União Popular com a classe operária foi incisiva para a atuação nas questões conflitantes entre patrões e trabalhadores. Costa (2000) relata que a associação tinha como objetivo promover a união dos operários. Com a greve 1917, a maior parte dos trabalhadores das oficinas pararam. Cerca de 180 operários se levantaram em greve de caráter inteiramente pacífico.

Assim, a associação procurava reforçar o espírito de colaboração entres as classes para que a sociedade pudesse recuperar sua harmonia natural⁷⁰. Costa (2000) relata que os impasses gerados nas questões operárias deveriam ser tratados da seguinte forma: "ao operário cabe cumprir o contrato acordado e renunciar à violência; ao patrão, tratar seus empregados em conformidade com os parâmetros da dignidade humana" (COSTA, 2000, p. 114).

⁷⁰ A encíclica *Rerum Novarum* enfatiza que “as duas classes estão destinadas pela natureza para unirem-se harmoniosamente e conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio” (LEÃO, XIII, p. 17).

Nesse sentido, haveria "harmonia" entre as classes. Para isso, era necessário conquistar o trabalhador e persuadi-lo a comportar-se sob as regras da moral católica. Atendia-se, assim, ao projeto do Liceu de Artes e Ofícios para a formação dos trabalhadores condicionados à vida regida pelos princípios cristãos, que na internalização de comportamentos sociais desejáveis facilitaria o processo de negociações entre patrões e trabalhadores.

Considerando esses aspectos, em São João Del Rei, os proprietários da Fábrica Têxtil Sanjoanense passavam por dificuldades frente à rotatividade dos trabalhadores. Essas condições foram descritas por Ana Resende (2003) em sua pesquisa sobre a Fábrica Têxtil Sanjoanense. A fábrica contava com uma parte significativa de mão de obra infantil, crianças expostas ou abandonadas que eram responsáveis pela produção. Esses trabalhadores menores não haviam sequer completado dez anos de idade quando começaram na fábrica (RESENDE, 2003, p. 61).

Os proprietários esforçaram-se em controlar as atividades exercidas na fábrica como forma de disciplinarização dos operários. Como parte desse controle, utilizavam o livro de ponto para registro da pontualidade e regularidade ao trabalho. Para o bom funcionamento na fábrica os trabalhadores eram submetidos a uma rotina de vigilância em que se fazia necessária a presença de algumas pessoas responsáveis para os cargos de chefia. A autora constata que a fábrica apresentava uma elevada rotatividade, resultante de alguns fatores, tais como as constantes faltas, as longas jornadas, doenças, inadaptação ao trabalho regular e ausência do descanso hebdomadário (RESENDE, 2003, p. 64).

Ao analisar as condições descritas por Resende (2003) podemos compreender por que os proprietários da Fábrica Têxtil Sanjoanense fizeram doações ao Liceu de Artes e Ofícios. O jornal *Acção Social* de 24 de outubro de 1915 publicou que recebeu uma valorosa subvenção como doação, além de 40 carteiras e cadeiras completas da notável Fábrica Têxtil Sanjoanense. Temos a hipótese de que, para solucionar os problemas enfrentados na fábrica, os proprietários arcavam com doações para sustentar o curso noturno para os pequenos operários, situação essa que foi observada na Fábrica do Cedro⁷¹ (NOGUEIRA, 2012, p. 72-74).

⁷¹ Nogueira (2012) relata que em cidades muito desenvolvidas e que possuem centros industriais “a incompatibilidade de horários entre os diversos estabelecimentos [...]” provoca a incompatibilidade entre “tempo escolar e o tempo de trabalho” (NOGUEIRA, 2012, p. 80). Assim, o liceu profissionalizante noturno possibilitaria aos trabalhadores terem esse acesso à educação. Vera Nogueira (2012) explica que as associações foram incentivadas a abrirem escolas profissionais e primárias noturnas porque “A prevalência da instrução primária e profissional evidencia a importância que o movimento operário atribuía à educação e formação dos trabalhadores [...] essa inclusão fora garantidora da legitimidade política da reivindicação e, por conseguinte, passou a orientar as ações das associações no sentido de criar escolas noturnas para os trabalhadores” (NOGUEIRA, 2012, p. 80).

No final de 1928 a Associação União Popular encerrou suas obras e projetos. Somente o Albergue Santo foi passado para as Irmãs Carmelitas da Divina Providência, em 1927, que permanece ativo em São João Del Rei (SOBRINHO, 2000, p. 138).

Temos a hipótese que as Uniões Populares no Brasil e no mundo foram desmanteladas atendendo à encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*⁷², do Papa Pio XI, de 1922, que trata da possível “Busca da Paz de Cristo no Reino de Cristo”. A carta papal relata as justificativas para tal desmonte. Consideramos alguns pontos: 1) as desavenças dentro do corpo da Igreja; 2) o flagelo do pós-guerra que enfraqueceu e destruiu muitas famílias; 3) tensões e conflitos internacionais gerados por divergências territoriais; 4) a falência da família devido à imoralidade e adultérios; 5) o abandono da fé pela sociedade; 6) a onerosidade para manter o movimento do catolicismo social; 7) a corrupção dentro do grupo dos católicos leigos pelas ideias modernas. Não temos motivos concretos para seu desmantelamento, não há divergência evidente; carece de maiores investigações para preencher essas lacunas.

Costa (2000, p.151) relata que em 1928 a associação simplesmente desapareceu, mas deixou um legado para a sociedade. A empreitada da União Popular em São João Del Rei conseguiu formar nas primeiras décadas do século XX uma ação que mobilizou a sociedade em prol do movimento do catolicismo social para restauração dos princípios católicos frente às ideias modernizantes. Contudo, cabe enfatizar que o Liceu de Artes e Ofícios foi uma iniciativa prática vinculada a esse movimento a partir dos elementos apresentados. Suas práticas extrapolaram para o mundo do trabalho e tinham o objetivo de minimizar as problemáticas sociais, descritas anteriormente, decorrentes do desenvolvimento urbano industrial.

Ainda para Costa (2000, p. 119), a União Popular teve o propósito de unir, formar e coordenar uma ação que promovesse a educação para a formação. Em São João Del Rei, promoveu a prática da educação profissional por meio do Liceu de Artes e Ofícios, conseguindo, de certo modo, propagar sua sociologia cristã preparando o terreno para certa ordem na sociedade. Por meio do Liceu, minou as bases para as ideias revolucionárias, além

⁷² A encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*, do Papa Pio XI, de 1922, “A busca da paz de Cristo no Reino de Cristo”, documento publicado após a primeira guerra mundial. O Papa Pio XI deu prosseguimento com ação social da Igreja, porém priorizava negociações diretas com os chefes de Estado. Desse modo, o Papa Pio XI apresentava uma política diferente do antecessor, o que motivou a encerrar todas as atividades da União Popular pelo mundo. Ele visava negociar acordos políticos que garantiriam os direitos da Igreja na sociedade. Também em seu papado foram incentivadas ações em massa como procissões e peregrinações, que promoviam os símbolos institucionais da religião católica no Mundo. No Brasil, a exemplo disso, temos a construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Essa iniciativa da Igreja Católica tinha como objetivo criar um ponto de devoção para a unir o interesse nacional em torno do projeto católico, ou seja, transformar a Igreja do Brasil numa força politicamente hegemônica para ser capaz de interferir nos rumos da nação (MARQUES, 1995, p. 63).

de cultivar e mobilizar uma elite de católicos leigos para sua obra civilizadora e regeneradora, fornecendo instrumentos, como os princípios cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou compreender como e por que uma Associação de Católicos Leigos – a União Popular de São João Del Rei – se mobilizou a favor da educação profissional no período de 1908 a 1928. Buscamos entender o momento em que a União Popular Associação de Católicos Leigos foi fundada em São João Del Rei, sendo o período marcado por importantes transformações sociais e econômicas no Brasil e em Minas Gerais. Tais transformações, decorrentes do fenômeno da modernização, ocasionaram a redefinição das relações socioeconômicas e culturais na sociedade.

Nesse contexto, as ideias liberais defendem a propriedade privada, a liberdade de pensamento e de expressão e a valorização do indivíduo livre dos dogmas religiosos. No campo da economia, pregou a liberdade de mercado, a não-intervenção do Estado na produção, o que o tornou ineficiente frente às grandes questões sociais. Por outro lado, pode-se constatar a presença do socialismo, que tinha como princípio fundamental a centralização dos meios de produção e a distribuição nas mãos do Estado, defendendo a luta de classes e o fim da propriedade privada.

Pode-se observar que a Igreja Católica foi contrária a tais correntes de pensamento e apresentou ao mundo o discurso do catolicismo social como alternativa para os dilemas sociais. O discurso da igreja intencionou recuperar o poder temporal e espiritual por meio de ações e projetos direcionados à sociedade. Isso explica a mobilização e organização das forças católicas que resultaram no projeto da União Popular no mundo e no Brasil. Esse projeto, como se pode analisar, tinha o propósito de propagar os preceitos cristãos na sociedade frente às ideias modernizantes.

Em São João Del Rei, a União Popular foi fundada em 1908, estando suas iniciativas práticas bem articuladas com a abordagem do catolicismo social.: Foi uma associação que se aproximou da sociedade para equacionar os problemas sociais decorrentes do processo de industrialização. Nesse sentido, reconheceu o avanço das ideias modernizantes em São João Del Rei no sentido de manter o controle sobre as questões operárias e atuou na educação para a formação desse trabalhador.

No Estatuto da União Popular foram traçadas diretrizes para promover a ordem cristã na sociedade, principalmente pela via da educação profissional. Objetivou a promoção da prática para educação profissional e a restauração dos valores espirituais e morais, e de forma concreta promoveu o bem estar material no que diz respeito a oferecer para aqueles marginalizados um meio de autossustentação.

Vimos no Estatuto da União Popular propostas para instrução ao povo, para que esse pudesse exercer seus direitos e deveres sociais. Entendia-se que, por meio da instrução, era possível desembrutecer tais sujeitos e transmitir os padrões sociais, culturais e religiosos. O Estatuto tinha como determinação a oferta de uma educação profissional para que todos colaborassem de maneira prática na elevação do nível intelectual, moral e econômico em todas as classes.

Podemos afirmar que o Programa tratou de importantes temas para a sociedade, como instrução ao povo, educação profissional e imprensa. Além disso, para atender aos requisitos do Programa, por meio das suas práticas dava instruções ao povo, sobretudo no terreno profissional, social e econômico, por meio de oficinas técnicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferências.

Fica perceptível o esforço da União Popular para efetivar o seu Programa, visto que essa organizava reuniões, palestras com os associados, os homens, as senhoras e a juventude, coordenando-os e direcionando-os para as práticas e ações estabelecidas pelo projeto, seguindo os comunicados e as orientações sobre o enfrentamento das ideias do mundo moderno. Nas reuniões circulavam jornais, revistas e folhetos que enfatizavam o catolicismo social, as normas de conduta moral, além de sermões em prol da educação familiar e escolar. A União Popular coordenava suas práticas de assistência social, formação espiritual e profissional com a colaboração de seus membros católicos leigos.

A prática da União Popular para a educação profissional está atrelada a seu dever social, pautada na valorização das virtudes cristãs para o desenvolvimento do caráter moral. Em seu entendimento, a formação cristã ofertada para o sujeito seria capaz de desenvolver habilidade, capacidade de julgar e distinguir o certo e o errado, que resultaria numa percepção moral, levando o sujeito a refletir sobre os valores e normas sociais, tão importantes para o ordenamento social e moral.

Logo, percebe-se que, para atender às necessidades das relações produtivas em São João Del Rei, foi apresentada uma educação profissional amalgamada pelo pensamento social cristão. Seria uma educação com princípio cristão, voltada para o trabalho, com o objetivo de

atender à realidade de São João Del Rei, tendo a preocupação voltada para a assistência aos marginalizados, na disciplina exigida no mundo do trabalho e nos interesses da indústria.

Vimos que a União Popular, para cumprir seu dever social, ofereceu a prática da educação profissional no Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei. Essa proposta não foi uma “novidade” da Associação; o projeto de Liceus de Artes e Ofícios já era uma realidade na sociedade, sendo compreendido como um espaço que conduziria o indivíduo das camadas mais pobres à educação para o trabalho.

O Liceu de Artes e Ofícios de São João Del Rei desempenhava um duplo papel para a sociedade na consolidação da modernidade na cidade. A instituição seria para os marginalizados um meio de atingir e pertencer à sociedade moderna através da inclusão no mundo do trabalho. A outra finalidade que o liceu tinha era oferecer escola primária para instrução básica das crianças e adultos analfabetos, como o ensino das primeiras letras, contar e escrever aliados às técnicas do trabalho. Pode-se perceber que o Liceu de Artes e Ofícios apresentava uma educação voltada para a preparação dos trabalhadores por meio do ensino de ofícios e demandas do trabalho no mundo moderno.

O ensino dos ofícios tinha a possibilidade de cumprir a tal missão “civilizadora”. A educação para o trabalho significava fortalecer o discurso político da necessidade de se ter um trabalhador apropriado para a indústria. Tendo em vista a instrução dos marginalizados, oferecendo-lhes acesso ao conhecimento da técnica e das primeiras letras, passou a ser uma possibilidade clara de civilizar e moralizar a sociedade pauperizada e inseri-las em uma nova organização social moderna, que valorizava o uso da razão e da técnica.

O projeto da União Popular visava lidar com as transformações do mundo do trabalho. Foi preciso educar o futuro operário com bases cristãs para que pudesse ser um cidadão útil à pátria e à Igreja. O ensino dos ofícios significava, a partir dos elementos apresentados, a possibilidade de realizar na prática o projeto do catolicismo social, que seria a forma que garantiria a preservação dos valores católicos ao mesmo tempo que ofereceria aos mais marginalizados a possibilidade de “ganhar o pão” de acordo com as leis, com a moral e com a ética de um mundo civilizado e moderno.

Oferecer educação profissional à sociedade sanjoanense permitiu à União Popular propagar um discurso repetitivo e moral, sustentando, assim, a tese da elite católica como o caminho para recuperação do seu espaço temporal e espiritual. Para isso, intentou alcançar o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando o perigo das ideias revolucionárias e revoltas daqueles que se encontram na miséria. Podemos notar que no trabalho desenvolvido nas práticas pela União Popular objetivou investir no homem e na

sociedade como um todo: educação profissional, trabalho e assistência religiosa e social. É importante mencionar que, ao invés de atacar com críticas e retóricas as questões sociais decorrentes do processo de industrialização e da proletarização dos trabalhadores, a União Popular apresentou um projeto voltado para a educação e o ensino da doutrina cristã sem esquecer a preparação do sujeito para o mundo do trabalho e a assistência social.

É pertinente dizer que essa pesquisa foi apenas um recorte que nos possibilitou verificar, com base nos Estatuto e Programa, de que maneira a educação profissional foi tratada nas práticas da União Popular Associação de Católicos Leigos em São João Del Rei. Acredita-se que foi possível compreender sua iniciativa para a educação profissional, ainda que apenas nesse recorte temporal.

Dessa maneira, urge a necessidade de estudos sobre outras Uniões Populares que foram constituídas pelo Brasil, buscando lançar novos olhares sobre as estratégias discursivas utilizadas para intervir na educação profissional. Por tudo isso, consideramos esta pesquisa não como trabalho conclusivo que encerra a discussão, mas, sim, uma porta que se abre nessa lacuna da história da educação profissional brasileira.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornais, Periódicos, Estatuto e o Programa

Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano D’Almeida em São João Del Rei

Jornal *Acção Social* - S. João d’El -Rey Minas 1915-1916

Jornal *Acção Social* - S. João d’El -Rey Minas 1917-1924

Jornal *Acção Social* – S. João d’El -Rey Minas 1925

Biblioteca UFMG- Hemeroteca de obras raras da Coleção Linhares-

Boletim A União Popular ano I, num I –1908

Estatuto da União Popular do Brasil – 1909

Setor de Periódicos da Biblioteca Pe.Alberto Antoniazzi - PUC-MINAS

União Popular (Órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais) Belo Horizonte, 1910 (Coleção Linhares-UFMG)

Documentos da Igreja

CARTA PASTORAL- Arquidiocese de São Paulo.Typografia da Industrial de SP,1896.

GREGÓRIO XVI, Papa. **Mirari-vos - vos-** sobre os principais erros de seu tempo. Disponível em:<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=mirarivos&lang=bra>. Acesso em: 02 out. 2020

LEÓN XIII, Papa. **Epístola encíclica Aeterni Patris:** Sobre la restauración de la filosofía cristiana, conforme a la Doctrina de Santo Tomás de Aquino. 4 out. 1879. Disponível em: <http://www.filosofia.org/mfa/far879a.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LEÃO XIII, Papa. **Immortale Dei:** sobre a constituição cristã dos estados. Roma, 1 nov. 1885. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html. Acesso em: 9 set. 2020.

LEÃO XIII, Papa (1894). **Litteras a vobis.** Roma: Santa Sé, 1894. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_02071894_litteras-a-vobis_en.html. Acesso em 20 de abril de 2020.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum-** sobre a condição dos operários (1891). Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=rerumnovarum> Acesso em: 10 out. 2019.

Pio IX, Papa. **Quanta Cura e Sílabo**: Sobre os erros do Naturalismo e Liberalismo Montfort Associação Cultural. Disponível em: http://www.montfort.org.br/bra/documentos/encíclicas/quanta_cura/ Online, Acesso em: 16 Ago. 2019 às 17:30:06h

Pio IX, Papa (1846) **Qui Pluribus**: Sobre erros contemporâneos e o modo de os combater. Disponível: http://www.montfort.org.br/bra/documentos/encíclicas/qui_pluribus/ Online, Acesso em: 16 Ago. 2019 às 17:50:06h

Coleção **Documentos da Igreja**. Tradução de Lourenço Costa e Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2005.

Artigos, livros, dissertações e teses

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A República Cristã: Fé, Ordem e Progresso**. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur César (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal 1889 – 1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho**: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). 2015. 191 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

AMARAL, Deivison Gonçalves (2007). **Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)**. Dissertação de Mestrado. PUC/BH, 2007.

ANTONIAZZI, Alberto. (1987). O que é o leigo?. In: **Os leigos na Igreja e no mundo**: vinte anos depois do Vaticano II. São Paulo: Paulinas, 1987.

ATOS LEGISLATIVOS. **Decisões ministeriais e circulares**. Página 11. V. XVII - 1890 TOMO II, Obras Completas de Rui Barbosa.

AUBERT, Roger. **Nova história da Igreja**. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. Trad. de Pedro Paulo de Sena Madureira e Júlio Castanon Guimarães. Vol. V, Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZEVEDO, André Nunes. **Da monarquia à república**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, PUC Rio, Rio de Janeiro, 2003.

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: SP, 1986.p.14-52. (História do pensamento católico no Brasil).

AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis:Vozes, 1981.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica em Minas Gerais: 1920-1930. Síntese: **Revista de Filosofia**, 2013. p. 65-91.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, 4 vol. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 271-341.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 14. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

BIELINSKI, Alba Carneiro C. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900**. Dissertação de Mestrado em História e Crítica da Arte apresentada ao curso de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, 150 p.

BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Locus: Revista de História**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20429>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionários de política**. Tradução: João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMENY, Helena. “**O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional**”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Tese. 247f. 2015.

BRANDÃO, Cláudio Henrique. **No Horizonte, eis, a aurora Desponta: Expectativa de Moderno em torno do Liceu de Artes e Ofícios do Serro (1879-1881)**. Dissertação (mestrado em educação tecnológica), CEFET-MG, 2015. 148f. Belo Horizonte.

BRASIL, Constituição. **Projeto de Constituição para os Estados Unidos do Brasil**, elaborado pela Comissão Nomeada pelo Governo Provisório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 05/10/2020.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo. Edições Loyola, 1974. 442 páginas.

CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão**: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916). UNICAMP. Tese 116p. Campinas, SP.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950)**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas na história da educação brasileira – instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Edufu; Campinas: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da educação na modernidade luso-brasileira no fim do século XIX e início do XX**. Campinas: Alínea, 2012.

CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. **Moderno, Modernidade e Modernização: polissemias e pregnâncias**. In: GIL, Natália; CRUZ e ZICA, Matheus de; FARIA FILHO, Luciano M. **Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasil – séc. XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2012, p. 7-11.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERTEAU, Michel de. **“A operação historiográfica”**. In: DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

CHAMON, Carla S. **A Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941): a produção da escola no espaço da cidade**. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania, Porto, 20-23 de junho de 2014, mimeo.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JR, James William. **A incorporação do proletariado à Sociedade moderna: a Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941)**. **Varia História**, 2012, vol.28, n.47, pp. 319-340. ISSN 0104-8775.

CHARTIER, Roger (Org.). **As utilizações do objecto impresso**. Portugal: Difel, 1998

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Galerias das personalidades notáveis de São João del-Rei/ Sebastião de Oliveira Cintra**. São João del-Rei, MG: FUNREI, Fundação Biblioteca Nacional, 1994. 270.

CITINO, Adriana Gilioli. **Contribuições da Doutrina Social Católica ao Mundo do Trabalho - Brasil 1937-1967**. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, SP, 2012.
COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

COSTA, Alexandre José Gonçalves. **Frades na Cidade de Papel - A Ação Social Católica em São João Del Rei: 1905-1925**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 302f .SP.2000

COSTA, Emília Viotti Da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica)

CUNHA, L. A. **O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus**. Forum, Rio de Janeiro, 3(3) : 3-47, jul./set. 1979

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Religiões: A descolonização religiosa da Escola Pública**. Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005 a. 190p.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP Flacso, 2005b.

CURY, Carlos Jamil. **Ideologias e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DANTAS, Douglas Cabral. **O ensino religioso na rede pública estadual de Belo Horizonte, MG: história, modelos e percepções dos professores sobre formação e docência**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DIAS, Romualdo. **Cor unum et anima uma - A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil, 1922-1935**. 1993. 289 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

FARIA FILHO, L. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thaís. (Org.). **Historiografia e história da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Celso Suckowda. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 1. 284p

FREYRE, Gilberto. **A Propósito de Frades**. Salvador, BA: Progresso, 1959.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. revista. São Paulo: Global, 1992.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970. 279 p.

GOMES, A. C. (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)** São Paulo -2012 tese 338 f

GONÇALVES, Irlen Antônio, (Org.); NOGUEIRA, Vera Lúcia; PÁDUA, Pedro Geraldo de; VERSIEUX, Daniela Pereira; GOODWIN, James William; LIMA, Júnia de Souza.

Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais: Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GONÇALVES, I. A. **Cultura Escolar**. Práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GOODWIN JR., James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HARDMAN, Foot. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. 109-261 p.

HOBSBAWM, E. J. A fortuna das edições de Marx e Engels. In: _____. (Org.). **História do Marxismo**: o Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. V. 1.

HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital** - 1848-1875. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios** (1875 – 1914). Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João Del Rei: Notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 17, p. 71-79, 1997. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279b1c07eaa089fa601e9b/1462213407072/05_Duarte%2C+Regina+Horta.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KIRSCHNER, T. B. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. Textos de História, v.15, n.1/2, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEAL, M. G. A. **A arte de se ter um ofício**: O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.

LEME, Sebastião (Dom). **Carta pastoral saudando a sua archidiocese**. Petrópolis: Vozes, 1916.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo.Símbolo, 1979. p.136.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **A Máquina, Tração do Progresso Memórias da Ferrovia no Oeste de Minas**: Entre o Sertão e a Civilização 1880 - 1930.Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.202 f .2003

LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte 1895-1954**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 587 p.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org.). **A Igreja católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1989.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil -República:Cem anos de compromisso:1889-1989**. São Paulo: Edições Paulinas,1991..

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org.). **Igreja e política no Brasil**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Loyola, 1983.

Formação docente em periódicos católicos (anos 1930 - Brasil/Portugal). **Revista SÍSIFO**, n. 11, jan/abr., 2010.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello.Páginas do Professorado: um estudo sobre profissão e formação docente em periódicos católicos (anos 1930 - Brasil/Portugal). **Revista SÍSIFO**, n. 11, jan/abr., 2010.

MANOEL, Ivan A. No centenário da *Rerum Novarum*: a doutrina católica sobre o capitalismo. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 7, p.23-32, 1992.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista-SP: Editora São Francisco, 2004.

MANOEL, Ivan. A ação católica brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum – Human and Social Sciences**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 207-210 – 2015, 1999.

MANOEL, Ivan. Aparecido. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. (Tese). Maringá: EDUEM, 1992.

MARCHI, Euclides. **Igreja e a questão social: discurso e práxis do catolicismo social no Brasil (1850-1915)**. Tese (Doutorado em História) - São Paulo: USP, 1993.

MARCON, Gilberto Brandão. **Influência do Liberalismo e do Marxismo na Formação Educacional da Sociedade de Massa**. (Tese). 357 f. Piracicaba-SP, 2015.

MARQUES, Rita de Cássia. **Da romanização à terceira via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945**. Dissertação (Mestrado em História). 169f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1995.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. **O Sentido da Modernidade no imaginário do século XIX**. Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, v. 3, n. 6, p. 96-103, 9 fev. 2009.

MELO, Carlos Wellington Martins de. **A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930)**. 2006. 307 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006.

MORAES. C. S. V. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo: São Paulo**. EDUSF (Estudos CDAPH. Série Historiografia), 2003.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A Escola Primária Noturna em Minas Gerais (1891-1924)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Política e religião em Minas Gerais: Estado e Igreja Católica no início da República**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PASSOS, Mauro. **A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: A ponta de uma memória (1900-1930)**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e Representação, uma trajetória**. Anos 90, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p.45-58, jan/dez 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINTO, Fernanda Mousse. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos** / Fernanda Mousse Pinto. – 2007. 296 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2007.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Typografia de Silva, Ouro Preto, 1832.

PIO XI, Papa. **Sobre a Ação Católica** (Cartas Exofficio S litteris e Quae Nobis). 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1956.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945. 364 p.

RELATÓRIO da directoria da Companhia Estrada de Ferro do Oeste de Minas – Apresentado a Assembléia Geral de Accionistas de 23 de Maio de 1888. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1888. (Biblioteca Batista Caetano, Seção de obras raras – São João Del Rei)

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. **A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: O caso da Companhia Industrial São Joanense. 1891/1935** Dissertação 149 F Belo Horizonte Universidade Federal de Minas Gerais FAFICH– Mestrado em História de 2003.

RODRIGUES, Cláudia. **Cidadania e morte no Oitocentos: as disputas pelo direito de sepultura aos não-católicos na crise do Império (1869-1891)** Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - São Leopoldo, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSA, Lilian, R. Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. Tese. 289 f. Franca-SP, 2011.

SANTOS, Bruno Henrique. **A formação socioespacial de São João Del Rei /MG e o processo de regionalização do Campo das Vertentes**. São João Del Rei– MG: Editora da UFSJ, 2017.

SANTOS, Welber Luiz. **A Estrada De Ferro Oeste de Minas: São João Del Rei (1877-1898)**. Dissertação .UFOP.Mariana.MG. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da Educação).

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Social-Catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e Sul do Brasil** Estudos Ibero-Americanos.PUCRS,v.XXIX,n 2,p 117-134,dezembro de 2003.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Associativismo Cristão no Sul do Brasil**. A contribuição da Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e desenvolvimento

subbrasileiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 179 f. Porto Alegre, 2001.

SILVA, Giovane José da. **O Batismo do Clio: Catolicismo Social e História e História em Jonathas Serrano (1908-1931)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei-MG, 2011.

SILVA, Lucílio L. **Educação e trabalho para o progresso da Nação: O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946)**, Dissertação (mestrado em educação tecnológica), CEFET-MG, 2009.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: (1500/1820)**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Brasília: INL, 1977. 475 p.

SOBRINHO, A. G. **História do comércio em São João del-Rei**. São João Del Rei: Sindicato do Comércio Varejista de São João Del Rei, 1997.

SOUZA, Ney. Ação católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de cultura Teológica**, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.

STAPHORST, Sabino. **Vinte e cinco anos no Brasil: 1899-1924**. Comemoração do jubileu de prata da presença franciscana holandesa no Brasil. Weert, 1924 trad. Helano van Koppen. Belo Horizonte, Promoção da Família edição 1985.

TERUYA, T. K.; CARVALHO, A. M.; LUZ, M. G. E. da; GOMES, I. de O. As contribuições de John Locke no pensamento educacional. In: **IX Jornada do HISTEDBR**, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR. Belém: UFPA, 2010. p.1-18.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. SP: Cia de Letras, 1998, pp.267-304.

TURAZZI, Maria Inês. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

UNIÃO Popular (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1910. (Coleção Linhares – UFMG).

VASCONCELOS, Francisco; ANTONIO, Dom. Sebastião Leme: Um Homem e seu tempo. **Cadernos Cajuína**, v.3, 2018, p.36-53. ISSN: 2488-0916.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. 1994. 499 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920**. 2001. 237p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão**. Congressos Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.